

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras

Filipe Almeida Gomes

DA AÇÃO À LEITURA:
a Teoria dos Atos de Fala como fundamento para a interpretação da comunicação
indireta

Belo Horizonte
2019

Filipe Almeida Gomes

DA AÇÃO À LEITURA:
a Teoria dos Atos de Fala como fundamento para a interpretação da comunicação
indireta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Linguística e Língua Portuguesa

Linha de Pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G633d Gomes, Filipe Almeida
Da ação à leitura: a Teoria dos Atos de Fala como fundamento para a interpretação da comunicação indireta / Filipe Almeida Gomes. Belo Horizonte, 2019.
119 f.: il.

Orientador: Hugo Mari
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Atos de fala (Linguística). 2. Semântica. 3. Pragmática. 4. Análise do discurso. 5. Searle, John R., d 1932-. 6. Parábolas. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 801

Filipe Almeida Gomes

**DA AÇÃO À LEITURA:
a Teoria dos Atos de Fala como fundamento para a interpretação da comunicação
indireta**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Linguística e Língua Portuguesa

Linha de Pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos

Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes – UFOP (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Romison Eduardo Paulista – Faculdade Kenedy (Suplente)

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019

*À minha mãe, Cícera,
sobretudo, pelo exemplo. (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Edilane, pelo incessante encorajamento e pela tranquilidade advinda de seu apoio.

Ao meu pai, Geraldo, dentre tantos outros motivos, pelo respeito e pela confiança. Isso mudou minha vida, mais do que eu possa mensurar.

À Valéria e ao Gilson, fundamentais desde muito para minha educação formal e informal. Talvez um dia eu possa retribuir-lhes parte das oportunidades, do apoio, da confiança e da paciência.

Ao orientador, Prof. Dr. Hugo Mari, pela paciência, pelo constante incentivo, pela confiança em mim depositada e pelas preciosas intervenções. Indubitavelmente, um exemplo de como conciliar erudição e leveza.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras, da PUC-MG, pelo auxílio, conhecimento e incentivo recebidos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sem o qual minha dedicação a toda essa etapa acadêmica certamente estaria comprometida.

A todas as pessoas, amigos e familiares, que direta ou indiretamente, contribuíram e contribuem com meu percurso formativo.

Por último, mas não menos importante – muito pelo contrário –, agradeço a Deus, sustentador da minha vida e dono dos meus dias.

– Frutas são bolas que as árvores penduram nos ramos, para regalo dos passarinhos e das gentes. Dentro há caldos ou massas de todos os gostos. As maçãs usam massas. As laranjas usam caldo. E as pimentas usam um ardor que queima a língua da gente.
– Então tem fogo dentro? É fogo que queima.

Emília ria-se.

– Ah, anjinho! Você vai custar a compreender os segredos da língua humana. Este “queima” é outro caso. Queimar é uma arte que só o fogo faz, mas quando uma coisa arde na língua nós dizemos que queima.

– Mas queima mesmo?

– Não queima, mas nós dizemos assim. Um ácido que pingamos na pele nós também dizemos que queima. Uma loja que está em liquidação nós dizemos que está “queimando” as suas mercadorias. No brinquedo do esconde-esconde, quando o que está de olhos vendados chega perto do escondido, nós dizemos que está “queimando”.

– Então... então... então – a trapalhada deve ser medonha.

Emília ria-se, ria-se. (LOBATO, 2017, p. 31-32)

RESUMO

O presente trabalho visa a apresentar a Teoria dos Atos de Fala, formulada inicialmente no seio da escola angloamericana de Filosofia da Linguagem, como um fundamento para a interpretação textual, sobretudo nos casos da chamada comunicação indireta, isto é, nos casos em que, embora o enunciador utilize-se do significado convencional do enunciado, ele intenta significar algo diferente do postulado pelas convenções de ordem linguística. Para tal, este texto discorre sobre os fundamentos linguístico-filosóficos que subjazem a toda a Teoria dos Atos de Fala, destacando o entendimento que se tem, dentro de tal abordagem, dos conceitos de verdade, significado, convenção, intenção, autor(ia), texto e leitor, dentre outros aspectos. Para além de lançar luz sobre a ocorrência da comunicação indireta a partir da Teoria dos Atos de Fala, este trabalho proporciona, também, o entendimento de como esta teoria distancia-se de alguns movimentos pós-estruturalistas, bem como de movimentos filosóficos antirrealistas, ao sugerir, dentre outras coisas, que nos processos interpretativos deva-se promover uma espécie de conciliação entre a tríade hermenêutica (texto, autor e leitor). Além disso, destaca também a formulação teórica dos macroatos de fala, a qual possibilita à Teoria dos Atos de Fala a passagem da análise proposicional, frasal, a uma análise de toda a complexa estrutura textual. Nesse sentido, o exemplo de comunicação indireta sobre o qual repousa a maior ênfase deste trabalho é a parábola.

Palavras-chave: Teoria dos Atos de Fala. Semântica. Pragmática. Comunicação indireta.

ABSTRACT

The aim of this text is to present the Speech Acts Theory, initially formulated within the anglo-american school of Philosophy of Language, as a basis for textual interpretation, especially in cases of so-called indirect communication, that is, in cases where, although enunciator uses the conventional meaning of the utterance, it tries to mean something different from the postulate by the linguistic conventions. To this end, this text deals with the linguistic-philosophical foundations that underlies the whole Speech Acts Theory, highlighting the understanding of such concepts as truth, meaning, convention, intention, author(ship), text and reader, among other aspects. In addition to shedding light on the occurrence of indirect communication from the Speech Acts Theory, this text also provides an understanding of how this theory distances itself from some post-structuralist movements, as well as from anti-realist philosophical movements, to suggest, among other things, that in the interpretative processes a kind of conciliation between the hermeneutical triad (text, author and reader) should be promoted. Furthermore, it also highlights the theoretical formulation that enables the Speech Acts Theory to pass from the propositional, phrasal analysis to an analysis of the entire complex textual structure. In the sense, the example of indirect communication on which lies the greatest emphasis of this work is the parable.

Keywords: Speech Acts Theory. Semantics. Pragmatics. Indirect communication.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DO PONTO ILOCUCIONAL -----	40
QUADRO 2 - MODO DE REALIZAÇÃO: PARTICULARIDADES SUBJACENTES AOS INTERLOCUTORES -----	42
QUADRO 3 - MODO DE REALIZAÇÃO: PARTICULARIDADES SUBJACENTES AO CONTEÚDO PROPOSICIONAL -----	42
QUADRO 4 - MODOS DE REALIZAÇÃO: ALGUMAS POSSIBILIDADES -----	43
QUADRO 5 - CONDIÇÕES DE CONTEÚDO PROPOSICIONAL: ALGUMAS POSSIBILIDADES -----	44
QUADRO 6 - CONDIÇÕES PREPARATÓRIAS GERAIS -----	46
QUADRO 7 - CONDIÇÕES PREPARATÓRIAS ESPECÍFICAS: ALGUMAS POSSIBILIDADES -----	47
QUADRO 8 - AS POSSIBILIDADES PARA FASCISMO -----	60
QUADRO 9 - (AS)SIMETRIAS INTENCIONAIS NA RELAÇÃO ENUNCIADOR/ENUNCIATÁRIO -----	87
QUADRO 10 - DISTINÇÃO: LOCUCIONAL, ILOCUCIONAL E PERLOCUCIONAL -----	88
QUADRO 11 - ESTRUTURA DA INDIRETIVIDADE -----	97
QUADRO 12 - ESTRUTURA DA FIGURATIVIDADE -----	98
QUADRO 13 - ASPECTOS FIXOS NA ESTRUTURA DE UMA PARÁBOLA -----	104
QUADRO 14 - ATO SUBORDINADO 1 -----	107
QUADRO 15 - ATO SUBORDINADO 2 -----	110
QUADRO 16 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARÁBOLA DO BOM SAMARITANO -----	112

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DA TAF.....	69
FIGURA 2 - PRODUÇÃO ENUNCIATIVA À LUZ DA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	94

SUMÁRIO

1. ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES	23
1.1. TEMA	23
1.2. PROBLEMA.....	24
1.3. JUSTIFICATIVA	25
1.4. CORPUS	26
1.5. OBJETIVOS	26
1.5.1. <i>Objetivo Geral</i>	26
1.5.2. <i>Objetivos Específicos</i>	27
2. TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	29
2.1. ATOS PERFORMATIVOS: O SURGIMENTO DE UMA TEORIA	29
2.2. AS PRECIOSAS CONTRIBUIÇÕES DE JOHN SEARLE	32
2.3. SOBRE AS CONDIÇÕES DE AJUSTAMENTO ENTRE A PALAVRA E O MUNDO.....	35
2.4. O DESENVOLVIMENTO DA FORÇA ILOCUCIONAL	37
2.4.1. <i>Ponto Ilocucional</i>	38
2.4.2. <i>Modo de realização</i>	40
2.4.3. <i>Condições de conteúdo proposicional</i>	43
2.4.4. <i>Condições preparatórias</i>	45
2.4.5. <i>Condições de sinceridade</i>	47
2.4.6. <i>Sobre as “condições” de sucesso e satisfação</i>	49
3. VERDADE E SIGNIFICADO: NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA TEORIA	51
3.1. SOBRE A VERDADE.....	51
3.2. SOBRE O SENTIDO DE SIGNIFICADO E SUAS RELAÇÕES COM AS INTENÇÕES E CONVENÇÕES	56
3.2.1. <i>O significado de significado: as ideias de Ogden e Richards e a “área de significado”, de Alan Gardiner</i>	57
3.2.2. <i>A concepção de Strawson: nem tanto ao céu nem tanto ao mar</i>	62
4. DIMENSÕES DA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL A PARTIR DA TEORIA DOS ATOS DE FALA	69
4.1. UMA DISPUTA EPISTEMOLÓGICA: DIFICULDADES EM TORNO DA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL	70
4.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE AUTORIA NA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	72
4.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA (E TEXTO) NA TEORIA DOS ATOS DE FALA	75
4.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE LEITOR NA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	76
4.5. LOCUCIONAL, ILOCUCIONAL E PERLOCUCIONAL	78
4.6. O TEOR CONVENCIONAL NOS ATOS DE FALA	81
4.7. O TEOR INTENCIONAL NOS ATOS DE FALA	84

5. DIZER SEM ESTAR DIZENDO: A COMUNICAÇÃO INDIRETA NA TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	91
5.1. A COMUNICAÇÃO INDIRETA A PARTIR DA TEORIA DOS ATOS DE FALA	92
5.2. ENUNCIÇÃO FORMAL E ENUNCIÇÃO REAL: A DINÂMICA ENUNCIATIVA POR TRÁS DA COMUNICAÇÃO INDIRETA	95
6. O DISCURSO PARÁBOLICO À LUZ DA TEORIA DOS ATOS DE FALA	101
6.1. O EVANGELHO SEGUNDO LUCAS E AS PARÁBOLAS: QUESTÕES PRELIMINARES	101
6.2. PARÁBOLAS: MACROATOS DE FALA INDIRETOS.....	102
6.3. A PARÁBOLA DO BOM SAMARITANO À LUZ DA TEORIA DOS ATOS DE FALA	105
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116

1. ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

Talvez soe previsível iniciar um texto de dissertação sobre interpretação textual falando sobre os pensamentos de Humpty Dumpty, o famoso personagem de **Alice através do espelho**. Entretanto, a despeito dos possíveis julgamentos negativos, creio que esse seja um bom ponto de partida.

Como é de conhecimento relativamente disseminado, no diálogo entre Humpty Dumpty e Alice, na obra clássica de Lewis Carroll, o ovo falastrão afirma à garota: “quando eu uso uma palavra [...] ela significa exatamente o que eu quero que ela signifique: nem mais nem menos” (CARROLL, 2002, p. 204). Diante de tal afirmativa, a menina lhe responde: “a questão é [...] se você pode fazer com que as palavras signifiquem tantas coisas diferentes.” (CARROLL, 2002, p. 204). Tendo em vista que o texto de Carroll foi publicado inicialmente em 1865, isto é, 51 anos antes do **Curso de Linguística Geral** – com sua sistematização da arbitrariedade do signo – e 88 anos antes da publicação de **Investigações Filosóficas** – com sua concepção de significado em termos de uso –, pode-se dizer que o personagem de Carroll é um dos predecessores da chamada virada linguístico-pragmática. E mais do que isso: Humpty Dumpty pode ser considerado uma das primeiras expressões ordinárias do que é um pensador pós-moderno.

Não obstante, acredito que apesar de ser tomada como lugar-comum no que tange à produção discursiva humana, a concepção de Humpty Dumpty não passa incólume quando o aspecto em questão é a recepção. Dito de outro modo, se é possível que o enunciador dê a uma palavra o significado que lhe convém, o mesmo parece improvável no tocante ao enunciatário. E é exatamente neste ponto que se levantam os sempiternos problemas da interpretação textual.

Assim, portanto, passo a apresentar brevemente as questões sobre as quais discorre a presente pesquisa.

1.1. Tema

O significado frequentemente atribuído ao termo latim *textus* – a saber, tessitura, contextura, encadeamento – parece apontar para o fato de que, em dado momento sócio-histórico, sua compreensão estava relacionada a uma tácita protoconcepção da fregeana “composicionalidade do sentido” (ou “princípio da composicionalidade”), isto é, à ideia de que o sentido de uma construção linguística complexa é determinado pelo significado das

partes que a compõem e pelas relações entre essas partes. Daí, talvez, a predominância, em tempos remotos, dos estudos vinculados a tais partes: palavra, frase e período.

De qualquer modo, parece-me que, em certo sentido, a emergência do texto como objeto de estudo, no campo da linguística moderna, deu-se, peremptoriamente, a partir da segunda metade do século XX, por meio de propostas como a Linguística Textual e a benvenistean Teoria da Enunciação. Porém, a despeito dessa centralidade alcançada pelo texto nos estudos da linguagem, a interpretação textual permanece uma fonte das mais variadas dúvidas: afinal, todas as interpretações são válidas, ou existem métodos que nos permitem admitir a existência de interpretações falsas ou, ao menos, impróprias para determinados textos?

Com vistas a buscar algumas respostas, a presente pesquisa toma a interpretação textual como seu objeto de investigação. Porém, para além das contribuições advindas da Linguística Textual e da Teoria da Enunciação, esta pesquisa intenta propor caminhos de compreensão da interpretação textual a partir da Teoria dos Atos de Fala de orientação searleana. Nesse sentido, portanto, ao invés de “apenas” fornecer um aparato teórico para que a Linguística Textual desenvolva suas postulações a respeito dos aspectos pragmáticos envolvidos na produção e compreensão de textos, a Teoria dos Atos de Fala será, aqui, a principal referência teórico-metodológica.

1.2. Problema

É fato que as possibilidades interpretativas para um texto podem transformar questões naturais da linguagem humana – como, por exemplo, a ambiguidade – em dificuldades práticas e, até mesmo, em casos jurídicos. E quanto a isso, nem mesmo a ascensão do relativismo pós-modernista, com suas sérias consequências sobre aquilo que temos chamado de interpretação, conseguiu apresentar uma solução. A bem da verdade, estou propenso a assumir, assim como John Searle (2000) acerca do ceticismo, que tal relativismo tenha mais uma face de desespero do que de solução, propriamente dita.

Não obstante, é um equívoco supor que o “problema da interpretação” seja um problema unicamente das línguas maternas, a serem resolvidos nas disciplinas que lidam com leitura e interpretação de textos. Na verdade, é preciso admitir que o problema da interpretação tem raízes filosóficas mais profundas do que inicialmente pode parecer. Assim, portanto, para que seja possível responder a perguntas como “Qualquer interpretação é válida?”, “Pode realmente o leitor lidar com um texto sem considerar o autor e as

especificidades a este vinculadas?”, “Teria o autor primazia sobre o significado do texto?”, *etc.*, faz-se necessário responder primeiramente a perguntas mais básicas, como, “O que é o significado?”, ou, retomando Ogden e Richards (1976), “Qual o significado de significado?”, além de perguntas semelhantemente complexas, como “O que é a verdade?”, “O que é o texto?”, “O que é o autor?”, *etc.*

1.3. Justificativa

A pesquisa em questão justifica-se não apenas devido ao seu aspecto histórico, e à sua relação com as mais diversas áreas do conhecimento, mas, sobretudo, devido aos pontos que efetivamente tocam à educação brasileira e, em decorrência disso, a toda a sociedade de modo geral. Podemos, por exemplo, apresentar ao menos quatro aspectos diferentes que, na constituição do quadro geral, corroboram a necessidade de debater o problema das possibilidades interpretativas: (1) o fato de a sociedade do século XXI estar cada dia mais caracterizada pelo grande número de informações; (2) o fato de a maior parte dessas informações ser veiculada mediante o registro escrito, sendo este encarado, muitas vezes, como um agregador de confiabilidade; (3) a ascensão do já citado relativismo pós-modernista, com sérias implicações na vida ordinária e, portanto, na relação entre as pessoas e os textos escritos; e (4) a predominância da interpretação textual como método de avaliação em processos seletivos, os quais, em grande parte, rechaçam qualquer possibilidade de uma arbitrariedade interpretativa baseada no relativismo corrente.

Enfim, dado o fato de que, a partir daquilo que se tem chamado de pós-estruturalismo – que, em alguma dimensão, pertence ao enigmático “pós-modernismo” –, certa arbitrariedade interpretativa por parte do leitor tem sido justificada, e considerando as possíveis consequências “indigestas” a que tal arbitrariedade pode conduzir-nos se levada às últimas instâncias, parece-me plausível admitir que a apresentação da Teoria dos Atos de Fala como fundamento para uma interpretação textual que defende os limites interpretativos não seja algo de caráter obscuro ou “castrador” da criatividade humana – como alguns podem julgar –, mas, antes, um meio descritivo, bastante intuitivo, que pode conduzir-nos ao entendimento de que, postas as intenções do enunciador e as convenções de ordem linguística, nem tudo pode ser justificado em termos de interpretação.

1.4. Corpus

Com vistas a explicitar a plausibilidade da presente proposta, parece-me importante explorar **enunciados naturais de caráter marcadamente intencional**, pois estes enunciados, em contraposição aos enunciados naturais marcadamente convencionais, exigem, em seus processos de interpretação, um nível de sofisticação que opera para além dos padrões mais básicos de leitura. Assim, portanto, coloco sob análise, em seu aspecto linguístico-discursivo, a **Parábola do Bom Samaritano**, conforme relatada pelo evangelista Lucas, no Novo Testamento. Minha opção por essa parábola e por ela apenas, deve-se tanto à expressividade de sua disseminação social quanto ao entendimento de que ela representa, de modo satisfatório, as mais de vinte parábolas relatadas pelo evangelista Lucas.

A escolha por esse *corpus* dá-se em virtude de minhas práticas sociais, as quais tanto me aproximam desse tipo de texto quanto me aproximam das discussões que o cercam: lugar do leitor no processo de interpretação textual, natureza linguístico-discursiva, *etc.*

1.5. Objetivos

No que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, divido-os em duas categorias, conforme se segue.

1.5.1. Objetivo Geral

A pesquisa em questão objetiva, mediante uma retomada histórica dos principais pontos, apresentar a Teoria dos Atos de Fala – gerada inicialmente no seio da Filosofia da Linguagem – como sendo um fundamento para a interpretação textual que, na contramão de algumas abordagens atuais advindas do pós-estruturalismo, defende limites interpretativos na relação do leitor para com o texto. Dito de outro modo, a presente pesquisa busca apresentar alguns aspectos da Teoria dos Atos de Fala que, em alguma medida, “ressuscitam” o autor, “dão voz” ao texto e “paralisam” uma possível arbitrariedade interpretativa do leitor.

1.5.2. *Objetivos Específicos*

- Sistematizar um quadro teórico das noções (significado, verdade, intenção, *etc.*) subjacentes à Teoria dos Atos de Fala;
- Evidenciar o lugar/valor do **texto** (significado convencional do enunciado) por meio da dimensão **locucional**;
- Evidenciar o lugar/valor do **autor** (significado intencional do enunciador) por meio da dimensão **ilocucional**;
- Evidenciar o lugar/valor do **leitor** por meio da dimensão **perlocucional**;
- Propor a Teoria dos Atos de Fala como um fundamento para a interpretação nos casos da comunicação indireta; fundamento esse que, ao contemplar a tríade texto/autor/leitor, apresenta aspectos do que seriam os limites interpretativos nos processos enunciativos.

Postos esses objetivos, devo destacar que a (re)orientação aqui proposta, isto é, a relação entre as três dimensões de um ato de fala (locucional, ilocucional e perlocucional) e a tríade hermenêutica (texto, autor e leitor) não me parece fazer parte das primeiras formulações a respeito da Teoria dos Atos de Fala. Afinal, como bem se sabe, sua formulação inicial não está direcionada necessariamente à leitura, mas, antes, às relações entre **dizer** e **fazer** e até mesmo às relações entre **ouvir** e **fazer**.

Além disso, destaco que ao propor uma reorientação da Teoria dos Atos de Fala para a interpretação textual, nos moldes acima apresentados, não farei uma distinção teórica acurada em relação a termos como **texto**, **emissão** e **enunciado**, ou **autor**, **falante** e **enunciador**, ou até mesmo **leitor**, **ouvinte** e **enunciatário**. Aqui, todos os termos integrantes de cada grupo serão tomados como equivalentes e em relação direta com uma perspectiva sociointeracionista.

2. TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Discorrer de forma panorâmica acerca de qualquer teoria costuma não ser uma tarefa fácil. Dentre outros motivos, a dificuldade estabelece-se pelo fato de que normalmente construtos teóricos passam por reformulações diversas e, portanto, exigem do investigador a opção por certos autores, épocas e propostas mais viáveis às intenções de seu panorama. Além disso, se se tem em mente uma finalidade analítica para o panorama, como é o caso do presente trabalho, lidar com diversas releituras de uma teoria demanda, no mínimo, atenção, a fim de que não se incorra em anacronismos. Assim sendo, desde já, destaco o fato de que, por motivos didáticos, nesta apresentação inicial da Teoria dos Atos de Fala, não trarei a lume todas as peças desse vasto quebra-cabeça teórico. E não por ausência de valor de determinadas peças; pelo contrário. Tomo essa atitude editorial – por assim dizer –, por crer que determinadas peças somente recebem o devido valor à luz de um quadro maior. Dito sem metáforas, com este primeiro capítulo teórico intento observar certa linearidade histórica, da qual, porém, abrirei mão em capítulos ulteriores, com a finalidade de não romper determinada progressão temática da teoria. Dito isso, iniciemos.

2.1. Atos performativos: o surgimento de uma teoria

Embora, hoje, a Teoria dos Atos de Fala forneça aporte teórico para os mais diversos campos do conhecimento humano, é na escola inglesa de Filosofia Analítica que podemos reconhecer seu surgimento. Celeiro de filósofos renomados, como Bertrand Russell e Gottlob Frege – que certamente estão entre os mais importantes dos últimos séculos –, a Filosofia Analítica se desenvolveu, sobretudo, na Inglaterra do início do séc. XX, e era fortemente marcada pelo Positivismo Lógico de sua época. Foi em consonância a este último que Ludwig Wittgenstein escreveu seu único livro publicado em vida, o **Tractatus Logico-Philosophicus**, de 1921. Nessa obra, Wittgenstein almejava explicitar como uma proposição poderia representar um estado de coisas real ou possível. Contudo, com a publicação póstuma de **Investigações Filosóficas**, de 1953, tornou-se claro o reposicionamento do filósofo, o que deu início, em alguma dimensão, ao que posteriormente seria conhecido como virada linguístico-pragmática.

Responsável por aquilo que se pode considerar um ruptura no pensamento lógico-positivista que permeava a Filosofia Analítica, **Investigações Filosóficas** foi de encontro à busca por uma essência subjacente a todas as línguas naturais, conforme proposto em

Tractatus Logico-Philosophicus. Essa mudança de percepção teórica, por parte de Wittgenstein, pode ser evidenciada por meio da afirmação, no § 65, de “que não há uma coisa comum a esses fenômenos [...], mas sim que estão *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de ‘linguagens’.”. Desse modo, o autor traça os primeiros passos em direção oposta à lógica das condições de verdade que guiava o pensamento em Filosofia Analítica.

Ao propor, em **Investigações Filosóficas**, que a linguagem fosse vista como sendo similar aos jogos, isto é, sem uma essência homogênea delimitadora, mas, ainda assim, condicionada a convenções e finalidades particulares, o filósofo estabeleceu sua tese principal: o significado das palavras é estabelecido pelo **uso** que delas se faz em dado contexto. Em outros termos, a depender do contexto e do modo de uso, o significado das palavras pode variar. Certamente, esse tipo de colocação pode parecer mero truísmo em nossos dias, contudo, tendo em vista que a abordagem da época percebia a linguagem apenas como meio de descrição dos fatos, a tese de Wittgenstein representava uma ruptura muito grande no pensamento do período.

E é seguindo de perto o pensamento do Wittgenstein de **Investigações Filosóficas** que o filósofo inglês John L. Austin teceu aquilo que – mesmo após diversas alterações na proposta original – tem sido chamado de Teoria dos Atos de Fala. Em seu **Quando dizer é fazer: palavras e ação**¹, Austin propôs que, ao contrário do pensamento que permeou por muito tempo a mente de filósofos e gramáticos, para além de “‘descrever’ um estado de coisas ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso” (1990, p. 21), os enunciados² eram também uma maneira de agir sobre o mundo; em outras palavras, dizer era também fazer. Para Austin (1990), era perceptível a existência de determinados enunciados que não descreviam, nem relatavam, nem constatavam, e nem mesmo poderiam ser declarados verdadeiros ou falsos, uma vez que, empregados nas condições certas, consistiam em um fazer; em um agir. A esse respeito, o autor nos diz:

¹ A obra original *How to Do Things with Words* (1962) consiste, basicamente, em uma coletânea das notas elaboradas para a conferência William James realizada em Havard, em 1955. Tendo em vista que o filósofo faleceu no ano de 1960, trata-se de uma publicação póstuma que não passou por uma revisão definitiva por parte do autor.

² Embora consciente de que a palavra inglesa *utterance* seja, quando vinculada a Austin, majoritariamente traduzida como “proferimento”, opto aqui pelo termo “enunciado”, por entender que este termo seja fundamental para uma concepção dialógica da Teoria dos Atos de Fala, como defenderei mais adiante. Contudo, preservo a tradução portuguesa “proferimento” nas citações diretas da obra.

Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, “um performativo”. [...] Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao se emitir o proferimento está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, um mero equivalente a dizer algo. (AUSTIN, 1990, p. 25).

Assim, ao indicar a diferença entre os **enunciados constataivos** – utilizados na descrição do estado das coisas e/ou na declaração de fatos – e os **enunciados performativos** – utilizados como forma de agir, de realizar ações –, Austin apontou, também, o fato de que para uma realização plena das ações seria necessária a ocorrência adequada de “muitas outras coisas em geral” (1990, p. 30), que estão para além do ato de pronunciar as chamadas palavras performativas. Como exemplo, tornou-se clássico, dentro dessa abordagem, o enunciado “batizo”, que, quando proferido em cerimônias de batismo (religiosas ou não), por pessoas institucionalmente autorizadas para tal – entre outras condições necessárias –, é claramente uma maneira de agir.

Após evidenciar a existência dos enunciados performativos e da necessidade de circunstâncias apropriadas para seu êxito, Austin (1990) assinalou a distinção entre os enunciados **performativos explícitos** e os **performativos implícitos**. Para o autor, os performativos implícitos, também chamados “performativos primitivos”, seriam formas mais condensadas de proferimentos, e esse caráter mais sintético seria o responsável pelo teor de ambigüidade proveniente de tais formas. Em contrapartida, os performativos explícitos seriam um desenvolvimento mais detalhado dos performativos implícitos, de modo a anular o caráter ambíguo destes. De acordo com Austin, a possibilidade de ambigüidade quanto à força dos enunciados performativos implícitos poderia ser justificada como sendo algo próprio da linguagem, haja vista que “a linguagem em si, e nos seus estágios primitivos, não é precisa, nem explícita, no sentido que demos a esta palavra” (1990, p.70). De modo mais claro, para o filósofo, “as formas primitivas ou primárias dos proferimentos conservam, neste sentido, a ‘ambigüidade’, ou ‘equivoco’, ou o ‘caráter vago’ da linguagem primitiva. Tais formas não tornam explícita a força exata do proferimento. (AUSTIN, 1990, p. 69).

Desse modo, para Austin, “‘eu o farei’ é anterior a ‘prometo que o farei’” (1990, p.69), sendo este uma maneira desenvolvida para evitar as ambigüidades advindas daquele; em outras palavras, os enunciados explícitos foram desenvolvidos com a finalidade de clarificar “as formas e procedimentos sociais” (1990, p. 69) que sob os enunciados performativos implícitos estariam sujeitos à ambigüidade e equívocos.

2.2. As preciosas contribuições de John Searle

Após uma análise pormenorizada de como se dava o funcionamento dos performativos, Austin (1990) verificou o fato de que até mesmo os verbos constataativos tinham uma dimensão performativa, o que consequentemente comprometia a dicotomia, até então, estabelecida. Desse modo, o filósofo propôs uma nova abordagem que, diferentemente da abordagem anterior³, questionava-se a respeito de “em quantos sentidos se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que **ao** dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que **por** dizer algo fazemos algo” (AUSTIN, 1990, p. 85). Em outros termos, a nova abordagem de Austin estendia, em alguma medida, a ideia de “agir por meio da fala” a outras dimensões da linguagem verbal humana, estabelecendo, assim, o fato de que “um proferimento não vale só por aquilo que ele diz, na forma que o diz, mas, sobretudo, aquilo que ele implica executar, os atos que dele derivamos.” (MARI, 2001b, p. 105).

Essa nova formulação de Austin estabeleceu a distinção entre atos locucionais, atos ilocucionais e atos perlocucionais – aos quais nos dedicaremos mais detalhadamente em um momento posterior –, e, para tal, teve como um de seus aspectos fundamentais a chamada **força ilocucional**. No que diz respeito a esta última, embora Austin tenha trazido tal expressão à lume, o filósofo não delineou seu conceito de forma clara; na verdade, sua sugestão de que o termo “significado” fosse uma possível alternativa para “força ilocucional” parece-me mais um recurso temporário do que a concretização de suas reflexões. De qualquer maneira, mesmo com tal dificuldade formal, Austin propôs “cinco classes de proferimentos em função de sua força ilocucionária” (1990, p. 123), a saber: os veriditivos, os exercitivos, os comissivos, os comportamentais e os expositivos.

Como reconhecido pelo próprio Austin, essa primeira distinção entre “classes de força ilocucionária” (1990, p. 121) era passível de futuras correções, haja vista que, por meio de tal formulação, buscava-se apenas jogar luz sobre uma floresta que necessitava ser desbastada. Nesse sentido, é possível dizer que John Searle foi o responsável pelas ações imediatas mais efetivas em busca de desbravar essa vasta floresta da relação entre linguagem e ação.

Inicialmente, Searle publicou a obra **Os atos de Fala**⁴. De maneira distinta da carga empírica presente na obra de Austin, a obra de Searle apresenta um trabalho constituído de formulações mais abstratas a respeito da natureza dos atos de fala. Nas palavras de Searle,

³ Aqui, por abordagem anterior, estou entendendo as conferências de I a VII, constitutivas de *How to Do Things with Words*.

⁴ Originalmente publicada em 1969, sob o título *Speech Acts*.

“sem abstração e idealização não há sistematização” (1981, p. 76). Assim, é com estas formulações abstratas que o autor desenvolve uma metalinguagem que o possibilita sistematizar o fenômeno em questão, tanto reformulando quanto expandindo alguns pontos mais obscuros ou imprecisos da formulação inicial de Austin.

Certamente, uma das principais expansões teóricas de Searle sobre a teoria de Austin diz respeito aos limites dos atos de fala. Searle (1981), seguindo um caminho já esboçado por Austin, abandonou a centralidade dos performativos e passou a aventar um caráter universal ao fenômeno dos atos de fala. Em outros termos, propôs que a relação entre linguagem e ação não era algo exclusivo dos performativos, antes, era algo posto sobre toda a língua. Para tal, Searle voltou-se ao debate sobre o significado de uma proposição e as implicações dela decorrentes, formulando a distinção entre **marcador de conteúdo proposicional** e **marcador de força ilocucional**. De acordo com o autor

O marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação; ou, ainda, qual é ato ilocucional realizado pelo falante quando profere a frase. [...] Frequentemente, nas situações concretas do discurso, é o contexto que permitirá fixar a força ilocucional da enunciação, sem que haja necessidade de recorrer ao marcador explícito apropriado. (SEARLE, 1981, p. 43-44).

Assim, a distinção proposta pelo filósofo aponta para a união, dentro de um ato de fala, entre o sentido e a ação: aquele, representado pela proposição, com seus marcadores de conteúdo; esta, representada pela força, que subjaz ao enunciado em si.

Desse modo, essas primeiras contribuições de Searle permitiram a ampliação das possibilidades e das ferramentas para uma análise descritiva da relação entre linguagem e ação, bem como sinalizaram para a necessidade da construção de um aparato lógico que possibilitasse uma melhor descrição do, até então confuso, conceito de força ilocucional. Ademais, estou inclinado a crer que é sobre tais formulações que repousam, em alguma medida, o argumento do filósofo para sua constatação de que “o estudo da significação das frases e o estudo dos atos de fala não constituem dois domínios independentes, mas um único apenas, visto sob dois aspectos diferentes” (SEARLE, 1981, p. 29).

Além das contribuições mencionadas acima, posteriormente Searle (2002a) traria à luz outro ponto fundamental para que a Teoria dos Atos de Fala se estabelecesse como tal. Trata-

se de **Uma taxonomia dos atos ilocucionários**⁵, uma classificação que diz respeito ao propósito ilocucional dos enunciados/proposições, diferente daquela proposta inicialmente por Austin. Na percepção de Searle (2002a), a classificação de Austin padecia de determinadas dificuldades, as quais ele passa a listar:

[...] há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há princípio consistente de classificação. (SEARLE, 2002a, p. 18)

Assim, o autor sugere uma alternativa taxonômica, à qual propõe cinco categorias: **assertivos**, **diretivos**, **comissivos**, **declarativos** e **expressivos**. É importante salientar que, assim como as formulações de Austin estavam em progresso contínuo, de forma que o filósofo aprimorava sua teoria a cada nova palestra, assim também ocorreu com Searle. Desse modo, as descrições das classes de atos que faço a seguir, encontram-se mais próximas às últimas formulações deste autor.

De acordo com Searle (2002a), a finalidade dos atos **assertivos** está relacionada a uma necessidade do falante de se comprometer com a natureza objetiva das proposições. Assim, “todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão da avaliação que inclui o *verdadeiro* e o *falso*” (2002a, p. 19). Contudo, deve-se ressaltar que, para Searle (2002a), a possibilidade de aplicação desse “teste mais simples”, não deve induzir-nos a pensar que tais condições possam ser tidas como necessárias e nem como suficientes. Passando aos **diretivos**, o autor afirma tratar-se de tentativas, por parte do falante, “de levar o ouvinte a fazer algo” (2002a, p. 21). No que diz respeito aos **comissivos**, o autor conserva a postulação inicial de Austin (1990), detectando apenas alguns equívocos de seu antecessor no que toca aos verbos que estariam em tal categoria. Assim, para Searle, os atos que abarcam a classe dos comissivos “são, portanto, os atos ilocucionários cujo propósito é comprometer o falante (também nesse caso, em graus variáveis) com alguma linha futura de ação.” (2002a, p. 22). Os **expressivos**, por sua vez, têm o propósito ilocucional de “expressar um estado psicológico [...] a respeito de um estado de coisas, especificado no conteúdo proposicional.” (2002a, p. 23). Finalmente, Searle aborda os **declarativos**. Para o autor,

⁵ Apresentada originalmente no ano de 1971, em Nova Iorque, **Uma taxonomia dos atos ilocucionários** tornou-se posteriormente o primeiro capítulo da obra *Expression and Meaning*, de 1979, publicada no Brasil sob o título **Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala**.

A característica definidora dessa classe é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, a realização bem-sucedida garante a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo: se sou bem-sucedido em realizar o ato de designá-lo presidente, então você é o presidente; se realizo com sucesso o ato de nomeá-lo candidato, então você é um candidato; se realizo com sucesso o ato de declarar um estado de guerra, então estamos em guerra; se sou bem-sucedido em realizar o ato de casá-lo, então você está casado. (SEARLE, 2002a, p. 26)

É fundamental lembrar, aqui, que esta correlação entre os atos de fala e o estado de coisas não se restringe apenas à categoria dos declarativos. Pelo contrário, todas as cinco categorias dos atos ilocucionais, elencadas por Searle (2002a), estão estritamente vinculadas às **condições de ajustamento entre a palavra e o mundo**. Sobre estas, e outras condições fundamentais para o entendimento da TAF, faz-se necessário trazer à luz as postulações elaboradas por Daniel Vanderveken e, também, por Searle.

2.3. Sobre as condições de ajustamento entre a palavra e o mundo

Como pode ser observado no breve percurso traçado até aqui, as formulações de Austin⁶ podem ser entendidas como sendo o núcleo embrionário para um entendimento mais complexo acerca de como se dá a relação entre linguagem e ação. Suas formulações integram fundamentalmente a construção da teoria, e dizem respeito “ao *compromisso fatural* entre certos tipos de enunciação linguística e comportamentos decorrentes” (MARI, 2001b, p. 110).

Searle, por sua vez, foi quem capitaneou os desenvolvimentos posteriores, mais necessariamente aqueles que tocam à “*causalidade necessária* entre conteúdo proposicional e força ilocucional” (MARI, 2001b, p.110). Contudo, somente com as considerações de Searle e Vanderveken (1985) – que, a bem da verdade, utilizam-se do conceito e da terminologia cunhados por Austin (1953) e mais bem delineado por Elizabeth Anscombe (1963) – que se passou a questionar sobre a **direção de ajustamento entre a palavra e o mundo**, buscando responder sobre o caráter – de meio ou de resultado – assumido pela linguagem ou pela ação⁷. Em outros termos, é possível dizer que a questão posta era: em que circunstâncias a

⁶ Certamente poderíamos inserir junto a Austin, as colocações de Benveniste, em sua Teoria da Enunciação, ou ainda as importantes considerações anteriormente elaboradas por Wittgenstein ou C. S. Peirce, contudo, tais postulações, ainda que iluminadoras, estabelecem-se fora do escopo deste trabalho.

⁷ Até onde sei, o termo surge em *How to Talk: Some Simple Ways*, artigo publicado por Austin em 1953, no volume 53 dos *Proceedings of the Aristotelian Society*, e sua ilustração mais recorrente, a saber, do homem que vai ao mercado e precisa fazer com que o mundo se ajuste à lista de compras, vem de *Intention*, obra de Anscombe, publicada inicialmente em 1957.

linguagem determina a **construção de uma realidade** (ação ou estado de coisas), ou, em que outras circunstâncias, a realidade (ação) determina uma **construção de linguagem**.

Assim, com o intuito de responder aos questionamentos postos, Searle e Vanderveken (1985) retomam a noção de **direção de ajustamento**, considerando quatro possibilidades de direção que se instalam sob tal conceito, a saber: direção de ajustamento **palavra-mundo**; direção de ajustamento **mundo-palavra**; direção de ajustamento **dupla**; e direção de ajustamento **nula ou vazia**.

Antes de apresentar as definições dadas pelos autores, acredito ser importante apontar para o óbvio: a proposta de estabelecer as direções de ajustamento possíveis leva em consideração a presença de três elementos fundamentais, a saber: o interlocutor 1 (enunciador), o interlocutor 2 (enunciatário) e o mundo (estado de coisas). Além disso, os interlocutores agem em um tempo, sob determinadas convenções e almejando certas intenções. Assim, as direções de ajustamento buscam explicitar as formas de relação dos interlocutores sobre o mundo, bem como as possibilidades de relação do mundo sobre os interlocutores.

Dito isso, a primeira possibilidade de direção de ajustamento conforme apontado pelos autores, a direção de ajustamento **palavra-mundo**, pode ser percebida quando um conteúdo proposicional ajusta-se ao mundo existente ou a um mundo possível, mas, de qualquer modo, a um estado de coisas que existe/existirá independentemente da enunciação. “Assim, na direção PALAVRA-MUNDO é a linguagem que se orienta para as ações, já que estas existem como estado de coisas independente” (MARI, 2001b, p. 112). É exatamente esse o caso em que se inscrevem os atos de fala cuja força ilocucional, segundo Searle (2002a), é assertiva.

A direção de ajustamento **mundo-palavra**, por sua vez, é evidenciada nos processos de interação e interlocução em que o mundo – estado de coisas – ajusta-se ao conteúdo proposicional de uma enunciação. Não se trata mais do fato de que o estado de coisas – mundo – seja a origem à qual a palavra precisa se ajustar. Antes, o que temos nessa direção de ajustamento é uma criação ou alteração do estado de coisas, a partir do conteúdo proposicional. Essa direção de ajustamento é aquela na qual estão inscritos tanto os atos de fala cuja força ilocucional é diretiva, quanto aqueles em que a força ilocucional é comissiva. Como indicado por Vanderveken (1990), em seu *Meaning and Speech Acts*, a distinção entre o diretivo e o comissivo instaura-se pelo fato de que, no que toca ao primeiro, o dever para a realização plena do ajustamento cabe ao ouvinte, ao passo que, no que diz respeito ao segundo, tal dever está posto sobre o falante. A respeito de tal direção de ajustamento, devemos mais uma vez dar ouvidos às palavras de Mari:

Uma *força ilocucional* qualquer que se realize no *ponto comissivo* ou no *ponto diretivo* possui uma *direção de ajustamento* MUNDO-PALAVRA, porque, respectivamente, nem uma *promessa*, nem uma *ordem*, por exemplo, existem sem que antes exista uma enunciação que tenha tornado uma e outra possíveis. De modo mais efetivo, podemos dizer que uma *ordem* e uma *promessa* são satisfeitas se o mundo é alterado, de tal modo a se ajustar ao conteúdo proposicional que os atos respectivos anunciam. (MARI, 2001b, p.114)

A direção de ajustamento dupla, também chamada de **dupla direção**, diferentemente das direções anteriormente apresentadas, não consiste em um ajuste unilateral. Como é possível deduzir pelo próprio nome, trata-se de um ajuste de mão dupla: assim como o estado de coisas ajusta-se ao conteúdo proposicional de uma enunciação, este também é proferido tendo como certa a transformação do estado de coisas. Como bem aponta Mari, “assim, anula-se a precedência de linguagem sobre a ação e vice-versa, antes considerada como fundamento para direções de ajustamento precedentes.” (MARI, 2001b, p. 115). Os atos de fala cuja força ilocucional é declarativa se instauram nesta direção de ajustamento.

Finalmente, no que diz respeito à direção de ajustamento **nula ou vazia**, o compromisso entre mundo e palavra (realidade e linguagem), com sua possibilidade de sucesso ou de falha, não é trazida à baila. Como salienta Vanderveken (1990), em linhas gerais há uma pressuposição, por parte dos interlocutores, de que o conteúdo proposicional seja verdadeiro. Não há intenção, por parte do falante, de criar, alterar ou representar o estado de coisas; seu objetivo é unicamente o de expressar uma atitude proposicional acerca do mundo. Deste modo, “qualquer reação dos seus interlocutores só pode incidir sobre sua atitude e não sobre o fato que é reportado.” (MARI, 2001b, p. 118). É nessa direção de ajustamento que se encontra os atos de fala cuja força ilocucional é expressiva.

2.4. O desenvolvimento da força ilocucional

Uma vez apresentadas as condições de ajustamento entre a palavra e o mundo, conforme estabelecido por Searle e Vanderveken (1985), posso agora discorrer sobre outros aspectos importantes que constituem a força ilocucional, aspectos esses que regem, de alguma maneira, a adequação ou a inadequação dos atos de fala. Destaque-se, aqui, o fato de que, embora correspondam às formulações mais recentes da teoria, essas leis básicas não se encontram apartados do tempo e da história, antes, refletem todo o desenvolvimento histórico da Teoria dos Atos de Fala, desde sua “fundação” com as ideias de Austin.

Inicialmente, Daniel Vanderveken (1985) defendia a ideia de que cada força ilocucional poderia ser dividida em sete componentes diferentes. Posteriormente, o autor (1990) – parece-me que de maneira correta – abandonou o entendimento segundo o qual o grau de intensidade do ponto ilocucional seria um dos componentes da força. Assim sendo, restam seis componentes na constituição de uma força ilocucional, entretanto, dedicar-me-ei somente àqueles que possuem um padrão mais estável na teoria⁸, a saber: um **ponto ilocucional** (P), um **modo de realização** (M), as **condições de conteúdo proposicional** (⊙), as **condições preparatórias** (Σ) e, finalmente, as **condições de sinceridade** (Ψ).

2.4.1. Ponto Ilocucional

Para além da hierarquia na descrição inicial do autor, o **ponto ilocucional** (P) – que, na verdade, são pontos ilocucionais, haja vista sua existência em número de cinco – é entendido como o principal dos componentes de uma força ilocucional devido à sua centralidade na constituição desta. Essa centralidade deve-se ao fato de que, além de representar as pretensões de realização do falante na ocasião da execução de seu enunciado, é, também, o ponto ilocucional que define a direção de ajustamento em que se inscreve a enunciação do locutor. Assim, embora, de certa maneira, eu já tenha apontado a relação entre direção de ajustamento e força ilocucional na seção anterior, faz-se fundamental que os comentários sejam, aqui, ampliados, a fim de que se possa perceber mais claramente a noção de ponto ilocucional nesta última formulação da teoria. Nesse sentido, inicio esses comentários trazendo à baila a importante observação de Hugo Mari:

Numa perspectiva mais funcional, podemos dizer que a estruturação, que os *pontos de realização* de uma força ilocucional permitem organizar, fundamenta-se na seleção de dois enfoques alternativos: o enfoque do estado de coisas e o enfoque dos interlocutores. (MARI, 2001b, p. 119).

Seguindo essa direção, a estruturação a partir de um enfoque do estado de coisas possibilita duas, e apenas duas, orientações. A primeira diz respeito a uma referência aos fatos do mundo, com pretensões de objetividade e pressuposição de veracidade. O ponto ilocucional instaurado nessa orientação é o **ponto assertivo**, e, como já vimos, sua direção de

⁸ O sexto componente de uma força ilocucional, conforme proposto por Vanderveken (1985, 1990), é o **grau de intensidade das condições de sinceridade**. Contudo, não há uma elucidação plausível que nos permita distinguir, por exemplo, a variação do grau de intensidade de uma variação de modo de realização.

ajustamento é palavra-mundo. A segunda orientação, por sua vez, concerne ao posicionamento do locutor face ao mundo, ao estado de coisas, e diferentemente da primeira orientação, suas pretensões são à expressividade, partindo do pressuposto de que o locutor seja capaz de interagir, expressando um sentimento ou usando um protocolo adequado para tal. O ponto ilocucional instaurado nessa segunda orientação é o **ponto expressivo**, e circunscreve-se na direção de ajustamento nula ou vazia.

No que toca ao enfoque dos interlocutores, podemos observar a possibilidade de outras duas orientações. A primeira concerne aos compromissos futuros que o locutor assume ao proferir dada sentença, partindo do pressuposto de que a execução da ação está dentro de suas capacidades. Essa é a característica específica do **ponto comissivo**. A segunda orientação posta sob o enfoque dos interlocutores diz respeito aos deveres que o locutor, ao proferir determinada enunciação, lança sobre o alocutário, partindo do pressuposto que o alocutário tenha condições de realizar a ação. Essa é a característica específica do **ponto diretivo**. Como vimos na seção anterior, ambos os pontos, comissivo e diretivo, instauram-se na direção de ajustamento mundo-palavra.

Finalmente, temos o **ponto declarativo**, a respeito do qual é possível dizer que se anula a alternância dos enfoques (enfoque do estado de coisas e o enfoque dos interlocutores), e surge, então, uma integração entre ambos, de modo que não se pode conceber um em detrimento do outro. O ponto declarativo tem como pressuposto que o locutor esteja investido de determinada autoridade. A direção de ajuste desse ponto é a dupla direção.

Apresento o quadro a seguir com o intuito de sintetizar a discussão realizada até o momento. Nele, e somente nele, uso a letra M para representar o Mundo (estado de coisas), bem como uso a letra I para designar os interlocutores de um processo interativo. Assim, I¹ diz respeito ao interlocutor 1 (enunciador) e I² ao interlocutor 2 (enunciatário).

Quadro 1 - Características do ponto ilocucional

Ponto	Tipo de correlação	Tempo da ação	Ajustamento
Assertivo	$M_{[origem]} \rightarrow I^1 \rightarrow I^2$	Passado / Presente / Futuro	Palavra-Mundo
Diretivo	$I^1_{[origem]} \rightarrow I^2 \rightarrow M$	Futuro	Mundo-Palavra
Comissivo	$I^1_{[origem]} \rightarrow I^1 \rightarrow M / I^2$	Futuro	Mundo-Palavra
Declarativo	$I^1_{[origem]} \rightarrow M \rightarrow I^2 \rightarrow M$	Simultâneo	Ajuste duplo
Expressivo	$I^1_{[origem]} (M) \rightarrow I^2$	Passado / Simultâneo	Ajuste nulo

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de modelo proposto, em sala, pelo Dr. Hugo Mari.

2.4.2. Modo de realização

Na formulação de Vanderveken (1990), o segundo componente de uma força ilocucional é o **modo de realização** (M). Podemos dizer que é esse componente que possibilita à Teoria dos Atos de Fala uma proximidade maior para com a pluralidade de nossos usos linguísticos. Em outros termos, diante de uma descrição inicial – a do ponto ilocucional – que restringe os usos da língua a apenas cinco modelos diferentes, são os modos de realização que explicitam não somente a diversidade do comportamento linguístico humano, como também o comprometimento da teoria em descrever, da maneira mais exaustiva possível, a relação entre linguagem e ação, sem subestimar a pluralidade da linguagem humana e das línguas naturais.

Parece-me razoável assumir que a ampliação do debate acerca da especificidade de cada modo de realização é, em certa medida, um desdobramento da questão inicial dos performativos, uma vez que as reflexões iniciais de Austin concebiam os performativos como um indicativo de modo. Nessa direção, temos como consequência uma singular efetividade

dos performativos na determinação de um modo de realização, salvaguardadas – obviamente – as ocasiões em que os performativos estão ausentes do conteúdo proposicional, e outras de teor mais específico, como o uso não-performativo dos performativos.

Posto isso, é possível afirmar, então, que – em termos mais teóricos⁹ – modo de realização é o nome que se dá às diversas especificações possíveis para cada um dos pontos ilocucionais. Certamente, uma definição como essa sinaliza para o fato de que se trata de uma noção muito fluida e, em certo ponto, submissa à arbitrariedade das interpretações. Ainda assim, é possível apontar, pelo menos, três aspectos que permitem uma maior estabilização dos modos. No tocante a isso, é fundamental nos atentarmos à afirmação de Hugo Mari:

A pluralidade de formas que o modo pode assumir em cada ponto decorre de particularidades que se relacionam aos [1] integrantes do processo enunciativo, [2] ao conteúdo proposicional e [3] à utilização de formas linguísticas próprias. (MARI, 2001b, p. 121).

Nesse sentido, pode-se, a partir do ponto diretivo, exemplificar de que maneira os **integrantes do processo enunciativo** estabilizam, em algum nível, o conjunto de interpretações possíveis para os modos. Assim, sem aventar um tratamento exaustivo ou postular um caráter normativo, parece-me razoável supor que a diferença entre o modo-ordem, o modo-pedido e o modo-súplica, por exemplo, instaura-se a partir da posição hierárquica que subjaz aos interlocutores: nos casos que o locutor é hierarquicamente superior ao alocutário, temos o **modo-ordem**; nos casos em que o locutor é hierarquicamente inferior ao alocutário, temos o **modo-súplica**; e nos casos em que há simetria entre as posições hierárquicas, temos o **modo-pedido**¹⁰. Observe-se o quadro a seguir:

⁹ É possível agregar, aqui, uma definição mais condizente ao aspecto pragmático, a qual sinaliza para um posicionamento do locutor frente ao conteúdo proposicional e das ações que dele decorrem. Posso, ainda, apontar para uma perspectiva interacionista, segundo a qual se trata de uma forma de explicitar a relação entre locutor e alocutário.

¹⁰ Outros aspectos mereceriam ser tratados, como é o caso, por exemplo, do elemento prosódico, que certamente assume um papel importante na determinação do modo de um ponto diretivo. Contudo, nossa intenção não é necessariamente tratar de forma exaustiva de cada dimensão da Teoria dos Atos de Fala, antes, somente abordar os principais pontos da teoria.

Quadro 2 - Modo de realização: particularidades subjacentes aos interlocutores

Ponto	Modo	Condições necessárias na relação locutor/alocutário
Diretivo	Ordem	Locutor hierarquicamente superior ao alocutário.
	Pedido	Locutor hierarquicamente igual ao alocutário.
	Súplica	Locutor hierarquicamente inferior ao alocutário.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir das postulações de Mari (2001b).

Já no tocante às particularidades advindas do **conteúdo proposicional** que sinalizam para o modo de realização, pode-se destacar – no que diz respeito ao ponto comissivo – a necessidade de que o **modo-promessa**, por exemplo, tenha conteúdo proposicional que implique ações futuras do locutor em benefício ao alocutário. Afinal, um conteúdo proposicional que implique ações futuras do locutor lesivas ao alocutário estabelecer-se-á como um **modo-ameaça**.

Quadro 3 - Modo de realização: particularidades subjacentes ao conteúdo proposicional

Ponto	Modo	Avaliação sobre os fatos descritos pela proposição
Comissivo	Promessa	Ação futura benéfica ao alocutário.
	Ameaça	Ação futura lesiva ao alocutário.

Fonte: elaborado pelo autor.

Finalmente, no que concerne à **utilização de formas linguísticas próprias**, as particularidades que apontam para o modo de realização de determinado ponto podem ocorrer – é possível, mas não necessário – mediante o uso de performativos (ordeno, suplico, peço, prometo, desejo, etc.), além, é claro, de advérbios e expressões adverbiais.

No quadro a seguir, aponto alguns dos modos de realização possíveis para cada um dos pontos ilocucionais, ressaltando, mais uma vez, que se trata de uma noção consideravelmente fluida, de maneira que qualquer tentativa de encerrar suas possibilidades não obterá sucesso.

Quadro 4 - Modos de realização: algumas possibilidades

Ponto Ilocucional	Modos de realização
Assertivo	Afirmção, confissão, constatação, dúvida, negação, testemunho, relato, predição, profecia, etc.
Comissivo	Aceitação, ameaça, promessa, recusa, voto, etc.
Declarativo	Casamento, condenação, declaração, deferimento, demissão, exoneração, etc.
Diretivo	Ordem, pedido, questionamento, solicitação, súplica, etc.
Expressivo	Animação, cumprimento, deboche, irritação, surpresa, xingamento, etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

2.4.3. Condições de conteúdo proposicional

Condições de conteúdo proposicional (Θ) é o nome dado por Vanderveken (1985) ao terceiro componente de uma força ilocucional. Como é possível deduzir da nomenclatura empregada pelo autor, trata-se do componente que diz respeito diretamente ao aspecto linguístico do ato, ao seu conteúdo proposicional. Para ser mais específico, as condições de conteúdo proposicional estabelecem restrições de caráter sintático-semântico que incidem sobre o desempenho do ato, sendo o **tempo da realização verbal** a restrição mais evidente. Obviamente, não me ocuparei, aqui, de descrever exaustivamente as condições de conteúdo proposicional subjacentes a cada um dos pontos ilocucionais e de seus respectivos modos de realização. Contudo, a critério de exemplo, no que diz respeito aos pontos comissivo e diretivo, é possível apontar a necessidade de “que o conteúdo proposicional tenha uma expressão de futuro em relação ao momento da enunciação” (Mari, 2001b), ao passo que o

mesmo não se estabelece como condição necessária em circunstâncias cujo ato está instaurado no ponto assertivo.

Enfatizo, aqui, meu entendimento de que, em certa medida, as condições de conteúdo proposicional são o grande repositório de onde se pode extrair as particularidades subjacentes ao conteúdo proposicional, conforme apontado na seção anterior. Assim, as condições de conteúdo proposicional refletem não apenas o ponto ilocucional, como também o modo de realização de um ato. No quadro a seguir, para além do tempo de realização verbal, registro algumas das condições de conteúdo proposicional referentes aos pontos assertivo, comissivo e diretivo, e os modos de realização que se pode obter a partir da organização de tais condições.

Quadro 5 - Condições de conteúdo proposicional: algumas possibilidades

Ponto Ilocucional	Condições de Conteúdo Proposicional	Modos de realização possíveis
Assertivo	Reporta um estado de coisas futuras, posteriores ao enunciado;	Profecia/Predição
	Reporta um conteúdo, cujo próprio locutor é a referência;	Confissão
	Reporta um estado de coisas passadas, anteriores ao enunciado;	Confissão / Testemunho
	Reporta um conteúdo, cujo locutor pode não ser o responsável;	Testemunho
Comissivo	Impõe uma ação futura do locutor;	Promessa / Ameaça
	Ação em benefício do alocutário;	Promessa
	Ação lesiva ao alocutário;	Ameaça
Diretivo	Impõe uma ação futura do alocutário;	Súplica / Pedido / Ordem

Fonte: elaborado pelo autor.

2.4.4. *Condições preparatórias*

Como é possível verificar no quadro que apresentei anteriormente, as condições de conteúdo proposicional representam uma importante ferramenta para a distinção dos modos de realização possíveis para cada ponto ilocucional. Contudo, uma leitura mais atenta do quadro em questão comprovará que, no que diz respeito à diferença entre os modos de realização súplica, pedido e ordem – todos instaurados sob o ponto diretivo –, as condições de conteúdo proposicional não conseguem estabelecer uma distinção mais efetiva. Nesse caso, como em outros, podemos dizer que o modo de realização de um ponto ilocucional se definirá pelas condições preparatórias. **Condições preparatórias** (Σ) é o nome que Vanderveken (1985) atribuiu ao quarto componente responsável pela estruturação de uma força ilocucional. De modo mais objetivo, trata-se do componente que determina um conjunto de pressuposições específicas fundamentais para a realização de determinados atos.

Diferentemente do que temos visto nos demais componentes de uma força ilocucional, as condições preparatórias não se materializam no enunciado, antes, como afirma Mari (2001b), dão sustentação a sua emergência em termos de conteúdo proposicional. Em outras palavras, são condições representadas no plano da enunciação, e não do enunciado, de modo que tanto a execução quanto as implicações da execução de um ato estão sobre as bases das pressuposições específicas e indispensáveis apontadas pelas condições preparatórias. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que uma promessa (modo-promessa; ponto comissivo), pressupõe a capacidade de realização por parte do locutor, bem como uma exoneração (modo-exoneração; ponto declarativo) pressupõe determinado nível de autoridade institucional do locutor para tal.

Cabe-me, ainda, tecer duas importantes observações. Primeiramente, o fato de que Vanderveken (1985) já estabelecia a necessidade de não se confundir as **pressuposições específicas para a realização de um ato** com as **pressuposições “peculiares ao conteúdo proposicional”** (VANDERVEKEN, 1985, p. 178), as quais o autor exemplifica ao abordar “a pressuposição de existência de uma Rainha da Inglaterra na pergunta ‘A Rainha da Inglaterra é corajosa?’” (VANDERVEKEN, 1985, p. 178). Em segundo lugar, é importante observar o fato de que, em certa medida, as condições preparatórias abarcam as particularidades subjacentes aos integrantes do processo enunciativo, particularidades estas fundamentais na delimitação dos modos de realização. Assim, podemos dizer que as condições preparatórias são fundamentais para a distinção dos modos de realização e dos pontos ilocucionais, e que uma alteração nas condições preparatórias pode desqualificar um ato anterior.

Tendo feito tais observações, utilizar-me-ei, então, de quadros descritivos, a fim de poder sintetizar um panorama das condições preparatórias. Mais uma vez, enfatizo a ausência de pretensão à exaustividade. Antes, o intuito é basicamente abrir caminho para maiores reflexões acerca de quais sejam as condições preparatórias para cada ponto e para cada modo. Assim sendo, concernente aos pontos ilocucionais, pode-se apontar as seguintes condições preparatórias gerais:

Quadro 6 - Condições preparatórias gerais

Ponto	Condições Preparatórias Gerais
Assertivo	Referência aos fatos do mundo, aos fatos de mundos possíveis, ou aos fatos de mundos imaginários;
Comissivo	Capacidade, por parte do locutor, de realizar o que está/será proposto no enunciado;
Declarativo	Autoridade institucional para realizar tal ato;
Diretivo	Capacidade, por parte do alocutário, de realizar o que está/será proposto no enunciado;
Expressivo	Capacidade, por parte do locutor, de interagir, seja expressando um sentimento ou usando um protocolo adequado para tal.

Fonte: elaborado pelo autor.

Já no que diz respeito às condições preparatórias fundamentais para os modos de realização, pode-se evidenciar, basicamente, as seguintes:

Quadro 7 - Condições preparatórias específicas: algumas possibilidades

Ponto	Modo	Condições Preparatórias
Assertivo	Testemunho	Locutor como testemunha ocular do estado de coisas relatado;
	Predição / Profecia	Não efetivação, até o momento da enunciação, do estado de coisas relatados;
	Relato	Não requer condições preparatórias específicas, fora aquelas subjacentes ao ponto assertivo de maneira geral;
Comissivo	Promessa / Ameaça	Sua concretização não deve estar incluída no curso normal das ações previsíveis para os dois locutores;
	Promessa	Desejo de concretização, por parte do alocutário;
	Ameaça	Desejo de não concretização, por parte do alocutário;
Diretivo	Ordem	Locutor hierarquicamente superior ao alocutário;
	Pedido	Locutor hierarquicamente igual ao alocutário;
	Súplica	Locutor hierarquicamente inferior ao alocutário;

Fonte: elaborado pelo autor.

2.4.5. Condições de sinceridade

O quinto componente de uma força ilocucional, conforme apontado por Vanderveken (1985), são as **condições de sinceridade** (Ψ). Trata-se de um dos aspectos mais controversos em toda a Teoria dos Atos de Fala. Uma vez que as condições de sinceridade estão relacionadas ao estado mental (psicológico) expresso pelo locutor na ocasião de seu enunciado, de modo que todo ato precisa ser compatível com um estado mental do locutor, algumas dificuldades se fazem evidentes na estruturação deste componente, sobretudo pela recorrente ausência de um marcador linguístico que indique as condições de sinceridade de um ato.

Não obstante as dificuldades de evidenciação e demarcação de limites no tocante às condições de sinceridade, ainda assim tais condições se fazem importantes na constituição de

uma força ilocucional, haja vista que todo ato parece impor restrições à forma de operar dos estados mentais. Um exemplo nítido pode ser encontrado ao observarmos o ato de parabenizar (modo-parabenização; ponto expressivo) em comparação ao ato de manifestar pêsames (modo-lamentação; ponto expressivo): parece-me razoável a afirmação de que aquele que parabeniza o faz com um estado mental de satisfação/euforia, ao passo que aquele que se solidariza mediante a manifestação de pêsames o faz com um estado mental de resguardo/pesar. Certamente, “um falante pode ser bem sucedido na execução de qualquer ato ilocucional mesmo sendo não sincero” (VANDERVEKEN, 1985, p. 178), todavia, um permanente não cumprimento de tais condições acarretaria sobre nossas interações discursivas uma dimensão de descrédito que impossibilitaria qualquer validação de nossas ações, fossem elas instauradas no âmbito dos atos assertivos, nos comissivos, nos declarativos, nos diretivos ou mesmo nos expressivos. Dito isto, é fundamental dar atenção às palavras de Hugo Mari:

É claro que teor de sistematização das *condições de sinceridade*, como de resto de outros aspectos da teoria, ainda exige uma elaboração mais efetiva. Entretanto, por pouco que a teoria tenha avançado nesse território, ela deixa um rastro a ser explorado numa orientação interativa: as *condições de sinceridade* apontam para a necessidade de uma avaliação de padrões éticos para as práticas discursivas. (MARI, 2001b, p. 129)

Em outros termos, existe uma dimensão ético-moral em nossas interações discursivas, e, embora as condições de sinceridade não possam esgotá-la, certamente lançam luz sobre esse caminho que, mesmo impérvio, não deixa de ser um caminho.

Tendo concluído, aqui, a apresentação dos componentes de uma força ilocucional, julgo necessário enfatizar dois pontos. Primeiramente, o fato de que nem sempre – ou, talvez, quase nunca – a análise isolada das condições produzirá resultados satisfatórios. O que implica a necessidade de uma análise global, abrangendo todas as condições, e salientando os fatos mais importantes para a justificativa de um ato. Em segundo lugar, lembro que, embora exista toda uma formulação lógica para a teoria, minha opção por não representá-la é consciente, haja vista que não encontro motivos plausíveis para sua aplicação ao presente trabalho. Ainda assim, aqueles que possuem o desejo de conhecer as definições lógico-formais da teoria podem consultar, para além de Daniel Vanderveken e John Searle, os trabalhos de Hugo Mari, conforme referenciados no corpo do texto.

2.4.6. Sobre as “condições” de sucesso e satisfação

Para além de apontar os componentes de uma força ilocucional, Vanderveken (1985) retoma e reelabora a ideia austiniana de “condições para a felicidade de um ato”. Dessa maneira, o filósofo belga estabelece, então, as condições de sucesso e as condições de satisfação.

Para Vanderveken (1985), os componentes de uma força ilocucional determinam as **condições de sucesso** de um ato ilocucional. Em outras palavras, um ato só virá à existência (será executado) com sucesso em dado contexto se, e somente se, o ponto ilocucional (P), o modo de realização (M), as condições de conteúdo proposicional (Θ), as condições preparatórias (Σ) e as condições de sinceridade (Ψ) forem devidamente atendidas em conjunto. Assim, nas palavras do autor:

Um falante **não é bem sucedido na execução** de um ato ilocucional (o que não é simplesmente não executá-lo) quando ele tenta executar tal ato (isto é, usa uma sentença que expressa aquele ato relativamente ao contexto de enunciação), mas as condições não são satisfeitas. (VANDERVEKEN, 1985, p. 179-180)

Seguindo essa direção, é possível dizer que as condições de sucesso representam as exigências estruturais que devem ser cumpridas para a existência de um ato.

As **condições de satisfação**, por sua vez, apontam para o resultado positivo quando da execução de um ato, daí o fato de o autor sinalizar que se trata do “sucesso de adequação” (VANDERVEKEN, 1985, p. 180). Ademais, como propõe o mesmo autor, em trabalho posterior:

O conceito de condição de satisfação é uma **generalização** óbvia da noção de condição de verdade que é necessária para quantificar em todas as forças ilocucionais. Assim como uma afirmação é satisfeita se e somente se for **verdade**, um conselho é satisfeito se e somente se for **seguido**, um pedido é satisfeito se e somente se for **concedido**, uma promessa é satisfeita se e somente se é **realizada**, uma pergunta é satisfeita se e somente se receber uma **resposta**, e de forma semelhante para as outras forças ilocucionais. (VANDERVEKEN, 1992, p. 15, tradução nossa¹¹)

¹¹ La notion de condition de satisfaction est une **généralisation** évidente de la notion de condition de vérité qui est nécessaire pour quantifier sur toutes les forces illocutoires. De meme qu'un assertion est satisfaite si et seulement si elle est **vraie**, un conseil est satisfait si et seulement s'il est **suivi**, une requête est satisfaite si et seulement si elle est **accordée**, une promesse est satisfaite si et seulement si elle est **tenue**, une question est satisfaite si et seulement si elle reçoit une **réponse**, et semblablement pour les autres forces illocutoires.

Observe-se que a nomenclatura empregada pelo autor (mesmo no original: *success conditions* e *satisfaction conditions*) pouco auxilia na distinção desses critérios. Primeiramente, porque o termo “condições” induz o estudioso iniciante na teoria a crer que se trata de componentes fundamentais da força ilocucional, assim como são as condições de conteúdo proposicional (Θ), as condições preparatórias (Σ) e as condições de sinceridade (Ψ). Além disso, existe uma proximidade semântica entre os termos “sucesso” e “satisfação” que amplia a possibilidade de confusão entre essas “condições”.

Desse modo, tendo a pensar¹² que uma maneira mais efetiva de se formular as diferenças entre as condições de sucesso e as condições de satisfação é assumindo que, na verdade, trata-se de critérios de validação estrutural e funcional dos atos. Assim, os **critérios de sucesso** apresentam-se como sendo um requisito estrutural e, portanto, *a priori*, ao passo que os **critérios de satisfação**, enquanto atuantes na dimensão funcional dos atos, só poderiam ser avaliados *a posteriori*.

Finalizando esta seção em que tenho discorrido sobre o desenvolvimento da força ilocucional, é fundamental destacar que ao considerar a pluralidade da interação discursiva humana – que, como abordei na seção anterior, recobre tanto a descrição de estado de coisas quanto o posicionamento do locutor e/ou do alocutário para a realização satisfatória de determinadas atividades –, a Teoria dos Atos de Fala se estabelece como um importante instrumento na descrição das relações entre linguagem e ação. Contudo, é a tentativa de estabelecer critérios que permitam descrever pormenorizadamente essas relações que alça a teoria em questão a um patamar descritivo diferente de outras teorias propostas. Não se trata de termos na Teoria dos Atos de Fala uma teoria que não encontra problemas em nenhuma dimensão. Pelo contrário, por vezes a impressão que se tem acerca do descritivismo da teoria é que de tanto cavar, acaba-se por sujar a água. Entretanto, parece-me que mais dignos de nota são os avanços decorrentes das contribuições dessa teoria sobre diversos campos dos estudos discursivos.

Posto isso, peço licença para fazer uma “relativa digressão”. Relativa, porque não me afastarei da Teoria dos Atos de Fala; Digressão, porque me desviarei momentaneamente das formulações mais expostas da teoria, e seguirei pelos caminhos mais implícitos. Assim, com vistas a ser metodologicamente mais preciso, discorrerei nos próximos dois capítulos sobre conceitos subjacentes à teoria que, ao que me parece, têm implicações, mesmo que indiretas, sobre o processo de análise.

¹² Essa ideia advém dos comentários, em sala, do professor Dr. Hugo Mari.

3. VERDADE E SIGNIFICADO: NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA TEORIA

“[...] , pois muitas vezes o que é importante não é o que o filósofo disse, mas o que ele considera tão óbvio que não precisa de ser dito.” (SEARLE, 1999, p. 8)

Tendo discorrido sobre as formulações explícitas da Teoria dos Atos de Fala, faz-se necessário estabelecer, neste momento, alguns conceitos e definições que certamente podem estar no centro de objeções futuras às contribuições desta teoria para os processos interpretativos. Para tal, devo inicialmente ressaltar que nem todas as colocações teóricas que serão feitas neste capítulo estão devidamente formuladas e/ou explicitadas dentro da teoria, contudo, estou propenso a crer que é perfeitamente possível apreendê-las a partir de alguns dos escritos da área, bem como sugerir algumas possibilidades teóricas que não entram em conflito com os postulados fundamentais à teoria.

3.1. Sobre a verdade

Devemos ter em mente que, mesmo que a questão da linguagem tenha se destacado como epicentro do debate filosófico nos últimos dois séculos, considerações de natureza similar – algo que poderíamos considerar um protótipo das discussões modernas – já são feitas, ao menos, desde a Grécia Antiga. Em **Crátilo**¹³, por exemplo, Platão traz à luz o diálogo – entre Crátilo, Hermógenes e Sócrates – sobre qual seria a relação entre as palavras e as coisas. Mesmo nesse texto, que muitos sugerem ser o mais antigo tratado, da cultura ocidental, sobre a linguagem, já é possível perceber que para se tratar da linguagem humana – e, sobretudo, dos processos interpretativos –, dois conceitos são imprescindíveis: verdade e significado.

No tocante à noção de verdade, destacam-se ao menos cinco propostas teóricas: a Teoria da Verdade como Correspondência, a Teoria da Verdade por Coerência, a Teoria Pragmática da Verdade, a Teoria da Verdade por Redundância e a Teoria Semântica da Verdade. Deve-se ressaltar que, a depender da teoria, há uma preferência por termos distintos ao termo “verdade”, como é o caso da teoria da coerência, que usualmente opta pelo termo “validade”, e da teoria pragmática, cuja preferência é pelo termo “veracidade”. Além disso, é importante sublinhar que não há um consenso último acerca dos contrastes entre tais teorias, de

¹³ Acredita-se que a obra em questão tenha sido escrita entre 390 e 385 a.C.

modo que, para alguns, a Teoria da Verdade por Coerência, por exemplo, é apenas uma subclasse da Teoria da Verdade por Correspondência. Nesse sentido, tendo em vista que o debate filosófico acerca da questão da verdade é amplo, não me deterei aqui a explicar a argumentação subjacente a todas as teorias da verdade mencionadas, e nem mesmo direcionarei meus esforços para estabelecer as distinções entre as teorias mais próximas¹⁴. Meu olhar estará posto apenas sobre a Teoria da Verdade como Correspondência, a qual me parece ser aquela mais plausível em relação aos postulados da Teoria dos Atos de Fala.

A Teoria da Verdade como Correspondência, até onde se sabe, é a primeira das formulações teóricas acerca do conceito de verdade, tendo seus primeiros registros na obra de Platão – seja nos implícitos de **Crátilo** ou nos de **Sofista**. Contudo, sua sistematização tem sido, com razão, atribuída a Aristóteles, tanto por afirmar no capítulo VII do livro Gama de sua obra **Metafísica** que “dizer do que é, que ele é, e do que não é, que ele não é, é dizer o verdadeiro; dizer do que é, que ele não é, e do que não é, que ele é, é dizer o falso”, quanto por sua colocação na obra **Categorias**:

Se, com efeito, o homem existe, a proposição pela qual nós dizemos que o homem existe é verdadeira; e, reciprocamente, se a proposição pela qual nós dizemos que o homem existe é verdadeira, o homem existe. Contudo, a proposição verdadeira não é de modo algum causa da existência da coisa; ao contrário, é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição, pois é da existência da coisa ou da sua não existência que dependem a verdade ou a falsidade da proposição. (ARISTÓTELES, 14b 16-23).

A teoria acerca da verdade conforme sistematizada por Aristóteles parece-nos ser a mais intuitiva dentre as teorias da verdade. Talvez seja devido a esse caráter intuitivo, inclusive, que a Teoria da Verdade por Correspondência surja como sendo a mais disseminada das teorias da verdade¹⁵, tendo sido objeto de reflexão de importantes pensadores como Agostinho, Tomás de Aquino, René Descartes, Leibniz, Kant e, mais recentemente, John Searle – sem citar a já mencionada tríade grega¹⁶.

Em seu texto **Theories of Truth**, Ralph Walker discorre sobre a Teoria da Verdade como Correspondência afirmando que

¹⁴ Para uma análise mais detalhada das teorias da verdade mencionadas, consultar WALKER, 1997, p. 309-330.

¹⁵ É interessante ressaltar que, como propõe Searle, a Teoria da Verdade como Correspondência faz parte de um “Pano de Fundo cognitivo”, de modo que, “a série de afirmações que apresento sobre a realidade e a verdade pode ser tratada como uma teoria, ou mesmo como um conjunto de teorias, mas, quando o Pano de Fundo está funcionando – quando está, por assim dizer, cumprindo seu papel –, não precisamos de uma teoria. Tais pressuposições são anteriores à teoria.” (SEARLE, 2000, p. 14).

¹⁶ Ressalte-se, aqui, que ser “objeto de reflexão” não é, necessariamente, o mesmo que ser “opção teórica assumida”.

Como uma explicação sobre aquilo em que consiste a verdade, ela sustenta que a verdade de p consiste numa relação de correspondência entre p e os fatos. Sustenta também que, se esta relação é obtida ou não, um fato existe. Não consiste em nada mais. Em particular, então, não consiste na correspondência de " p corresponde aos fatos" com os fatos. (WALKER, 1997, p. 318, tradução nossa¹⁷).

Observe-se que, conforme sinaliza Walker, esta abordagem não diz respeito àquilo que se convencionou chamar de “fatos brutos” (realidade), uma vez que estes apenas existem, sem estarem sob julgamento de serem verdadeiros ou falsos. Para o autor, a questão posta pela teoria diz respeito a uma adequação entre os fatos do mundo e as suas formas de representação. Nas palavras de Searle, “a ideia básica é que as **afirmações** são verdadeiras se correspondem, descrevem ou se encaixam à maneira como as coisas realmente são no mundo, e falsas se não o fazem.” (2000, p. 22, ênfase nossa). Nesse sentido, é interessante considerar o vínculo que Searle (2000) aponta existir entre o seu Realismo Externo e a Teoria da Verdade como Correspondência. Segundo o autor, o Realismo Externo, isto é, a “concepção” de que o mundo (ou estado de coisas, realidade) existe independentemente de nossas representações a seu respeito, é a base sob a qual se fundamenta essa teoria, de modo que ao assumir a Teoria da Verdade como Correspondência assume-se, conseqüentemente, o Realismo Externo¹⁸.

Apesar de amplamente disseminada, a Teoria da Verdade como Correspondência – bem como quaisquer teorias – padece de algumas críticas, sendo a objeção mais usual sistematizada no pensamento de Gottlob Frege. Como se sabe, as críticas do lógico alemão não têm como alvo exclusivo a Teoria da Verdade como Correspondência, uma vez que no entendimento de Frege (1956, 2009) existe certa impossibilidade lógica de se definir o que é verdade. Contudo, parece-me haver uma dedicação especial do autor em estabelecer uma refutação à teoria da correspondência. Nesse sentido, podemos dizer que a mais disseminada

¹⁷ As an account of what truth consists in, it holds that the truth of a p consists in a relationship of correspondence between p and the facts. It also holds that whether or not this relationship obtains is itself a fact. It does not consist in anything else. In particular, then, it does not consist in the correspondence of " p corresponds with the facts" to the facts.

¹⁸ É interessante notar que o contrário não é verdade; isto é, assumir o Realismo Externo não implica necessariamente assumir a Teoria da Verdade por Correspondência. Como propõe Searle, “rigorosamente falando, o realismo é consistente com qualquer teoria da verdade porque é uma teoria da ontologia e não da significação de “verdadeiro”. Não é de modo algum uma teoria semântica. É possível, assim, admitir o RE [Realismo Externo] e negar a teoria da correspondência. Numa interpretação normal, a teoria da correspondência implica o realismo já que ela implica que existe uma realidade à qual correspondem afirmações se elas são verdadeiras; mas o realismo não implica por si mesmo a teoria da correspondência, já que não implica que a “verdade” é o nome de uma relação de correspondência entre afirmações e a realidade.” (1995, p. 154).

objeção fregeana à Teoria da Verdade como Correspondência é o famigerado **argumento do regresso**¹⁹.

Em síntese, esse ponto da crítica de Frege (1956) sugere que a teoria da correspondência pressupõe o conceito que está tentando definir. Dito de outro modo, sugere que na enunciação de “*p* é verdadeiro (ou falso)” há **uma pressuposição de que *p* se ajusta, ou não, ao estado de coisas**. Observe: não está *sub judice* o *status* (de verdadeiro ou falso) atribuído à proposição (*p*), mas, antes, pressuposições que ela evoca. Nesse caso, parece que, para o pensamento fregeano, a dificuldade maior dá-se em virtude de a Teoria da Verdade como Correspondência não conseguir explicar como se chega a *p*, senão recorrendo à pressuposição de uma realidade (um estado de coisas), e ao se recorrer à pressuposição, qualquer *status* (verdadeiro ou falso) atribuído à proposição não passará da atribuição do *status* (de verdadeiro ou falso) a uma pressuposição, quando na verdade o *status* (de verdadeiro ou falso) dado a uma proposição deveria estar baseado na consequência dos fatos.

Diante disso, se a crítica fregeana demonstra – como acredito – a impossibilidade lógica de se chegar a *p* por outro meio que não seja a pressuposição, tendo a dizer que ainda assim não há elementos teóricos que comprometam de modo consistente a teoria correspondencialista, posto que, como bem coloca Walker, “a teoria da correspondência é uma teoria a respeito daquilo em que consiste a verdade, não uma teoria a respeito daquilo em que consistem os fatos.” (1997, p. 318, tradução nossa²⁰). Os fatos, dentro dessa teoria, apenas são tomados como sendo unidades reais, existentes no tempo e no espaço, independentemente de nossas crenças e experiências. Assim, portanto, se o ponto central do argumento de Frege (1956) parece levantar questionamentos que dizem respeito não apenas à natureza de *p*, mas também à categoria ontológica em que se inscrevem os fatos, a teoria da correspondência, de modo oposto, não se põe a debater tais questões, uma vez que, como já dito, tem como base o Realismo Externo. Nesse sentido, julgo que a crítica fregeana seria mais relevante se reorientada para esta base em que se ancora a teoria correspondencialista, o Realismo Externo.

¹⁹ Devo fazer duas observações: a primeira refere-se ao fato de que, embora o argumento do regresso seja o ponto principal da crítica de Frege (1957), esse ponto complementa-se com os argumentos (ou partes de argumento) a seguir: a) distinção entre propriedade e relação; e b) distinção entre correspondência perfeita e correspondência parcial (formada a partir de uma *reductio ad absurdum* da teoria). A segunda observação, por sua vez, diz respeito ao fato de que, tendo em vista que o argumento do regresso é reorganizando por diversos autores, como Dummett (1973), Ricketts (2005) e Soames (1998), lido aqui apenas com seu aspecto central, ou seja, o ponto que os une à formulação fregeana inicial.

²⁰ The correspondence theory is a theory of what truth consists in, but not a theory of what facts consists in.

O **argumento do regresso** tem esse nome devido ao fato de que sua formulação, quando submetida à *reductio ad absurdum*, aparenta levar a um círculo vicioso sem fim – como defendia Frege (1956). Contudo, ao se insistir na plausibilidade da teoria da correspondência, é possível chegar à mesma conclusão de Ralph Walker, a saber, que, “embora haja uma regressão de algum tipo, não há nada de vicioso a esse respeito, mais do que há algo de vicioso sobre a observação de que, se p é verdadeiro, é verdadeiro que p é verdadeiro, e verdadeiro que é verdadeiro que p é verdadeiro.” (1997, p. 318, tradução nossa²¹).

Deve-se ressaltar que o próprio Walker (1997) apresenta outras três dificuldades à Teoria da Verdade como Correspondência, as quais lhe parecem mais complexas. Podemos resumí-las da seguinte maneira: (1) a teoria da correspondência não apresenta o caráter de uma teoria, antes, apenas de uma mera asserção; (2) a teoria da correspondência concebe um mundo que, de tão independente, torna-se misterioso e inavaliável; e (3) a teoria da correspondência não apresenta uma noção de “correspondência” que possibilite uma avaliação sobre a correspondência. Com vistas a apresentar resoluções elencadas para a primeira destas dificuldades, o autor traz à baila as “propostas” de Wittgenstein e de Austin. Contudo, ambas parecem insuficientes para tal fim.

Diante dessas dificuldades apresentadas por Walker (1997) e assumindo que, em alguma medida, a terceira objeção do autor é constituinte da primeira, ou seja, admitindo que a ausência de uma noção de correspondência é um dos fatores que apontam para o caráter não teórico da Teoria da Verdade por Correspondência, resta-me assumir que (1) e (3) tratam, em última instância, de uma **dificuldade**, não de um fato que refute a hipótese da teoria. Isto é, a dificuldade de representar formalmente a teoria não implica sua negação; pelo contrário, parece-me confirmar sua complexidade – talvez, um patamar de complexidade muito além daquilo que queremos ou precisamos estruturar sobre ela. Além do mais, essa dificuldade da estruturação formal de uma teoria pode ser vista em outras formulações preciosas, mas igualmente complexas, tais como a searleana Hipótese do Background²².

Quanto à segunda dificuldade apresentada por Walker (1997), estou inclinado a crer que esse caráter de independência atribuído ao mundo, que por vezes o torna inavaliável, é

²¹ [...] although there is certainly a regress of a kind, there is nothing vicious about it, any more than there is anything vicious about the observation that if p is true, it is true that p is true, and true that it is true that p is true.

²² Searle apresenta sua hipótese de modo mais consistente em **Intencionalidade**, onde propõe que “o Background é um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permitem a ocorrência de toda representação.” (SEARLE, 2002b, p. 198). Para o filósofo, “não existe vocabulário de primeira ordem para o Background, porque este não tem Intencionalidade. Como pré-condição da Intencionalidade, o Background é tão invisível para a Intencionalidade quanto o olho que vê é invisível a si mesmo.” (SEARLE, 2002b, p. 218).

muito mais uma propriedade que a teoria da correspondência herda do Realismo Externo – mesmo que este termo tenha sua emergência mais recente – do que da própria teoria *per se*. Desse modo, a veracidade desta dificuldade deve ser redirecionada para a raiz da questão, a saber, a concepção filosófica do Realismo Externo²³.

Assim, tendo plena consciência de que a Teoria da Verdade como Correspondência, bem como qualquer teoria que se preze, não é unânime, mas dando-me por satisfeitos em apresentar, ainda que de modo resumido, as contra-objeções ao argumento do regresso, que, por muitos, tem sido considerado a principal objeção a esta teoria, assumo com Walker que

“de fato, é difícil ver como a teoria da correspondência pode conseguir dizer mais do que isso. A ideia de que a estrutura da proposição de algum modo reflete a estrutura do fato é realmente a única sugestão que parece de todo promissora”. (1997, p. 321, tradução nossa²⁴).

Dito isto, passo a um breve debate acerca do segundo conceito que subjaz à Teoria dos Atos de Fala, a saber, o conceito de significado.

3.2. Sobre o sentido de significado e suas relações com as intenções e convenções²⁵

Início minhas considerações lembrando que, como bem observa Zlatev (2003), o significado é um princípio que diz respeito a toda a vida dos seres vivos e à relação destes com o ambiente em que vivem. Todavia, aqui, meu olhar estará direcionado ao conceito de significado que concerne especificamente à dimensão linguística do indivíduo humano.

Semelhantemente ao conceito de verdade, os debates acerca do que seria o significado parecem ter a gênese de seu registro também nos escritos de Platão, suscitando, desde então,

²³ No capítulo inicial de seu **Mente, Linguagem e Sociedade**, Searle apresenta uma incisiva defesa do Realismo, e aponta: “o realismo externo é a base de outros pontos de vista filosóficos fundamentais frequentemente negados – a teoria referencial do pensamento e da linguagem e a teoria da verdade como correspondência. Pensadores que desejem negar a teoria da verdade como correspondência ou a teoria referencial do pensamento geralmente se sentem pouco à vontade ao terem de aceitar o realismo externo. Muitas vezes, evitam completamente falar no assunto, ou então têm alguma razão mais ou menos sutil para rejeitá-lo. Na verdade, muito poucos pensadores dão um passo a frente e dizem que um mundo real que exista absolutamente, objetivamente e totalmente independente de nós não existe. [...] **negações diretas do realismo externo são raras.**” (2000, p. 23, ênfase nossa).

²⁴ It is indeed hard to see how the correspondence theory can contrive to say more than this. The idea that the structure of the proposition somehow reflects the structure of the fact is really the only suggestion that seems at all promising [...].

²⁵ Tendo em vista que, de modo geral, este trabalho se estrutura sobre considerações searleanas, faz-se fundamental assumir, então, a distinção de Searle (2002b) entre Intencionalidade/Intenção, com “i” maiúsculo, e intencionalidade/intenção, com “i” minúsculo. Para o autor, “Intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de Intencionalidade entre outras.” (2002b, p. 4).

as mais variadas controvérsias, de modo que um dos poucos consensos a respeito desse conceito é a inexistência de um consenso acerca do significado desse conceito. Nesta direção, é interessante notarmos com Mari que

A própria flutuação terminológica representa dificuldades nesse campo: vacilamos, com alguma frequência, na escolha entre significado e sentido, entre significado e significação, por exemplo, seja por razões conceituais, seja por razões instrumentais quando traduzimos tais termos de uma língua para outra. (1998, p. 20).

No tocante aos interesses para este texto, é possível, inicialmente, elencar algumas perguntas a respeito do significado: o que define o significado de uma sentença? Há limites de significados para uma sentença? Toda sentença comporta qualquer variação de significado? E mais: qual é o papel da intenção do autor na determinação do significado de um texto? A intenção do autor determina o modo como o texto é interpretado?

Se, também, a respeito do tema dessas questões não é possível afirmar a existência de um consenso, pode-se, ao menos, indicar dois pontos abordados por Strawson, em seu texto **Significado e Verdade**²⁶, que assumem um status de irrefutáveis, a saber,

que: 1) o significado de uma sentença geralmente depende, de algum modo sistemático, dos significados das palavras que a compõem, e 2) para que uma palavra tenha um determinado significado, é preciso que ela apresente, sistematicamente, uma determinada contribuição aos significados das sentenças em que ocorre. (STRAWSON, 1982, p. 181).

O texto de Strawson traz importantes considerações que serão aqui recuperadas, contudo, parece-me oportuno, ainda antes, regressar à obra **O significado de significado**²⁷, de Ogden e Richards, a fim de recuperar alguns *insights* importantes para a construção de minha argumentação.

3.2.1. O significado de significado: as ideias de Ogden e Richards e a “área de significado”, de Alan Gardiner

Inicialmente, devo destacar que Ogden e Richards (1976) elencam dezesseis possíveis definições que, até aquele momento, 1923, haviam sido propostas para a questão “o que é o

²⁶ Publicado originalmente em 1970, sob o título *Meaning and Truth*.

²⁷ Publicado originalmente em 1923 sob o título *The Meaning of Meaning*, a obra de Ogden e Richards, como bem apontado por Mari (1998), foi editada por dez vezes até o ano de 1969, o que, em alguma medida, atesta a importância do debate sobre o significado, sobretudo, no período em questão.

significado?”. Esse levantamento “histórico” das possibilidades de definição para o termo apresenta um grau considerável de variação entre os conceitos, que, entretanto, como sinaliza Mari, podem ser agrupados, de modo mais efetivo, em conformidade a dois aspectos presentes nas definições apresentadas por Ogden e Richards (1976).

De um lado existe uma questão que reflete uma certa interioridade do significado, que diz respeito ao modo pelo qual ele se constitui, o conjunto dos valores intrínsecos de que ele partilha. Essa discussão reflete uma dimensão transcendental, no sentido em que ela coloca em evidência a necessidade de um fundamento para o significado, da mesma forma que alimenta uma orientação linguística, no sentido da possibilidade de fixação de certas condições prevalentes para o significado. De outro lado, existe uma exterioridade do significado, representada por um conjunto de categorias que a ele está associada, ou a formas em que ele se materializa. No geral, esse teor reflete mais uma dimensão de sua natureza pragmática e o coloca como um elemento de mediação entre categorias como símbolo, signo, intérprete, usuário, referente, objeto e tantas outras. (MARI, 1998, p. 24-25).

Acerca dessas definições possíveis apresentadas pelos autores, quero salientar a definição VII, que os autores dividem em duas, a saber, (a) o significado como “um evento propositado”, e (b) a significação como “uma volição” (1976, p. 194). Obviamente, embora separadas em duas possibilidades, a definição VII elencada pelos autores diz respeito ao significado como produto das intenções do locutor. Nessa direção, Ogden e Richards (1976) sinalizam que tal definição fica sujeita a dificuldades consideráveis, como no caso de haver diferenças entre aquilo a que dado locutor intenta referir-se e aquilo a que, de fato, tal locutor se refere. Assim, os autores trazem a lume um excerto do pensamento de Alan Gardiner que parece, em alguma medida, apresentar uma solução à questão:

Será o significado de uma frase aquilo que está na mente do elocutor no momento em que profere ou aquilo que está na mente do ouvinte, no momento da audição? Nem uma coisa nem outra, penso eu. Não é certamente o que está na mente do ouvinte, porquanto ele pode interpretar inteiramente mal o propósito do elocutor. Mas tampouco é o que está na mente do elocutor, pois este pode intencionalmente ocultar na frase proferida os pensamentos que estão no seu cérebro e isto, é claro, não poderia fazer se o significado da frase fosse precisamente aquele que tinha em seu cérebro. Creio que a seguinte formulação resolverá o caso: *O significado de qualquer frase é aquilo que o elocutor pretende que seja entendido, através dela, pelo ouvinte.* (GARDINER, apud OGDEN; RICHARDS, 1976, p. 200).²⁸

Embora a formulação de Gardiner pareça promissora, há de se atentar para o caráter vago de expressões como “seja entendido”, e, em geral, de termos como “entender”,

²⁸ O texto de Sir Alan H. Gardiner a que os autores fazem referência é o artigo *The definition of the word and the sentence*, publicado originalmente em abril de 1922, no *British Journal of Psychology*, Vol XII.

“compreender”, *etc.*, como bem salientado por Ogden e Richards (1976). Pois, embora seja possível afirmar que qualquer enunciatário entende algo que o enunciador diz, quando compartilham o mesmo sistema, Gardiner não esclarece o que se quer dizer necessariamente por “seja entendido”. Assim, a título de exemplo, a expressão “seja entendido” poderia tanto significar “algum tipo de impressão em relação ao referente”, como também “algum tipo de estado mental em relação ao enunciador”, e assim por diante. Talvez, outros aspectos da formulação de Gardiner também possam suscitar questionamentos, mas, de qualquer modo, o ponto levantado pelo uso da expressão “seja entendido” já sinaliza para o fato de que a proposta de Gardiner parece não encerrar a possibilidade de “confusão entre as referências pretendidas ou manifestas pelo elocutor e as suas referências reais” (OGDEN; RICHARDS, 1976, p. 201). Ainda assim, retomarei alguns aspectos dessa formulação mais adiante, quando me voltar para a abordagem de Strawson (1982). Por ora, destaco outros pontos do pensamento de Gardiner, que, embora não tenham sido abordados por Ogden e Richards (1976) – aos quais voltarei em breve –, parecem-me precursores de muito do que se tem visto em termos de compreensão da linguagem.

Segundo Nerlich e Clarke (2003), Gardiner, em um trabalho publicado em 1952,

declara que o significado de uma palavra (em uma língua) é um acúmulo de aplicações anteriores de uma palavra (em discurso) para se referir a coisas pretendidas específicas (*specific things-meant*). Uma palavra, portanto, tem ‘muitas possibilidades de aplicação amplamente divergentes’. Gardiner denomina este campo de aplicações passadas e possíveis, como a ‘área de significado’ da palavra. (NERLICH; CLARKE, 2003, p. 572, tradução nossa²⁹).

É interessante observarmos que ao sugerir uma “área de significado” das palavras, Gardiner ressalta a importância de se considerar as circunstâncias em que os termos são empregados, haja vista que “grande parte da arte da fala consiste em um bom cálculo **por parte do falante** sobre o quanto da circunstância ele precisa expor” (GARDINER apud NERLICH; CLARKE, 2003, p. 573, tradução e ênfase nossa³⁰)³¹.

Seguindo a orientação de Nerlich e Clarke (2003), parece-me plausível admitir, também, que o tratamento dado por Gardiner ao significado no domínio da língua assemelha-

²⁹ [...] Gardiner declares that the meaning of a word (in a language) is an accumulation of former applications of a word (in speech) to refer to specific things-meant. A word therefore has "many widely divergent possibilities of application." Gardiner calls this field of past and possible applications, the word's "area of meaning".

³⁰ [...] large part of the art of speech consists of a nice calculation on the part of the speaker as to how much of the situation he needs to disclose.

³¹ Parece-me que há um certo grau de aproximação entre esta proposição de Gardiner e algumas das máximas conversacionais formuladas posteriormente por Paul Grice.

se, em alguma medida, à operação mental que a Linguística Cognitiva tem denominado atualmente de *blending*. Para o linguista e egiptólogo inglês,

no momento em que qualquer palavra é [...] aplicada a alguma coisa pretendida, ocorre uma fusão, deixando uma marca maior ou menor nesse item particular no vocabulário do falante. Se a palavra é usada de acordo com a tradição [...], o efeito é meramente confirmar e reforçar uma característica central na área de significado admitida. [...] São os sutis desvios do uso habitual que são as principais fontes de mudança na linguagem. (GARDINER apud NERLICH; CLARKE, 2003, p. 573, tradução nossa³²).

Não quero, obviamente, que este texto pareça uma mera colcha de retalhos, contudo, também, não considero adequado deixar de explanar o quanto a abordagem de Gardiner soa original para seu tempo. Nesse sentido, essa última colocação de Gardiner parece ter reflexos, por exemplo, na explicação que Umberto Eco (2002) faz da noção de fascismo, em seu texto **O fascismo eterno**³³, quando este autor propõe uma ilustração simples, mas bastante efetiva, para explicar o motivo do termo “fascismo” não ter uma definição muito clara.

Quadro 8 - As possibilidades para fascismo

1	2	3	4
abc	bcd	cde	def

Fonte: Umberto Eco (2002, p. 41).

Considerando, como proposto por Eco (2002), que os números dizem respeito a grupos políticos, e as letras às características de tais grupos, fica perceptível que não são todas as características de um grupo que se refletem no grupo seguinte. Contudo, a percepção de que se trata do mesmo fenômeno, o fascismo, fica resguardada pela ilusão de que existe de fato uma familiaridade entre os grupos.

Redirecionando esses apontamentos para a questão do significado de modo mais geral, o mesmo parece ocorrer com a noção de significado na abordagem de Gardiner. Tendo em vista que, na perspectiva deste autor, “o significado não é dado, mas construído através da

³² [...] at the very moment when any word is [...] applied to some thing-meant, a fusion takes place and leaves a greater or lesser mark upon this particular item in the speaker's vocabulary. If the word be used in complete agreement with tradition [...], the effect is merely to confirm and strengthen a central feature in the accepted area of meaning. [...] It is the slight departures from habitual usage, which are the main sources of change in language.

³³ Fruto de uma conferência do autor na Columbia University, o texto compõe a obra **Cinco Escritos Morais**.

compreensão em uma hierarquia de circunstâncias” (NERLICH; CLARKE, 2003, p. 573, tradução nossa³⁴), podemos dizer que essa “fusão” entre o significado atual e o significado potencial das palavras, ocorre “em virtude da ininterrupta série de decrescentes similaridades entre 1 e 4” (ECO, 2002, p. 42), a qual mantêm-se por aquilo que Eco denominou “uma espécie de transitoriedade ilusória, um ar de família entre 4 e 1” (2002, p. 42). Assim, no pensamento de Gardiner – e, em alguma dimensão, no de Eco –, embora o ponto central dependa do falante,

O significado na linguagem não é uma ‘ideia’ quase-platônica anexada à palavra, é uma área ou campo de aplicabilidade, circunscrito por diversas coisas-pretendidas no discurso. Mas, escreve Gardiner, “o significado das palavras geralmente abrange aplicações entre as quais é impossível descobrir todos os pontos de semelhança” (Gardiner [ms. 1952], 43). O que os mantém juntos é mais uma rede de semelhanças familiares, como Wittgenstein teria afirmado. (NERLICH; CLARKE, 2003, p. 573-574, tradução nossa³⁵).

Postas essas “longas” observações, retorno agora ao âmago da abordagem de Ogden e Richards (1976), os quais trazem em sua obra certa repreensão à “confusão” que as mais diversas escolas filosóficas ergueram ao redor do conceito de significado, e, conseqüentemente, à falta da construção de um aparato teórico formal que possibilitasse uma discussão mais lúcida da questão.

De fato, um estudo cuidadoso da prática de autores proeminentes de todas as escolas leva-nos à conclusão de que, apesar de uma suposição tácita de que o termo é suficientemente entendido, nenhum princípio governa o seu uso nem existe qualquer técnica pela qual a confusão possa ser evitada. (OGDEN; RICHARDS, 1976, p. 249).

Aqui, embora exista certa consistência na repreensão feita pelos autores, estou inclinado a crer que a resposta dada por Searle aos críticos da noção de analiticidade³⁶ pode ser estendida à noção de significado: “o reconhecimento de que se trata de um caso complicado, longe de mostrar que não temos nenhuma noção adequada”, argumentou o filósofo americano, “vem mostrar precisamente o contrário.” (1981, p. 16). Em outras

³⁴ [...] meaning is not given, but constructed through understanding in a hierarchy of situations [...].

³⁵ Meaning in language is not a quasi-Platonic ‘idea’ attached to the word, it is an area or field of applicabilities, circumscribed by the various things-meant in discourse. But, writes Gardiner, “the meaning of words often covers applications between which it is impossible to discover any points of resemblance” (Gardiner [ms. 1952], 43). What holds them together is more a network of family resemblances, as Wittgenstein would have put it.

³⁶ Na esteira da disputa entre Kant e Quine, Searle (1981) apresenta, de modo breve, uma argumentação otimista, por assim dizer, em defesa da noção de analiticidade.

palavras, de modo um tanto paradoxal, parece-me que o fracasso em estabelecer definições ou critérios que estejam além dos dois pontos abordados posteriormente por Strawson (1982) – e, aqui, já mencionados anteriormente –, aponta para o fato de que realmente tenhamos compreendido a noção em questão. Afinal, numa paráfrase de Searle (1981), não podemos reconhecer as dificuldades e limitações da definição de um termo como dificuldades e limitações se não tivermos apreendido antes o conceito.³⁷ Assim, se por um lado, tendo em vista o que é o fazer científico, a crítica de Ogden e Richards (1976) tem seu motivo de ser, por outro, em nada compromete o caráter intuitivo que temos a respeito do que seja o significado, ou as construções teóricas que permeiam ou se utilizam do conceito.

Finalmente, para terminar minhas considerações acerca do trabalho de Ogden e Richards (1976), devo enfatizar que a proposta sugerida pelos autores, que consiste basicamente na substituição do termo “significado” por outras expressões como “intenção” ou “valor” – algo que realmente não teve, ao menos nessa obra, uma explanação mais detalhada e convincente –, não se apresenta como uma solução adequada para o problema, pois, como aponta Mari, “se o termo ‘significado’ revela-se muito problemático, a sua substituição por outro de alcance semelhante apenas redundaria numa transferência automática das dificuldades conceituais para o novo termo.” (1998, p. 26). Postas essas observações, volto-me para o trabalho de Strawson (1982) que, em muito, parece elucidativo para lidar com o conceito de significado em que a Teoria dos Atos de Fala está arvorada³⁸.

3.2.2. *A concepção de Strawson: nem tanto ao céu nem tanto ao mar*

Em **Significado e Verdade**, Strawson propõe-se a discorrer sobre “um certo conflito, ou aparente conflito” (1982, p. 181), a saber, a oposição “entre os teóricos da intenção comunicativa e os teóricos da semântica formal” (1982, p. 181-182). Tendo em vista a Teoria da Enunciação, de Benveniste (1995), podemos dizer que a primeira posição sinaliza para a dimensão da enunciação, e a segunda, para a dimensão do enunciado.

Apontando Austin, Grice e o “segundo” Wittgenstein como “representantes” do primeiro grupo, Strawson nos diz que, para os teóricos da intenção comunicativa,

³⁷ A frase de Searle que parafraseamos aqui é: “Não podemos reconhecer os casos limites de um conceito como casos limites se não tivermos apreendido antes o conceito.” (1981, p. 16).

³⁸ Destaco, aqui, que embora tenha optado pelo texto de Strawson (reitero: publicado originalmente em 1970), a perspectiva apresentada pelo autor já está, em alguma medida, apresentada na obra *Speech Acts*, publicada por Searle em 1969. Saliento, ainda, que, como reconhecem os autores, a obra seminal desta perspectiva é o artigo *Meaning*, publicado por Paul Grice em 1957.

é impossível dar uma explicação adequada do conceito de significado sem fazer referência ao fato de que os falantes possuem um certo tipo complexo de intenções dirigidas à audiência. Os significados específicos das palavras e das sentenças são sem dúvida, em grande parte, uma questão de regras e convenções; entretanto, a natureza geral de tais regras e convenções, em última análise, só pode ser entendida se se fizer referência ao conceito de intenção comunicativa. (1982, p. 182).

Por outro lado, tomando Chomsky, Frege e o “primeiro” Wittgenstein como “arautos” do formalismo semântico – lista que certamente pode e deve ser contestada³⁹ –, Strawson sinaliza que os teóricos do formalismo entendem ser a intenção comunicativa não uma questão essencial, mas sim eventual, haja vista que “o sistema de regras sintáticas e semânticas, em cujo domínio consiste o conhecimento de uma língua – as regras que determinam os significados das sentenças – não é, absolutamente, um sistema de regras *para* comunicar.” (STRAWSON, 1982, p. 182). Assim, para o segundo grupo, o equívoco do primeiro estaria em estruturar a definição de significado sobre uma falsa base, isto é, a ideia de função comunicativa.

De maneira mais sintética, podemos dizer que a abordagem dos teóricos da intenção assume o significado como sendo proveniente de um uso intencional, em circunstâncias específicas e de acordo com determinadas regras e convenções, ao passo que a abordagem dos teóricos do formalismo assume o significado como sendo proveniente da combinação de regras sintáticas e semânticas. Portanto, a raiz de tal contraste encontra-se na imensa discrepância entre dois níveis na dimensão do significado: o uso intencional do significado assume o significado como sendo um dado *a priori*; a dimensão formal coloca o significado como resultado de combinação de regras. Observe-se que, até aqui, a abordagem dos teóricos da intenção não salienta o indivíduo “dono” da intenção comunicativa, antes, o tem apenas como fator subjacente.

Dando prosseguimento a seu texto, Strawson apresenta dois pontos importantes para uma formulação mais robusta de uma teoria da intenção comunicativa. Segundo o autor, faz-se necessário destacar “um conceito primitivo de *comunicação* (ou intenção comunicativa)” (1982, p. 183) que não pressuponha a noção de **significado linguístico**. Em seguida, sugere Strawson, faz-se necessária uma explanação que justifique o uso de **significado linguístico** a partir desse “conceito primitivo de comunicação” (1982, p. 183). Posto isso, o autor sugere algo que me parece ser a conclusão mais coerente: sendo os dois pontos anteriores levados a cabo, resta ao teórico da intenção comunicativa assumir o enunciador como um “conceito

³⁹ A bem da verdade, entendo como equivocada a inclusão de Chomsky em tal “lista”. Afinal, como bem sabemos, no histórico das diversas versões de sua teoria, a semântica (ou significado) não tem um papel central. Quem deu um destaque para a semântica na Teoria Gerativa foram Katz, Bierwisch e Weinreich, entre outros.

fundamental na teoria do significado” (STRAWSON, 1982, p. 183). Nessa direção, digo que se trata de uma “conclusão mais coerente” tendo em vista o fato de que, como aponta Strawson, “o que um enunciador significa através de seu enunciado é especificado, evidentemente, através de uma especificação da intenção complexa com que ele produz o enunciado” (1982, p. 183). Dito de outro modo, essa proposta de formulação apresentada por Strawson (1982) desenvolve alguns aspectos importantes da ideia inicial de Grice (1957), induzindo um deslocamento do enunciador, do papel de mero fator subjacente, para um lugar de maior centralidade na teoria do significado à qual se alinham os teóricos da intenção comunicativa.

Diante do exposto, **embora eu não admita a possibilidade de se supor uma independência dos teóricos da intenção em relação aos teóricos do formalismo, parece-me plausível assumir que a caracterização do significado do enunciador esteja para além das possibilidades de conteúdo lexical que eventualmente se estruturam em termos de enunciado.** Digo, então, numa síntese dos apontamentos de Strawson (cf. 1982, p. 184), que ao menos três pontos devem ser levados em consideração para a caracterização do significado do enunciador: (1) que o enunciador pretende fazer crer ao seu enunciatário que ele, enunciador, acredita numa proposição *p*; (2) que o enunciador pretende que sua intenção inicial esteja clara em seu enunciado, a fim de que seja claramente reconhecida pelo enunciatário; e (3) que o enunciador pretende que, satisfeitas as condições (1) e (2), o enunciatário execute determinada ação a partir da enunciação dele, enunciador.

Apresentados esses pontos, que certamente são básicos para a caracterização do significado do enunciador, Strawson afirma que “desde que certas outras condições sobre a intenção do enunciador sejam satisfeitas, pode-se dizer, no sentido relevante, que o enunciador exprime algo através de seu enunciado” (1982, p. 184). Essa afirmação do autor, embora pareça uma conclusão evidente, lança-nos em face da seguinte questão: como, então, depreender a intenção do enunciador? Esta pergunta, por sua vez, lança-nos em face de outra, ainda mais fundamental: o que estamos entendendo, aqui, por intenção?

Começando pelo questionamento mais basilar, até onde sei, o termo “intenção” não foi definido de forma teórica – como se costuma fazer com termos-chave de quaisquer teorias. Sua utilização, por Grice e afins, está relacionada ao entendimento corrente que se tem acerca do referido termo, ou seja, intenção como “propósito que se busca alcançar”, “algo que se pretende”.

Já no que diz respeito ao primeiro questionamento, isto é, sobre como podemos inferir a intenção do falante, é fundamental atentarmos às observações de Mari:

Uma intenção (ou um complexo de intenções, como prefere Strawson) não é uma propriedade material de um enunciado, na extensão em que atribuímos essa qualificação a propriedades de natureza sintático-semânticas, mas é um modo de ser que acrescentamos a ele, através de algum procedimento que pode expressar uma forma de organização do código. **As intenções incorporam-se ao processo enunciativo e não preexistem, de modo independente dos enunciados.** A intenção de humilhar o interlocutor pode ser incorporada a muitos dos nossos atos, mas, na qualidade de intenção e não na de convenção, ela não pode ser independente da existência deles, no momento que são proferidos. **Para ser detectada, uma intenção requer um custo de processamento mais demorado, por não estar inscrita, de forma transparente, na superfície discursiva de um ato.** (1998, p. 43, ênfase nossa.)

Numa síntese das pertinentes colocações de Mari, podemos dizer que qualquer tentativa de depreender as intenções do enunciador passa necessariamente pelo fato de que (a) a intenção do enunciador, em alguma dimensão, precisa estar justificada no próprio enunciado, e (b) tal justificativa no enunciado deve estar relacionada às escolhas lexicais em função de um significado que o enunciador imprime ao enunciado. Assim, esses dois aspectos nos conduzem a outro ponto importante no texto de Strawson (1982), a saber, a relação entre o significado comunicacional e o significado linguístico, ou, dito de outro modo, a relação entre o significado do enunciador e o significado do enunciado. Porventura, pode haver independência entre o significado do enunciador e o significado do enunciado? É possível admitir que o comunicacional seja independente do linguístico, ou que o linguístico tenha sua razão de ser, independentemente do comunicacional?

Perguntas como essas certamente demandam uma resposta cuidadosa, e, por vezes, uma explanação longa. Contudo, a fim de não ser prolixo na explicação dos diferentes pontos, mas também não incorrer em análises simplórias, apresentarei, aqui, apenas o ponto que me parece mais digno de defesa, a saber, a **impossibilidade de se pensar o significado do enunciador independentemente do significado do enunciado.**

Tendo em vista que o significado linguístico – fator preponderante para os teóricos do formalismo – habitualmente é representado “em termos de regras e convenções semânticas e sintáticas” (1982, p. 185), poderia soar um tanto contraditório assumir sua relação com a ideia de significado do enunciador, por ser este um desdobramento da teoria da intenção comunicativa. Contudo, Strawson assume que “regras ou convenções governam as práticas e as atividades humanas que visam a um objetivo” (1982, p. 185), de modo que, no tocante às regras e convenções semânticas e sintáticas, sua finalidade seria exatamente o ato de comunicação, posto que o objetivo do enunciador, a realização de sua intenção comunicativa, se daria mediante a observância de tais regras. Em outros termos, o autor defende que **a ideia de significado do enunciador, formulada dentro da teoria da intenção comunicativa, não**

exclui a noção de significado linguístico pela relação deste com regras e convenções sintáticas e semânticas, antes, o significado linguístico, com todas as suas particularidades, torna-se um fator que corrobora a ideia de significado do enunciador.

Obviamente, essa formulação esbarra no problema da distinção entre as regras; realmente, regras semânticas e sintáticas tendem a serem mais estáveis, formais e objetivas do que regras que regem o processo comunicacional. Contudo, mesmo essas características distintas seriam insuficientes para conter o argumento de Strawson. Primeiramente, porque sabemos, desde **Investigações Filosóficas**, que a ausência, maior ou menor, de regras comuns não desabona o fato de um jogo ser um jogo. E não vejo motivos para lidarmos diferentemente com o nosso problema. Em segundo lugar, pelo fato de que, embora possamos dizer que somente as regras comunicacionais admitam a dimensão das intenções, a dimensão das convenções parece ser comum a ambas, e é basicamente sobre a noção de convenções que repousa um importante aspecto da argumentação de Strawson (1982).

Segundo o autor, “tudo o que a análise exige é que possamos explicar a noção de convenções de comunicação em termos da noção de comunicação pré-convencional num nível bastante básico.” (1982, p. 186), o que, de fato, ele faz, ao sugerir que uma intenção comunicativa primária estabeleceu uma comunicação pré-convencional e essa, uma vez posta, constituiu-se um ponto de partida para novas interações, de maneira que, decorrido determinado tempo, esta comunicação que era pré-convencional consolidou-se uma convenção.

Assim, tendo explanado como a noção de comunicação pré-convencional é justificada de acordo com a intenção comunicativa primária, e, com vistas a concluir seus primeiros apontamentos acerca de uma teoria do significado em termos de intenção comunicativa, Strawson (1982) aponta o fato de que, no processo histórico, o caráter estável das intenções alça boa parte delas – talvez, todas – à dimensão das convenções:

As primitivas intenções comunicativas e sucessos de comunicação dão margem ao aparecimento de um sistema de significado convencional limitado, que torna possível o seu próprio enriquecimento e desenvolvimento, que por sua vez torna possível a expansão do pensamento e das necessidades de comunicação até o ponto em que há, novamente, mais pressão sobre os recursos existentes na língua, que, por sua vez, reage a essa pressão... Evidentemente, há um elemento misterioso nisso; mas de qualquer forma, esse elemento também existe no intelecto humano e na criatividade social. (STRAWSON, 1982, p. 188).

Nesse aspecto, podemos, então, admitir uma relação dupla entre significado e intenções: **se por um lado as intenções precedem o significado** (o que, observe, é diferente

de preexistir independentemente do enunciado), **por outro, elas necessitam estar circunscritas àquilo que, como vimos, Gardiner chamou de “área de significado”**. Em outros termos, se inicialmente os significados são instituídos a partir de intenções, em um segundo momento, as intenções necessitam se adequar àquilo que por meio delas se cristalizou, a saber, as convenções. Como bem sintetizou Mari,

Ainda que do ponto de vista da produção de um ato, elas possam representar alguma precedência temporal sobre o significado, sabemos que as intenções se submetem a um certo domínio do significado. O leque de intenções que colocamos em jogo num determinado proferimento depende da configuração central do significado que asseguramos para esse proferimento. Assim, intenções e significado regulam-se por um princípio de causalidade, ainda que numa modalidade causal fraca. (1998, p. 47).

De modo similar, Searle nos lembra que

existe um conjunto extremamente complexo de relações entre o significado convencional das sentenças e o significado realizado ou articulado pelo falante. Neste sentido, o significado do falante é primário, tendo em vista que o propósito principal de todo sistema é possibilitar aos falantes comunicar aos ouvintes na execução de atos de fala intencionais. Porém, seria um erro concluir que a comunicação pode ser separada da forma convencional da sentença. Só é possível comunicar, ou até mesmo pensar, pensamentos complexos tendo em conta uma estrutura de significados da sentença. (1994, p. 647, tradução nossa⁴⁰)

Postas estas colocações acerca da relação entre significado, intenções e convenções, parece-me, então, que, de fato, há **três fatores iniciais ao redor dos quais devemos pensar a produção e a compreensão de significado**: (a) **o sistema**, lugar em que majoritariamente repousam as convenções; (b) **a relativa autonomia do sujeito**, lugar em que as intenções podem estar mais salientes; e (c) **o momento sócio-histórico**, lugar em que (a) e (b) se defrontam, ora pendendo pra um lado, ora pra outro.

Finalmente, tendo exposto as noções de verdade e significado que subjazem à Teoria dos Atos de Fala, pretendo demonstrar, no próximo capítulo, algumas implicações lógicas desta teoria para os processos interpretativos.

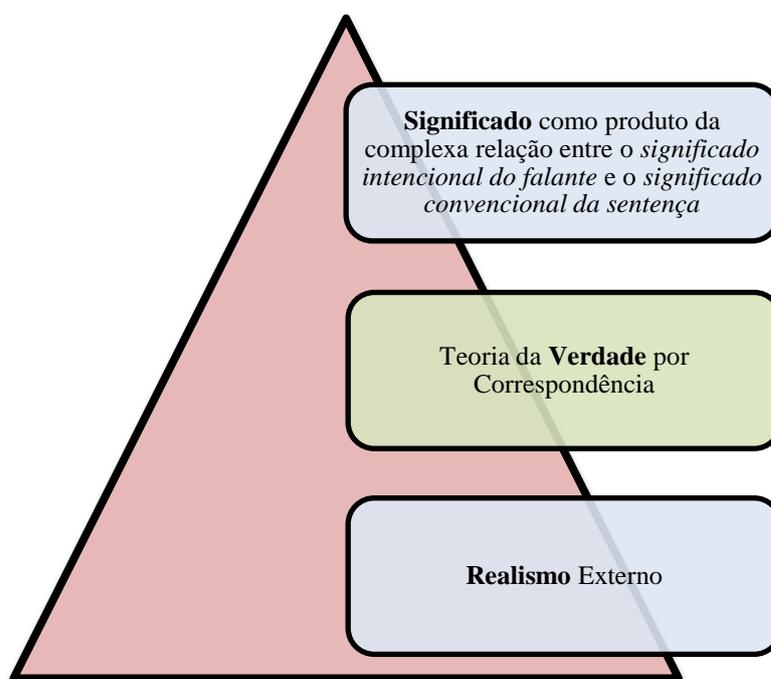
⁴⁰ [...] there is an extremely complex set of relations between the conventional sentence meaning and the realized or articulated speaker meaning. In one sense, speaker meaning is primary, since the main purpose of the whole system is to enable speakers to communicate to hearers in the performance of intentional speech acts. But it would be a mistake to conclude that communication can be separated altogether from conventional sentence meaning. It is only possible to communicate, or even to think, complex thoughts given a structure of sentence meanings.

4. DIMENSÕES DA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL A PARTIR DA TEORIA DOS ATOS DE FALA

“Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz.” (ECO, 2012, p. 28)

Iniciei este trabalho apresentando as principais formulações da TAF, como os cinco **pontos ilocucionais**, com suas respectivas **direções de ajuste**, e os **modos de realização**, com suas possibilidades relativamente amplas. Em seguida, fiz um breve apontamento dos pressupostos filosóficos em que a TAF se baseia, e penso poder resumi-los da seguinte forma:

Figura 1 - Pressupostos filosóficos da TAF



Fonte: elaborado pelo autor.

Devo destacar que mesmo diante da (re)orientação que se dá, aqui, para a teoria, isto é, um redirecionamento do enfoque das relações entre linguagem e ação para um enfoque das relações entre texto, autor e leitor nos processos de interpretação textual, os pressupostos filosóficos em que se fundam a teoria permanecem os mesmos. À semelhança do enfoque original (a relação entre linguagem e ação), o enfoque aqui proposto reconhece os pressupostos filosóficos dispostos na figura anterior.

Sendo assim, a partir de agora, entro em um ponto singular de toda essa proposta e apresento algumas implicações lógicas da Teoria dos Atos de Fala para os processos interpretativos, mais especificamente o lugar/valor do autor, do leitor e do texto a partir dos apontamentos dessa teoria. Nesse sentido, quero ressaltar que, tendo em vista a complexidade das relações entre os estados mentais intencionais do enunciador (produção) e os estados mentais intencionais do enunciatário (recepção), não há, aqui, nenhuma proposta de fórmula algorítmica que possibilite a fixação de interpretações possíveis e/ou únicas para quaisquer proposições e/ou textos. Não se afirma com isso, todavia, uma dimensão aleatória da recepção, a qual, em alguma extensão, será determinada pela textualidade.

4.1. Uma disputa epistemológica: dificuldades em torno da interpretação textual

Como esbocei no capítulo anterior, há uma disputa de perspectivas ontológicas entre realistas e antirrealistas: na ótica dos primeiros, determinadas coisas do universo existem independentemente da mente humana, ao passo que para os últimos – que em alguma medida derivam do idealismo de Kant e Hegel –, aquilo que os realistas chamam de “realidade” não passa, na verdade, de uma série de construções humanas.

De modo semelhante, parece-me possível afirmar que, entre ambos os grupos, há também, como uma extensão da questão central, certo embate de ordem epistemológica a respeito da interpretação textual. Nesse caso, o cerne da disputa é basicamente a ideia de significado, e está diretamente relacionado aos diferentes entendimentos que se tem acerca das noções de autor, leitor, língua e texto.

No que diz respeito ao aspecto epistemológico da disputa entre realistas e antirrealistas, ou – levada às últimas instâncias –, entre os adeptos de uma visão mais ligada ao Iluminismo e o movimento comumente chamado de “pós-modernismo”, pode-se dizer que a visão antirrealista é marcada, sobretudo, pela negação de que um significado possa ser alcançado, seja ele pautado nas intenções autorais ou na materialidade enunciativa.

Eco (2012) relaciona as correntes interpretativas baseadas no leitor – ou seja, correntes mais vinculadas ao pós-modernismo – com o pensamento hermético⁴¹. Ao “revisitar as raízes arcaicas do debate contemporâneo sobre o significado (ou a pluralidade de significados, ou a ausência de qualquer significado transcendental) de um texto” (ECO, 2012, p. 29-30), o

⁴¹ Tenho consciência de que, *a priori*, o conjunto de palestras de Eco está circunscrito à crítica literária, contudo, o autor assume, ao menos inicialmente, apagar “a distinção entre textos literários e textos comuns” (2012, p. 30). Assim, os apontamentos do autor parecem-me conciliáveis com as dimensões aqui abordadas.

escritor italiano observa que o hermetismo, em alguma medida, pode ser caracterizado pela empreitada em busca de um significado final inatingível, e que esse significado inatingível “leva à aceitação de uma interminável oscilação ou deslocamento do significado.” (ECO, 2012, p. 37). Para o autor, retomando o pensamento de Gilbert Durand, esse aspecto do hermetismo pode ser reconhecido também em determinados pensadores modernos:

Em um de seus livros, *Science de l’homme et tradition* [...], Gilbert Durand vê o conjunto do pensamento contemporâneo, em contraposição ao paradigma mecanicista do positivismo, passar pelo sopro vivificante de Hermes, e a lista de personalidades que identifica convida à reflexão: Spengler, Dilthey, Scheler, Nietzsche, Husserl, Kerényi, Planck, Pauli, Oppenheimer, Einstein, Bachelard, Sorokin, Lévi-Strauss, Foucault, Derrida, Barthes, Todorov, Chomsky, Greimas, Deleuze. (ECO, 2012, p. 40-41)

Certamente, a lista de Durand retomada por Eco está passível de ajustes⁴², entretanto, a despeito disso, para Eco, “descobrimos no hermetismo antigo e em muitas abordagens contemporâneas algumas ideias inquietamente similares” (2012, p. 45), as quais podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (1) o texto como lugar de significados ilimitados; e (2) a linguagem como lugar do desentendimento por excelência.

Outra associação estabelecida por Eco (2012) é a que relaciona o pensamento pós-moderno a uma espécie de agnosticismo, tanto no sentido de que naquele, assim como neste, os adeptos advogam – ainda que de modo implícito – o status de *Übermensch*, reconhecendo-se “como uma centelha da divindade”, responsáveis pela restauração da raça, como no sentido de que

“toda pessoa, desde que ansiosa por impor a intenção do leitor sobre a intenção inatingível do autor, pode tornar-se o *Übermensch* que realmente entende a verdade, qual seja, que o/a autor/a não sabia o que estava realmente dizendo, porque a língua falou em seu lugar. (ECO, 2012, p. 45-46).

A despeito das provocações de Eco, e de sua desconfiança para com uma possível recuperação da intenção do autor, deve-se considerar que o movimento antirrealista não apenas tende a ser uma releitura mais bem elaborada de determinadas abordagens antigas, mas, estabelece-se como uma resposta a certa perspectiva demasiadamente “psicologizante”

⁴² Foucault, por exemplo, parece-me, em certa medida, ser um problema para o agrupamento. No que diz respeito à morte do autor, por exemplo, o posicionamento deste filósofo parece-me um tanto peculiar. Sua preocupação, por assim dizer, está posta em compreender o autor enquanto “função”, e não, necessariamente, em negar a validade de sua intenção, o que seria mais característico de um antirrealista. Talvez daí a dificuldade de Searle em reconhecer Foucault como pertencente à “favela intelectual” (SEARLE, 1998) do pós-modernismo.

do autor, e, sobretudo, visa trazer ao palco da interpretação um “elemento” por vezes esquecido: o leitor. Daí, inclusive, a frase de Barthes que, de certa forma, transformou-se em um axioma dentro de tal movimento: “O nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor.” (2004, p. 64).

Postas essas considerações, buscarei esboçar, a seguir, o modo como a Teoria dos Atos de Fala tem concebido as noções de autor, leitor, língua e texto, e como sua concepção de tais noções nos permite estruturar uma interpretação textual caracteristicamente mais próxima a uma perspectiva realista.

4.2. Considerações sobre a noção de autoria na Teoria dos Atos de Fala

O processo interpretativo de um texto, independentemente de sua modalidade, parte do pressuposto – ainda que implícito – de que há um agente **responsável** pela emissão desse texto. Nesse sentido, é interessante observar que o termo português “responsável” é uma das possíveis traduções para o termo latim “*auctor*”, o qual também pode ser traduzido por “causa”, “fiador”, “originador”, “promotor”, *etc.* Observe-se, ainda, que a palavra portuguesa “autoridade” provém do termo latim “*auctoritas*”, derivado, por sua vez, de “*auctor*”. Ou seja, dado o fator etimológico, é possível dizer que há uma relação estreita entre autor e autoridade, e no nosso caso específico, entre autor e a autoridade sobre os textos.

Entretanto, deixando as questões etimológicas de lado, é necessário, desde já, estabelecer que, em virtude da celeuma que se arquetou ao redor do conceito de autor, sobretudo, na última metade do séc. XX, a noção de autoria parece mais apropriada para os objetivos aqui propostos. Nessa direção, parece-me pertinente buscar esclarecer a seguinte pergunta: quais as implicações, para os processos interpretativos, da aceitação ou da recusa de se contemplar a autoria?

Atentemo-nos ao fato de que esse questionamento não coloca *sub judice* a existência do autor, enquanto sujeito empírico. Pois, ainda que – no que tange aos processos interpretativos – a necessidade de identificação deste sujeito e de sua consciência (forjada por aspectos de ordem sócio-histórica, político-ideológica, *etc.*) possa ser posta em xeque, ele logicamente não pode ser removido do seu lugar, haja vista que sua existência é uma condição necessária para a interação.

A reflexão que se pretende a partir do questionamento anterior diz respeito à relação entre os processos interpretativos e a **autoria**. Esta, não no sentido da atribuição de um “direito sobre o texto” a um autor – sujeito empírico – específico, mas no sentido da

existência de indícios textuais intencionais, decorrentes de um conjunto de fatos associados ao processo de produção – o papel funcional do enunciador, sua função social, um padrão de gênero selecionado, a orientação pragmática assumida, dimensões enunciativas de tempo e espaço circunstanciais, *etc.* –, **que orientam para significações a serem apuradas por leitores possíveis**, a despeito do conhecimento que se tenha do autor sujeito empírico. Dito de outro modo, a reflexão proposta circunscreve-se em saber: (1) em que dimensões a **aceitação da noção de autoria**, mesmo que pré-teórica, interfere no processo de interpretação, haja vista que assumir a autoria implica, de algum modo, entendê-la como uma das condições primárias para o estabelecimento e compreensão do significado; e (2) em que outras dimensões a **recusa de contemplação da autoria**, em decorrência da tentativa de se potencializar o leitor, interfere no processo de interpretação, ao dar base, por exemplo, à negação da validade da intenção, isto é, ao dar base à absurda – convenhamos – negação de que a intenção autoral possa ser validada a partir de indícios da intencionalidade autoral (do enunciador), estabelecidos mediante os movimentos gerativos do enunciador (ECO, 2004), os quais se fazem representar pela materialidade enunciativa.

Em relação a isso, é possível dizer que o posicionamento do realista, normalmente⁴³, pauta-se na ideia de que a autoria figura como fator fundamental para o estabelecimento e a compreensão do significado, ao passo que o antirrealista parece assumir a ideia de que por alguns motivos (a noção de **opacidade da língua**, e as derridarianas noções de **iterabilidade**, **citacionalidade**, *etc.*) a noção de autoria – nos termos acima propostos – pode ser rejeitada.

Posto isso, se o antirrealista tende, em certa medida, a desprezar a existência de indícios textuais intencionais da autoria que orientam a um significado, como, então, definir as possibilidades para o significado? Qual elemento subjacente aos processos interpretativos figuraria, então, como uma espécie de força central nestes processos?

Parafraseando o adágio político, é possível dizer que, também no tocante à determinação do significado de um texto, “não existe vácuo de poder”. De modo que a alegação antirrealista padrão, isto é, que não existe uma força central para o processo interpretativo, já é, em si, a admissão do leitor como sendo essa força. Em outras palavras, a alegação antirrealista de que não existem critérios de estabelecimento e compreensão do

⁴³ Devo destacar que, embora os realistas, de modo geral, contraponham-se à concepção antirrealista que recusa a autoria nos termos aqui propostos, eles podem ser organizados, de modo resumido, em dois grupos: (a) os que acreditam na possibilidade de ser alcançado, em alguma medida, as intenções autorais; e (b) os que negam tal possibilidade, tomando a intenção autoral como inalcançável. Embora esse segundo grupo pareça-me ser o estágio primitivo do antirrealismo, é honesto apontarmos a distinção. No mais, identifico os apontamentos da TAF, e de críticos literários como Hirsch, no grupo (a), em contraposição ao grupo (b), do qual destaco Umberto Eco, por exemplo. De qualquer modo, alguns *insights* de Eco serão recuperados, aqui, em favor de uma “defesa do autor”.

significado é, por si mesma, a alegação de que tal critério é o próprio leitor, e, em decorrência disso, é também a absurda alegação de que **qualquer** interpretação é plausível.

Assim, de fato, o entendimento que se tem acerca do conceito de autoria acarreta implicações para toda a estrutura da interpretação. Toda essa sequência, que culmina numa espécie de “totalitarismo do leitor”, é apenas o produto final desencadeado por certa concepção de autoria. E, como sugeriu E. D. Hirsch (2014), trata-se de um erro lógico, fundamentado numa confusão entre a existência de dúvidas em relação a determinada compreensão (posição realista) e a impossibilidade de uma compreensão, que não a pautada nos interesses e perspectivas do leitor (posição antirrealista).

Se por um lado, o dos antirrealistas, a morte do Autor – e reitero: sua morte em termos de **validade da intenção** – é tomada como indiscutível, por outro, nem tanto. Contudo, devido à extensão do debate, não me deterei nas diversas posições divergentes ao pensamento antirrealista. Antes, resalto – e também sem prolongamentos – apenas a compreensão que a Teoria dos Atos de Fala tem de tal questão. Como demonstrei no capítulo 3, a intenção autoral é um dos fundamentos da concepção de significado dentro da Teoria dos Atos de Fala. Desse modo, o valor da intenção na noção de significado desta teoria rechaça a tentativa pós-moderna de matar o autor, ou, dito de outro modo, **a noção de significado intencional do enunciador contrapõe-se à negação da validade da intenção postulada pelos antirrealistas.**

Antecipando-me a possíveis objeções advindas de pressupostos filosóficos pós-modernos, parece-me claro que, para qualquer leitor da Teoria dos Atos de Fala, e em especial da obra **Quando dizer é fazer: palavras e ação**, de Austin, a noção de autor subjacente à Teoria dos Atos de Fala em momento algum esteve contaminada por uma ilusão do autor como sendo um sujeito homogêneo que domina de modo pleno um sistema também homogêneo. Contudo, a noção de autor da teoria também não se reduz a um sujeito totalmente escravo de um sistema. Como já afirmei, **o sujeito responsável pelo dizer dentro da Teoria dos Atos de Fala (ou seja, o falante/autor/enunciador) é munido de uma relativa autonomia, o que o torna, em alguma medida, uma autoridade sobre seu enunciado, e, conseqüentemente, um fator a ser levado em consideração nas ocasiões de interpretação.**

Como propõe Searle, “no nível mais básico, é absurdo supor que um crítico possa ignorar completamente as intenções do autor, pois simplesmente identificar um texto como romance, poema, ou mesmo como texto, já é afirmar algo sobre as intenções do autor.” (2002a, p. 106). E nessa direção, o próprio gênero textual – um dos fatos associados ao processo de produção –, quando é possível rastrear o seu funcionamento social, já parece

emergir como sendo a primeira instância intencional de um texto, e aquela que permite o reconhecimento de outros indícios textuais intencionais que orientam a possíveis sentidos, como é o caso da exploração da polissemia lexical ou de ambiguidades intencionais, indicando ironia ou humor, ou o caso da exploração de estruturas linguísticas como “era uma vez” apontando, normalmente – mas, nem sempre – para o caráter fictício dos textos.

4.3. Considerações sobre a noção de língua (e texto) na Teoria dos Atos de Fala

Amparo minha afirmação anterior – a saber, que “a noção de autor subjacente à Teoria dos Atos de Fala em momento algum esteve contaminada por uma ilusão do autor como sendo um sujeito homogêneo que domina de modo pleno um sistema também homogêneo” –, no fato de que, nesta teoria, a própria noção de língua (este sistema), e conseqüentemente de texto, não é tomada como transparente. A ideia de opacidade da língua está posta já nos escritos fundantes de Austin, quando, por exemplo, o autor discorre sobre os elementos constituintes do ato locucional (questão que trarei de modo mais detalhado ainda neste capítulo):

[...] é importante lembrar que o mesmo “pHEME” (instância do mesmo tipo) pode ser utilizado em diferentes ocasiões de proferimento com diferentes sentidos ou referências, e assim constituir-se num “rheme” distinto. Quando diferentes “phemes” são usados com o mesmo sentido e referência, podemos falar de atos reticamante equivalentes (em certo sentido, ‘a mesma declaração’), mas não podemos falar do mesmo ‘rheme’ ou dos mesmos atos réticos (que constituem a mesma declaração em outro sentido que envolve o uso das mesmas palavras). (AUSTIN, 1990, p. 87)⁴⁴

Tendo a pensar que, na passagem supracitada, Austin corrobora a tese do Wittgenstein de Investigações Filosóficas, sustentando que a opacidade da língua inviabiliza qualquer tentativa de se assumir que o sentido esteja circunscrito **apenas** à dimensão dos enunciados, sem que se considere todo o contexto da interação discursiva. Nesse sentido, em relação ao *pheme*, Austin afirma que “sua deficiência característica é carecer de sentido” (1990, p. 88), ao passo que no tocante ao *rheme*, sua “deficiência característica é ser impreciso, vago ou

⁴⁴ Parece-nos que há, aqui, uma profunda semelhança teórica com um texto de Benveniste relativamente contemporâneo às considerações de Austin, a saber, o trecho que se segue, constituinte de *A linguagem e a experiência humana* (1965): “A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso.” (BENVENISTE, 1989, p. 69).

obsuro, etc.” (1990, p. 88). Ora, se a teoria baseia-se na ideia de que realmente há certa opacidade na língua, parece legítimo assumir que essa não-transparência afeta de algum modo não-absoluto o falante.

De qualquer maneira, para além dessa formulação de Austin – que, como se observa, também viabiliza nossas constatações anteriores –, a própria natureza daquilo que a Teoria dos Atos de Fala tem denominado de “atos indiretos” (ao qual me dedicarei de modo especial no capítulo 6) sinaliza para o fato de a língua ser, em alguma medida, não-transparente. É exatamente em virtude do caráter opaco da língua que a ideia de significado convencional da sentença/texto, uma das bases dos “atos indiretos”, parece justificar-se.

4.4. Considerações sobre a noção de leitor na Teoria dos Atos de Fala

Dentre as diversas objeções à Teoria dos Atos de Fala, uma das mais recorrentes tem sido a de que se trata de uma teoria solipsista, ou seja, uma teoria que não apenas centraliza-se na pessoa do autor/locutor, mas, sobretudo, que desconsidera os aspectos dialógicos da interação discursiva. Esse tipo de objeção tem implicações lógicas acerca da maneira como a TAF lida com a noção de leitor/alocutário. Se, como sustentam seus opositores, a Teoria dos Atos de Fala é uma teoria solipsista, decorre disso, então, que o leitor/alocutário é, na melhor das hipóteses, um elemento constituinte da exterioridade que subjaz ao texto. Todavia, a base em que se poderia construir tal concepção de leitor/alocutário na TAF não existe. Isto é, a Teoria dos Atos de Fala não é uma teoria solipsista, afinal, como bem nos lembra Mari:

Qualquer ato de fala supõe, na dimensão colocada por Benveniste (1989: 83), que “O ato pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro das condições necessárias da enunciação.”. Assim, o que torna possível a enunciação de um ato é apropriação que o locutor faz da língua. Esse contágio solipsista, antes de ser uma preferência pelas atitudes do locutor, é uma condição para desencadear qualquer processo interacional: só há interação verbal se algum locutor for capaz de tornar existente a enunciação, de fazê-la “mover”. E, nesse particular, podemos dizer que qualquer ato, que objetive validar a força que incorpora, está comprometido com uma ordem de fatores que transcende o locutor, ainda que esse possa ter responsabilidades sobre dimensões do conteúdo proposicional. (MARI, 2001b, p. 94)

Ainda nessa dimensão do autor/locutor como condição fundamental para os processos enunciativos, convém ressaltar uma *conditio sine qua non* da interação discursiva, apontada por Bakhtin, a saber, a ideia de que, em virtude de não conseguirmos alcançar um

autor/locutor adâmico, o que temos, então, são autores/locutores que anteriormente operavam na cena discursiva como leitores/alocutários.

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação. (BAKHTIN, 1992, p. 291)

Além disso, como Mari (2001b) pertinentemente coloca, atos de fala como a pergunta, a promessa e a ordem, dentre tantos outros, estabelecem algum nível de interação entre autor/locutor e leitor/alocutário, seja no aspecto verbal (como a pergunta, ou a promessa), seja em termos de ação (como ocorre com as ordens, costumeiramente).

Tomando, pois, as formulações apresentadas até aqui, torna-se claro que a noção de leitor como mero “constituente da exterioridade subjacente ao texto” é rechaçada pela Teoria dos Atos de Fala. Na verdade, o que ocorre é que, por vezes, a teoria ocupou-se apenas dos aspectos mais vinculados à produção discursiva, e não necessariamente dos fatores pertinentes à recepção. De qualquer modo, a noção de leitor que encontramos na TAF parece fundamentar-se numa importante distinção: por um lado, **a ideia do que seja, virtualmente, o papel do leitor**; por outro lado, **o reconhecimento empírico da dinamicidade inerente à interação entre leitor, texto e autor**. De acordo com o primeiro aspecto da referida distinção, a TAF parece corresponder à concepção, relativamente tradicional, que admite que, em certa dimensão, o papel do leitor consiste em decodificar as instruções do autor/locutor, bem como as possíveis pistas do enunciado, a fim de encontrar o ponto exato entre o significado intencional do autor e o significado convencional da sentença. Contudo, de acordo com o segundo aspecto da distinção apresentada, a dinamicidade da interação humana por vezes leva o leitor a movimentos assimétricos em relação ao significado intencional do autor e/ou ao significado convencional da sentença. Portanto, por um lado, **apenas a aceitação de um significado intencional do falante e de um significado convencional da sentença pode dominar os impulsos do leitor, que de outro modo seriam incontroláveis**. Todavia, por outro lado, nem mesmo tais condições implicam necessariamente simetria nas interações discursivas. Além disso, elas são algo possível (e até recomendável), mas não necessário.

Em suma, embora somente certa submissão do leitor às intenções autorais e às convenções textuais possa livrar-nos de um totalitarismo do leitor nos processos interpretativos, essa submissão não impede virtuais desentendimentos, bem como não é algo

inerente às interações humanas. E, se as colocações de Searle demonstram as diversas nuances referentes ao papel do leitor, as formulações relativamente iniciais da teoria acerca do que sejam os efeitos perlocucionais expõem de modo lúcido a dinamicidade da interação discursiva.

Posto isso, a seguir, trago à baila os fundamentos dessa dinamicidade com suas simetrias e assimetrias, e mais do que isso: apresento algumas formulações que parecem colaborar para a ideia de um processo interpretativo mais intuitivo, que não negligencia nenhum dos três aspectos (autor, leitor e texto) que determinadas escolas teóricas tem tentado contrapor de maneira absoluta.

4.5. Locucional, ilocucional e perlocucional

Como visto no capítulo 2, as análises de Austin (1990) a respeito da diferença entre enunciados constataivos e performativos o levaram àquilo que se firmou como um dos núcleos da Teoria dos Atos de Fala, a noção de **força ilocucional**. Como nos diz Mari,

A compreensão essencial da teoria dos atos de fala pode ser considerada em função do conceito de força ilocucional. Embora a construção inicial da teoria tenha depositado, no funcionamento dos performativos, uma atenção especial, o seu desenvolvimento mostrou a importância da força ilocucional como o fundamento de maior relevo. (MARI, 2001a, p. 79)

A noção de força ilocucional – ainda que não desenvolvida, da forma como vimos, nos termos de Searle e Vanderveken (1985) –, foi fundamental para o desenvolvimento da nova abordagem de Austin, a saber, a diferenciação do ato locucional, ou seja, a “realização de um ato **de** dizer algo” (1990, p. 89), da “realização de um ato **ao** dizer algo” (1990, p. 89), o chamado ato ilocucional, e, ainda, da realização de um ato **por** dizer algo, o chamado ato perlocucional.

O ato locucional diz respeito à articulação de três “sub-atos”. Consiste, portanto, na pronúncia articulada de sequências sonoras (**ato fonético**, cujos produtos são os *phones*), reconhecidas como pertencentes – e, portanto, convencionais – a determinada língua natural (**ato fático**, cujo produto é o *pheme*), com sentido e referência – no termos de Frege –, em alguma medida, definidos (**ato rético**, cujo produto é o *rheme*). De modo mais específico, é possível dizer que tanto o *phone* quanto o *pheme* estão circunscritos à instância do enunciado, ou seja, da língua: o primeiro, enquanto articulação de uma sequência sonora; o segundo,

enquanto sequência sonora socialmente convencionalizada. Em contrapartida, o *rheme* está vinculado à enunciação, à instância do discurso, sendo ele, portanto, em alguma dimensão, o responsável pelo sentido. Em outras palavras, no ato locucional tem-se a articulação entre “fonética” (ato fonético), sintaxe (ato fático) e semântica (ato rético), constituindo, portanto, o **lugar da significação**.

Se, conforme observei, no ato locucional têm-se elementos para o significado de um enunciado, no ato ilocucional, por sua vez, têm-se elementos para a **força** de um enunciado, entendida – até aquele momento⁴⁵ – como sendo uma **direção de ação** do enunciado, executada pelo enunciador de forma intencional ou não-intencional. Em outras palavras, no ato locucional têm-se condições linguísticas para o significado, ao passo que no **ato ilocucional** têm-se **convenções interacionais do uso dos objetos linguísticos**. Assim sendo, ao pronunciar a sentença “certo homem descia de Jerusalém para Jericó”, o enunciador, só por dizê-la, emite um ato locucional, com suas devidas condições linguísticas para o significado. Esse ato locucional, por sua vez, devido à força que nele está posta, passa também a ser um ato ilocucional que, com as devidas orientações convencionais de uso para os objetos linguísticos, aponta para uma (ação de) constatação de dado aspecto do mundo (neste caso, mundo possível). Destaque-se que para Austin,

o que introduzimos pelo uso da nomenclatura de ilocução é uma referência não às consequências da locução (pelo menos não no sentido ordinário de consequência), e sim uma referência às convenções de força ilocucionária relacionadas com as circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento é emitido. (1990, p. 99).

A esse respeito, penso que as palavras de Searle trazem mais luz para a questão:

A intenção de falar com palavras de forma significativa não deve ser confundida com a intenção de comunicar um significado a um ouvinte. Normalmente, a finalidade da fala é comunicar-se com um ouvinte, mas a intenção de comunicar não é idêntica à intenção de significado - a intenção de que o proferimento tenha condições de verdade ou outras condições de satisfação. (SEARLE, 2000, p. 133-134)

Ainda no que toca à face ilocucional dos atos de fala, eu poderia destacar as considerações de Austin acerca dos efeitos que estão vinculados ao ato ilocucional (cf. AUSTIN, 1990, p. 100). Contudo, estou inclinado a pensar que trazer tais apontamentos para

⁴⁵ É fundamental esclarecer que, na ocasião da elaboração teórica de Austin, o termo “força ilocucionária” não estava desenvolvido de modo mais amplo, cobrindo diversas propriedades, como na elaboração posterior feita por Vanderveken (1985), cujas ideias já abordei.

este texto não apenas implicaria redundância face às, já abordadas, condições de sucesso e de satisfação, como também revelariam o caráter absurdo de determinadas distinções, como a distinção entre “ter efeitos” e “produzir consequências”.

Dito isto, estou propenso a crer que **o ato ilocucional possui um caráter deveras singular: por ser marcadamente o lugar da ação (pragmática do enunciador), estabelece, nos processos enunciativos, uma relação direta com o lugar da significação (semântica, sobretudo) – em que se encontra o ato locucional – e com o lugar das reações, isto é, dos efeitos sobre as ações (pragmática do enunciatário) – em que se encontra o ato perlocucional.** Nesse sentido, embora o núcleo do processo deva ser centralizado no ilocucional – o nível das ações –, é importante ressaltar que a totalidade de um ato implica tanto seus antecedentes – suas condições linguísticas para realização – quanto suas consequências – efeitos extraídos das ações. Assim sendo, soa-me cada vez mais coerente a afirmação de Austin de que “em geral, o ato locucionário, como o ato ilocucionário, é apenas uma abstração: todo ato linguístico **genuíno** é ambas as coisas de uma só vez” (1990, p. 120, ênfase nossa).

Finalmente, a terceira face constituinte de um ato de fala é a perlocução, ou, em outros termos, o chamado **efeito perlocucional**. Certamente, a controversa distinção de Austin (cf. 1990, p. 95-102), entre os problemáticos efeitos de um ato ilocucional e o ato perlocucional em si, reforça a constatação de que algumas formulações do autor padecem de certa obscuridade. Todavia, como assevera a fala popular, “não se deve jogar a criança fora, junto com a água suja do banho”. Portanto, destaco algumas questões que parecem razoáveis para o meu propósito.

Observo, por exemplo, a inexistência de uma relação necessária entre o efeito perlocucional e a forma linguística do enunciado. **Por tratar-se de efeitos que a enunciação promove sobre o enunciatário, a face perlocucional de um ato assume certa dependência dos estados mentais intencionais do enunciatário.** Em decorrência disso, o que temos como efeito perlocucional é uma (re)interpretação do uso dos objetos linguísticos, e como tal, essa parece ser a face de um ato de fala que admite a maior possibilidade de interpretações, ou, de modo inverso, um limite menos severo para eventuais interpretações.⁴⁶

Nesse sentido, tendo em vista as concepções de autor, leitor e texto na TAF, é possível dizer que o reconhecimento da dinamicidade integrante de nossas interações discursivas, e em

⁴⁶ Devo ressaltar que, aqui, a ideia de efeito perlocucional é, declaradamente, uma generalização da proposta de Austin (1990). Ao que me parece, a “tentativa” do filósofo de distinguir “objetos perlocucionais” de “sequelas perlocucionais” (cf. AUSTIN, 1990, p. 101), mesmo quando levada com tento, não apresenta limites mínimos que possam estruturar a distinção sem que haja um excesso de sobreposições entre ambas as noções.

especial o valor do leitor para esse processo, justificam-se nesta teoria em virtude da concepção de efeito perlocucional. Assim sendo, conforme já esbocei, parece razoável assumir essa face dos atos de fala como estando posta na **dimensão das reações** (pragmática do enunciatário), sobretudo, em razão de sua definição em termos de “efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas” (AUSTIN, 1990, p. 89).

Ainda no que toca a esta distinção entre ato locucional, ato ilocucional e efeito perlocucional, entendo ser necessário explanar outro aspecto importante para a construção da Teoria dos Atos de Fala, a saber, as dimensões convencional e intencional presentes em um ato. Antes, porém, de entrar nessa discussão, ressalto o fato de que não estou tomando os aspectos convencional e intencional como opostos. Pelo contrário, conforme já apontei no capítulo 3, a relação entre tais aspectos parece apontar para certa complementaridade e – pretendo – isso ficará claro no quadro descritivo que formulo ao fim deste capítulo com vistas a concatenar essas considerações.

4.6. O teor convencional nos atos de fala

Os primeiros apontamentos acerca do teor **convencional** e do teor **intencional** nos atos de fala foram estabelecidos ainda nas conferências de Austin. Naquelas que são conhecidas como as conferências VIII, IX e X constituintes de **Quando dizer é fazer: palavras e ação**, o autor discorre, como temos visto, sobre as diferenças entre os atos locucionais, os ilocucionais e os perlocucionais, e apresenta seu entendimento de que o ato ilocucional tem como uma de suas características o fato de ser “um ato realizado em conformidade com uma convenção” (1990, p. 92). Em contrapartida, para o autor,

[...] os efeitos consequentes das perlocuções são realmente resultados, que não incluem efeitos convencionais, tais como, por exemplo, o fato de a pessoa que fala ficar comprometida a cumprir sua promessa (isso corresponde ao ato ilocucionário). (AUSTIN, 1990, p. 90)

É perceptível, na leitura do texto de Austin, que há uma ausência de determinadas definições conceituais, como **convenção**, ou mesmo **intenção**⁴⁷. Essa ausência de definições mais explícitas acerca daquilo que o autor entendia por tais termos certamente acarreta um

⁴⁷ Na verdade, como já destaquei no capítulo 3, a ausência de uma definição formal de “intenção” é um problema anterior a Austin.

maior grau de obscurantismo sobre suas colocações, todavia, não impediu que Strawson, em seu texto *Intention and Convention in Speech Acts*, de 1964, revisitasse o pensamento austiniano a fim de lançar luz para novas empreitadas em tal tema.

Não se propondo a discutir, mas, ainda assim, reconhecendo o caráter questionável da distinção que Austin (1990) faz de “uso normal pleno” em contrapartida aos “usos ‘parasitários’ da linguagem”, bem como da distinção entre força e sentido (significação), Strawson (1964) assume que, de modo geral, a discussão sobre convenções e intenções não está devidamente qualificada em Austin⁴⁸. Desta sorte, o autor ensaia algumas considerações que me parecem mais precisas para delinear as dimensões de convenção e intenção presentes nos atos de fala.

A fim de entender o raciocínio de Strawson (1964), consideremos inicialmente a posição de Austin (1990) acerca do convencionalismo no ato ilocucional; afinal, como bem salientou Strawson, tal “observação tem certa autoridade por ser a primeira formulação explícita da natureza convencional do ato ilocucional” (1964, p. 442, tradução nossa⁴⁹). Para Austin, “o ato ilocucional é um ato convencional” (1990, p. 92), estando este convencionalismo atrelado, *a priori*, à existência explícita de um performativo (cf. 1990, p. 91).

Neste sentido, Strawson (1964) parece entender que, embora seja verdadeira, a conclusão de Austin está baseada em uma premissa falsa. Isto é, o ato ilocucional é convencional, mas não em razão da existência explícita de performativos. Para o autor, embora existam atos que expressem seu caráter convencional mediante a fórmula performativa explícita pela qual se apresentam, é possível dizer que a performatividade não se constitui uma *conditio sine qua non* para o reconhecimento do teor convencional de um ato. Isso pode ser exemplificado pelo fato de existirem atos indiretos e formas sem performativos que têm um caráter indiscutivelmente convencional.

De acordo com Strawson (1964), se considerarmos a dimensão locucional dos atos, “qualquer ato de fala é, como tal, ao menos em parte, um ato convencional.”, e como “todo ato ilocucional é um ato de fala.”, logo, o ato ilocucional é, também, um ato convencional. Portanto, **o teor convencional do ato ilocucional está vinculado à dimensão locucional intrínseca a este ato**, ou seja, ao fato de que “a execução de qualquer ato de *fala* envolve pelo

⁴⁸ Strawson, de modo preciso, aponta o momento menos vago das colocações de Austin sobre o caráter convencional do ato ilocucional, a saber, a sentença: “pode ser considerado [...] convencional, no sentido de ser possível, pelo menos, explicitá-lo pela fórmula performativa” (AUSTIN, 1990, p. 91).

⁴⁹ [...] remark has a certain authority in that it is the first explicit statement of the conventional nature of the illocutionary act.

menos a observância ou a exploração de algumas convenções *linguísticas*” (1964, p. 442, tradução nossa⁵⁰).

Strawson (1964) observa, ainda, que nem mesmo as circunstâncias subjacentes à enunciação conferem, necessariamente, ao ato ilocucional um caráter convencional⁵¹.

Todavia, parece igualmente claro que, embora as circunstâncias da enunciação sejam sempre relevantes para a determinação da força ilocucional de um enunciado, existem muitos casos em que não é de acordo com qualquer tipo de **convenção** aceita (a não ser aquelas convenções linguísticas que ajudam a fixar o sentido do enunciado) que um ato ilocucional é executado. Isto é, parece claro que há muitos casos em que a força ilocucional de um enunciado, embora não esgotada pelo seu significado, não é devida a quaisquer outras **convenções** senão àquelas que ajudam a dar-lhe o seu significado. (STRAWSON, 1964, p. 226, tradução nossa⁵²)

Dito de outra maneira, Strawson (1964) defende que apenas **as formas linguísticas podem ser consideradas condições estáveis** para o reconhecimento de um ato ilocucional como sendo convencional, **mas, ainda assim, elas não se constituem condições suficientes** para a admissão do teor convencional de um ato ilocucional. Não se trata necessariamente de negar que condições extralinguísticas apontem para a dimensão convencional presente nos atos ilocucionais, mas sim de assumir que estas condições muitas vezes não apresentam um caráter estável. Nesse sentido, para usarmos um exemplo paralelo às colocações do autor (cf. 1964, p. 444), quem roga não necessariamente o precisa fazer de joelhos, ou como as mãos levantadas.

Assim, no que diz respeito ao caráter convencional do ato ilocucional, as colocações de Strawson (1964) podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (1) o autor nega “a doutrina da natureza convencional do ato ilocucional” (1964, p. 445, tradução nossa⁵³), haja vista que sua base teórica está relacionada à execução dos atos ilocucionais mediante fórmulas performativas; (2) o autor reconhece a existência de convenções (linguísticas ou não) sobre inúmeros atos ilocucionais; e (3) o autor defende as condições linguísticas como sendo as

⁵⁰ First, we may agree (or not dispute) that any speech act is, as such, at least in part a conventional act. The performance of any *speech* act involves at least the observance or exploitation of some *linguistic* conventions, and every illocutionary act is a speech act.

⁵¹ Observemos, mais uma vez, que o entendimento de Strawson acerca do teor convencional presente em todos os atos de fala está vinculado à dimensão locucional existente em todo e qualquer ato de fala.

⁵² But it seems equally clear that, although the circumstances of utterance are always relevant to the determination of the illocutionary force of an utterance, there are many cases in which it is not as conforming to an accepted *convention* of any kind (other than those linguistic conventions which help to fix the meaning of the utterance) that an illocutionary act is performed. It seems clear, that is, that there are many cases in which the illocutionary force of an utterance, though not exhausted by its meaning, is not owed to any *conventions* other than those which help to give it its meaning.

⁵³ It seems perfectly clear that, if at least we take the expressions "convention" and "conventional" in the most natural way, the doctrine of the conventional nature of the illocutionary act does not hold generally.

mais estáveis para a avaliação do teor convencional de um ato ilocucional, embora não sejam suficientes.

Neste ponto, torna-se importante trazer à baila os apontamentos de Mari (2001a). Ao discutir as pretensões teóricas do chamado **convencionalismo radical** em contraposição a um certo tipo de resignação teórica por parte do chamado **convencionalismo fraco**, Mari propõe que “devemos considerar que a única convenção que tem valor universal, na realização de um ato, é aquela representada pela natureza semântica da proposição que serve de base para o ato.” (2001a, p. 83). Observe-se que, aquilo que o autor chama de “natureza semântica da proposição” está, obviamente, relacionado às características linguísticas da proposição, contudo, numa dimensão diferente do que era proposto por Austin (1990) – fórmulas performativas – ou do idealizado pelos adeptos do convencionalismo forte – como, por exemplo, verbos imperativos sinalizando a força diretiva.

Assim, portanto, estou persuadido a admitir que a convencionalidade revela-se nos atos de fala, de modo mais saliente, em termos de atos locucionais e ilocucionais. E no que toca a este último, o convencionalismo não está associado necessariamente ao que, de certo modo, propunha Austin (1990), ao relacioná-lo diretamente às fórmulas performativas; antes, sua natureza deve-se à exigência posta sobre um ato de fala, a saber, que ele esteja de acordo com dada língua, em seus aspectos fonológicos, semânticos e sintáticos⁵⁴.

4.7. O teor intencional nos atos de fala

É a partir das reflexões sobre convencionalidade que Strawson (1964) inicia suas ponderações sobre a **intencionalidade**⁵⁵. Assim como faria em 1970 no texto **Significado e Verdade**, o qual abordei no capítulo 3, Strawson (1964) retoma a teoria de Paul Grice (1957) acerca do significado do enunciador, isto é, a questão do significado não-natural. Porém, de maneira distinta da proposta relativamente sucinta presente em seu texto de 1970, ao lidar diretamente com a questão da convencionalidade e da intencionalidade nos atos de fala, Strawson (1964), de modo mais detalhado, estabelece seis componentes⁵⁶ para a análise da intenção, a saber: enunciador (*L*), enunciatário (*A*), enunciado (*E*), intenção (*I*), resposta (*R*) e compreensão (*C*). Assim, já num acréscimo à formulação griceana, de acordo com Strawson,

⁵⁴ Como Searle reconhece em **Os Actos de Fala** (1981), até mesmo a utilização de expressões faciais ou de gestos, como apontar, necessitam obedecer a determinado aspecto convencional, estabelecido de antemão.

⁵⁵ Assim como no capítulo 3, resguardo, aqui, a distinção searleana entre Intencionalidade/Intenção, com “i” maiúsculo, e intencionalidade/intenção, com “i” minúsculo.

⁵⁶ Originalmente, a formulação de Strawson abarca a seguinte definição:

(S) = Pessoa; (x) = Enunciado; (r) = Resposta; (i) = Intenção; (A) = Audiência; (p) = Crença

a síntese das condições para que qualquer enunciador signifique algo **não-natural** por meio de um enunciado é:

- a) O *L* pretende (I_1), ao proferir *E*, determinada *R* ou *C* de *A*;
- b) O *L* pretende (I_2) que *A* reconheça I_1 de *L*;
- c) O *L* pretende (I_3), que este reconhecimento, por parte de *A*, da (I_1) de *L* sirva, em alguma dimensão, como justificativa para uma *R* de *A*;
- d) O *L* pretende (I_4) que *A* reconheça I_2 de *L*.

Inicialmente, chamo a atenção para algumas questões concernentes à relação entre as condições descritas acima. Tendo em vista a natureza da condição (*a*), parece-me perfeitamente plausível considerar que a condição (*b*) possa ser entendida, em alguma medida, como um argumento de passagem, dedutível a partir da condição (*a*). Além disso, parece-me razoável admitir que a condição (*a*) possui um caráter mais geral em termos de intenção comunicativa, de maneira que somente com a condição (*b*) torna-se mais evidente o aspecto **não-natural** do enunciado, conforme assinalado por Strawson (1964). Outro ponto importante que diz respeito à relação entre as condições é o fato de que a condição (*c*) consiste numa forma metalinguística de explicitar a relação entre as condições (*a*) e (*b*). Dito de outro modo, uma vez bem sucedidas as condições (*a*) e (*b*) numa interação, a condição (*c*) não surge como condição necessária, mas sim como uma consequência lógica. Afinal, dificilmente um enunciatário reconheceria a intenção de um enunciador e produziria uma resposta (ou entendimento) alheia a esse reconhecimento. Finalmente, no que toca à condição (*d*), é possível afirmar com Strawson (cf. 1964, p. 448) que a compreensão de um enunciado está estreitamente vinculada ao cumprimento das intenções (I_4) e (I_2) de *L*. Postas essas observações, volto-me para o ponto do esquema de Strawson (1964) que, em alguma dimensão, é o mais relevante para o assunto em evidência.

Como é possível depreender das condições constituintes do esquema acima, Strawson (1964) sugere a **intenção** como sendo de um valor simétrico na relação entre enunciador e enunciatário. Isto é, nas considerações desse autor, a intenção inicial (I_1) do enunciador (*L*) ao enunciar determinado ato ilocucional é prontamente reconhecida pelo enunciatário (*A*). E nesse sentido, a proposta de Strawson (1964) – talvez até mesmo por se tratar de uma retomada do pensamento de Grice (1957) – tem como foco a ação do enunciador, sendo dado ao enunciatário apenas a possibilidade de reconhecer as intenções do enunciador. Entretanto,

se também forem considerados os valores assimétricos confusamente presentes na “concepção” inicial de Austin (cf. 1990, p. 92-93), passa-se, então, a uma compreensão mais plausível de como ocorrem nossas interações discursivas.

Não quero entrar, aqui, nos pormenores da formulação de Austin sobre a questão da simetria e assimetria. Primeiramente, porque, como já afirmei, sua indicação de “três maneiras pelas quais os atos ilocucionários estão ligados a efeitos” (AUSTIN, 1990, p. 100) parece-me ser uma versão primitiva daquilo que, hoje, a teoria entende como condições de sucesso e condições de satisfação. E, em segundo lugar, porque em virtude da obra em questão não ter sido revisada pelo autor, suas observações não possuem tanta clareza.

De qualquer modo, é possível ater-me à **ideia geral** subjacente às obscuras considerações de Austin: **a possibilidade de assimetrias intencionais entre enunciador e enunciatário**. Afinal, como bem argumenta Mari, “se o domínio das intenções obedecesse a um padrão de certeza, não haveria razões para desentendimentos e estaríamos, com certeza, condenados a interpretações que se repetem.” (2001a, p.86).

Assim sendo, é necessário apontar que tal ideia é sustentada, dentro da Teoria dos Atos de Fala, pela percepção de que efeitos perlocucionais podem emergir das convenções, mas não são convencionais. Dito de outro modo, mesmo que os “efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas” (AUSTIN, 1990, p. 89) virtualmente eclodam de atos ilocucionais, eles possuem valores primordialmente intencionais. E mais do que isso: seus valores intencionais não se restringem às intenções do enunciador; por vezes, efeitos perlocucionais são produtos da intenção do enunciatário.

Desse modo, penso que aquilo que assumi como sendo a ideia geral das observações de Austin (1990), no tocante à intenção nos atos ilocucionais e efeitos perlocucionais, pode ser sintetizada da seguinte maneira: (1) o enunciador pode intencionar causar efeitos, mas esses efeitos podem ou não se concretizar; (2) o enunciador pode não intencionar causar efeitos, mas efeitos podem ou não ocorrer; e (3) o enunciador pode intencionar causar determinado efeito, mas um efeito diferente pode ocorrer. No quadro a seguir, tento expor essas possibilidades de (as)simetria intencional entre enunciador e enunciatário.

Quadro 9 - (As)simetrias intencionais na relação enunciador/enunciatório

Item	Enunciador	Enunciatório	Caráter da relação
(1)	Efeito i	Efeito i	Simétrica
	Efeito i	Efeito \emptyset	Assimétrica
(2)	Efeito \emptyset	Efeito i	Assimétrica
	Efeito \emptyset	Efeito \emptyset	Simétrica
(3)	Efeito i	Efeito ii	Assimétrica

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de modelo proposto, em sala, pelo Dr. Hugo Mari.

Com vistas a finalizar este capítulo, sintetizo o que tem sido dito até aqui, assumindo que o ato **locucional** é uma condição para o **ilocucional**, embora não lhe seja necessariamente determinante. De modo análogo, a força ilocucional é uma condição para o efeito **perlocucional**, sem que haja uma relação determinística de uma para com o outro. Além disso, destaco o fato de que o **teor convencional** de um ato de fala está posto sobre aquilo que se entende como enunciado natural e, portanto, circunscreve-se à dimensão locucional de um ato e, em parte, à dimensão ilocucional. A **intencionalidade**, por sua vez, embora também esteja posta nos enunciados naturais, mais especificamente na dimensão ilocucional, tem sua particularidade no fato de que, diferentemente das convenções, apresenta-se como fator primordial para a compreensão de enunciados não-naturais; neste sentido, a intencionalidade é um elemento *sui generis* para a promoção do entendimento dos efeitos perlocucionais⁵⁷. Desta sorte, convém, agora, fornecer um quadro descritivo que possibilite uma síntese acerca da natureza e das diferenças entre o ato locucional, o ato ilocucional e o efeito perlocucional.

⁵⁷ É possível dizer que as formulações de Strawson (1964) sobre convencionalidade e intencionalidade têm, em alguma medida, reflexos em **Atos de Fala** (SEARLE, 1969), sobretudo no capítulo 2, ao tratar de regras e significação.

Quadro 10 - Distinção: Locucional, ilocucional e perlocucional

Dimensão da significação (Semântica)	Dimensão da ação (Pragmática do enunciador)	Dimensão da reação (Pragmática do enunciatário)
Ato Locucional	Ato Ilocucional	Ato Perlocucional
Realização de um ato <i>ao dizer</i> algo	Realização de um ato <i>dizendo</i> algo	Realização de um ato <i>por dizer</i> algo
Enunciação abstrata e geral dos objetos lingüísticos	Orientação de uso para os objetos lingüísticos	Reinterpretação do uso dos objetos lingüísticos
Elementos lingüísticos convencionais para o significado do enunciado	Elementos interativos para o uso, isto é, para o significado do enunciador (força do enunciado)	Percepção de efeitos da força
Ato projetado	Ato realizado	Ato reinterpretado

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir das considerações, em sala de aula, do Dr. Hugo Mari.

Encaminhando-me para o encerramento deste capítulo, quero, mais uma vez, destacar a centralidade do ato ilocucional, não apenas em virtude de sua importância para a formulação inicial da teoria, com seu enfoque sobre a relação entre o dizer e o fazer, mas também em razão de sua relevância para o enfoque aqui proposto, pautado nas relações entre autor, texto e leitor. Como já aponte, por abarcar as ações do enunciador (autor), essa dimensão do ato de fala possui relações necessárias com os aspectos convencionais que representam o ato locucional (texto) – não há ato ilocucional sem ato locucional –, mas, mais do que isso, por espelhar, sobre os elementos lingüísticos convencionais que sinalizam para o significado do enunciado, elementos interacionais para o uso dos objetos lingüísticos, o ato ilocucional estabelece condições – ainda que mínimas – para que o enunciatário (leitor) consiga rastrear, em alguma medida, as intenções do enunciador. **Nesse sentido, em uma interpretação textual mais próxima de uma perspectiva realista, qualquer reação interpretativa do enunciatário (efeito perlocucional) necessitará justificar-se em razão das ações enunciativas do enunciador (ato ilocucional), e, postas as relações necessárias entre estas e o ato locucional, tem-se uma espécie de associação entre as três dimensões: a dimensão**

da significação de um texto (locucional), a dimensão das ações do autor (ilocucional) e a dimensão das reações do leitor (perlocucional).

Concluo destacando, ainda, duas questões. Em primeiro lugar, o fato de que, sob o enfoque que estou propondo para a teoria, a interpretação certamente pode ser tomada como uma forma primária de ação – sobretudo em relação ao enunciatário. Em segundo lugar, o fato de que a Teoria dos Atos de Fala, em seu enfoque original, não consiste em estabelecer normas nas quais a linguagem precise se encaixar, mas antes, numa descrição – ainda que passível de aprimoramentos – da linguagem humana ordinária⁵⁸. Nesse sentido, para os meus objetivos, a teoria parece estruturar de maneira consistente a busca por uma descrição daquilo que é intuitivo, natural, em nossos processos interativos: as certezas e incertezas da interpretação.

⁵⁸ Estamos cientes de que na Teoria dos Atos de Fala, assim “como em qualquer outro domínio do conhecimento da linguagem, existe sempre uma relação de defasagem entre o trabalho teórico do estudioso e a intuição do sujeito falante” (MARI; MENDES, 2007, p.18).

5. DIZER SEM ESTAR DIZENDO: A COMUNICAÇÃO INDIRETA NA TEORIA DOS ATOS DE FALA

A discussão linguística relacionada à produção da comunicação indireta está longe de ser um fato novo. E por não ser novidade, ocorre que muito já foi dito e contradito a respeito. Talvez seja possível, inclusive, ter-se uma prévia da extensão dessa discussão em virtude das muitas nomenclaturas de contraposição que tem sido propostas para lidar com o problema: significado principal e significado marginal; significado usual e significado ocasional; significado convencional e significado intencional; denotação e conotação; e – o clássico dos clássicos – significado literal e significado não-literal.

A despeito da dificuldade em se “estabelecer uma definição última” acerca de quaisquer dessas distinções (tenho minhas dúvidas quanto a esse tipo de tentativa), fato é que a comunicação indireta perpassa nosso cotidiano. E, penso: o aspecto mais básico que se pode destacar a seu respeito é o fato de que, a exemplo do fenômeno lexical que denominamos Polissemia, a comunicação indireta contribui para a manutenção daquilo que se pode denominar Princípio da Economia Linguística – isto é, a busca consciente por enunciar o mínimo obtendo-se o máximo. Porém, se a Polissemia consiste na potencialização do significante (SE), a comunicação indireta consiste numa espécie de potencialização do enunciado como um todo. É através da comunicação indireta que, na mesa da refeição, se pode utilizar uma pergunta para fazer um pedido, com estratégica polidez: “Você pode alcançar o sal?”⁵⁹. É também através dela que se pode, mediante uma afirmação, fazer uma solicitação para que se desobstrua a imagem da tela: “Carne de burro não é transparente.”⁶⁰ – neste exemplo, fica-se entre a falta de gentileza e o humor.

Sendo assim, no decorrer deste capítulo pretendo explorar, a partir dos apontamentos de Searle (2002a) e Vanderveken (1991) em relação à Teoria dos Atos de Fala, a dinâmica enunciativa que subjaz à produção e à compreensão da comunicação indireta.

Antes, porém, de iniciar minhas considerações em relação ao fenômeno da comunicação indireta, e em especial à distinção entre figuratividade e indiretividade, devo destacar que este capítulo justifica-se necessariamente em virtude da compreensão de que diferentemente da comunicação direta, que é pautada pelo teor convencional, a comunicação indireta detém um teor intencional fundamental para os processos interpretativos que sobre

⁵⁹ Esse exemplo é clássico dos escritos de Searle (2002).

⁶⁰ Embora tenha alçado um *status* quase que proverbial, devo o exemplo ao Chaves, do seriado televisivo homônimo.

ela repousam. Nesse sentido, estou propenso a admitir que lidar, aqui, apenas com aquilo que se pode chamar de comunicação direta, isto é, apenas com enunciados naturais de caráter primordialmente convencionais, de certa forma, traria menos desafios à re(orientação) teórica que por ora proponho. Assim, portanto, a despeito de parecer flutuar alheio à estrutura desta pesquisa, o presente capítulo busca, mediante uma discussão teórica, introduzir o modo singular como a Teoria dos Atos de Fala concebe a comunicação indireta e, conseqüentemente, as parábolas.

5.1. A comunicação indireta a partir da Teoria dos Atos de Fala

Como temos visto até aqui, as considerações de Austin acerca da relação entre linguagem e ação foram publicadas em 1962 e, desde então, têm sido revisitadas e “ajustadas” pelos mais diversos pesquisadores. Searle, que tem sido constante e controversamente considerado o herdeiro do trono teórico de Austin, aprimorou o debate em 1969 com a publicação de **Os Actos de Fala** e, posteriormente, trouxe aquela que pode ser considerada a contribuição mais efetiva para a consolidação da teoria. Publicada originalmente em 1979, a obra **Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala**⁶¹ sistematiza o entendimento de Searle acerca das regras normativas e regras constitutivas – já considerado em **Os Actos de Fala** – apresentando, assim, uma taxonomia dos atos de fala alternativa àquela inicialmente proposta por Austin (1990). Além disso, outro enriquecimento proporcionado por esta obra diz respeito exatamente à discussão sobre os diferentes aspectos da comunicação indireta.

Como indica Strawson (1964), inúmeros são os atos de fala que, uma vez referentes a enunciados naturais, têm sua significação regulada pelas convenções. Não obstante, também são inúmeros aqueles atos em que mesmo as convenções da forma linguística, constantemente consideradas como sendo as mais estáveis, não se constituem condição suficiente para regular sua significação. Atos que revelam atitudes de ironia, deboche, insinuação *etc.*, bem como as metáforas, normalmente tendem a não seguirem convenções⁶², afinal, são exemplos do **dizer sem estar dizendo**, ou, no vocabulário searleano, são exemplos de **emissões não-literais**.

⁶¹ Publicada originalmente sob o título *Expression and Meaning*.

⁶² A não ser, obviamente, a convenção mais geral que subjaz a qualquer processo enunciativo: a língua. “Nesse sentido, as línguas (por oposição à linguagem) são convencionais. (SEARLE, 1981, p.53).

De modo geral, a partir das contribuições da Teoria dos Atos de Fala, pode-se dizer que a produção enunciativa tem por base duas possibilidades: a **comunicação direta** e a **comunicação indireta**. Vejamos os seguintes enunciados:

- (A) A goiaba está madura.
- (B) O copo caiu no chão da cozinha.
- (C) “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.”
(Jo 8. 7)
- (D) “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9)

De antemão, quero ressaltar que, obviamente, não há a menor dúvida de que todos os enunciados acima listados podem ser casos de comunicação indireta, a depender do contexto de interação discursiva em que são enunciados. O enunciado (A) poderia facilmente ser uma realização indireta nos moldes de, por exemplo, uma permissão (ponto diretivo), bem como o enunciado (B) poderia, por exemplo, configurar, de modo indireto, um pedido ou uma ordem para que se limpe o chão da cozinha (ponto diretivo). Assim, ao tomar os enunciados (A) e (B) como casos de comunicação direta, faço obviamente uma opção de caráter didático-metodológico, sem quaisquer intenções de negar a riqueza referente aos nossos usos dos objetos linguísticos. Nesse sentido, Searle faz uma importante afirmação que me interessa subscrever:

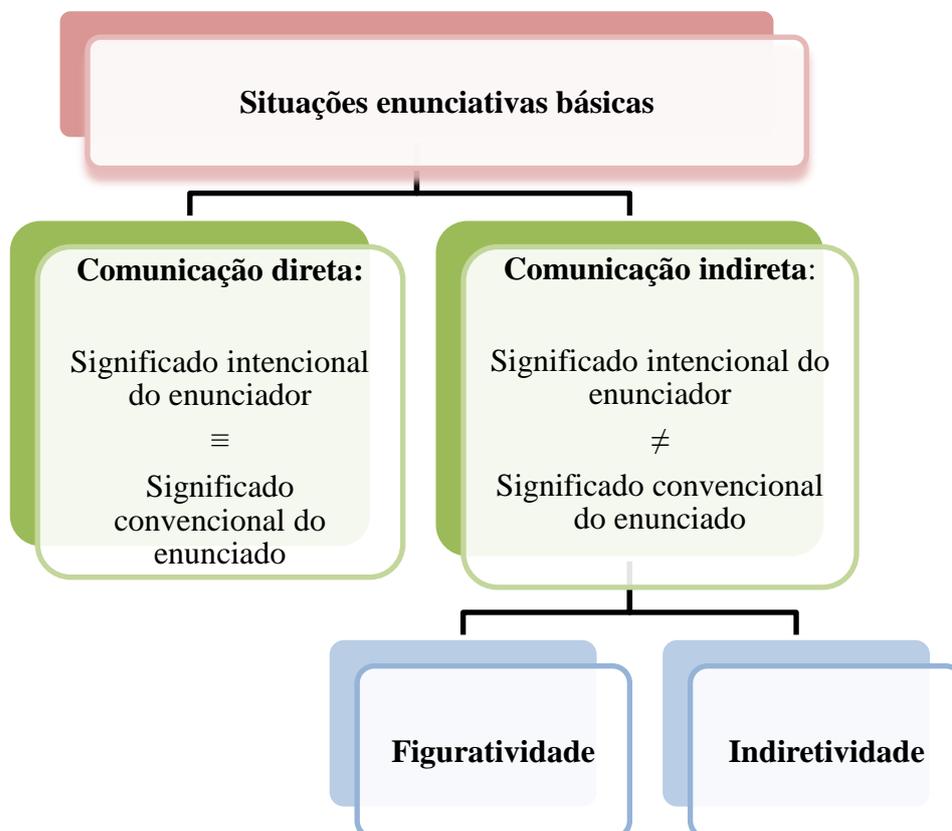
Em geral, pode-se dizer que, na maioria dos casos, uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições não realizadas no conteúdo semântico da sentença. Assim, mesmo em emissões literais, quando o significado do falante coincide com o significado da sentença, o falante tem de contribuir para a emissão literal com mais que tão-somente o conteúdo semântico da sentença, porque o conteúdo semântico só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições feitas pelo falante e, se a comunicação há de ser bem-sucedida, essas suposições devem ser compartilhadas pelo ouvinte. (SEARLE, 2002a, p. 128)

Posto isso, tomando os enunciados (A) e (B) como exemplos da comunicação direta, é possível dizer que nesses casos o enunciador executa exatamente o ato ilocucional expresso pelo **significado convencional do enunciado**, de modo que os movimentos interpretativos

por parte do enunciatário atuam em um “padrão que reconhecemos com mais rapidez e que faz[em] parte, de modo mais determinante, de nossa atividade de leitura numa extensão bastante ampla” (MARI; MENDES, 2007, p.38). Em contrapartida, os exemplos (C) e (D) sinalizam para o fato de que na **comunicação indireta**, embora o enunciador utilize-se do significado convencional do enunciado, ele intenta significar algo diferente do postulado pelas convenções de ordem linguística, o que certamente exige do enunciatário um esforço maior a fim de que se possa compreender o grau de sofisticação mais apurado, implementado pelo **teor intencional**. É possível dizer, então, que no primeiro caso o significado intencional do enunciador é semelhante ao significado convencional do enunciado, ao passo que no segundo caso o significado intencional do enunciador é, em certo sentido, diferente do significado convencional do enunciado.

Apresento, a seguir, um breve diagrama que intenta ilustrar essas situações enunciativas básicas a partir da Teoria dos Atos de Fala.

Figura 2 - Produção enunciativa à luz da Teoria dos Atos de Fala



Fonte: elaborado pelo autor.

5.2. Enunciação formal e enunciação real: a dinâmica enunciativa por trás da comunicação indireta

Seguindo na direção proposta pelo diagrama anterior, farei, agora, algumas considerações referentes à distinção entre indiretividade e figuratividade, proposta por Searle (2002) em relação ao fenômeno da comunicação indireta. Ao discutir a questão dos atos de fala indiretos, o autor defende que o fenômeno da indiretividade pode ser explicado de forma clara a partir das concepções de **ato ilocucional primário** e **ato ilocucional secundário**, e de suas devidas relações com os conceitos de literalidade e não-literalidade⁶³. Para o autor, ao produzir um ato de fala indireto, o enunciador executa, simultaneamente, um ato ilocucional primário, que é não-literal, e um ato ilocucional secundário, que é literal – sendo a denominação “primário” justificada em virtude da primazia da intenção do enunciador em relação às convenções linguísticas.

Porém, por entender que a terminologia searleana produz uma perigosa repetição de termos como “ilocucional” – bastante recorrente na teoria –, parece-me plausível assumir outra terminologia: **enunciação real** e **enunciação formal**. A primeira assemelha-se à ideia de ato ilocucional primário, ao passo que a segunda assemelha-se à ideia de ato ilocucional secundário. Devo destacar que não se trata de ter-se, aqui, duas enunciações simultâneas, até mesmo em razão do próprio aspecto temporal relacionado ao conceito de enunciação. Antes, é possível admitir que o que se quer dizer por enunciação formal e enunciação real, longe de representar duas enunciações simultâneas, representa, na verdade, aspectos distintos referentes à natureza da enunciação. Pois, obviamente, a fala – por assim dizer – do enunciador só comporta um desses aspectos; mais especificamente, aquele que ele usa para produzir o ato com um objetivo específico – direto ou indireto –, de modo que, então, a enunciação formal deve ser entendida apenas como uma reconstrução do analista em razão das convenções linguísticas.⁶⁴

De modo geral, segundo Searle, **a indiretividade corresponde aos casos em que o enunciador “quer significar o que diz. Entretanto, além disso, ele quer significar algo mais”** (2002a, p. 178, ênfase minha). Retomemos o seguinte exemplo:

⁶³ Embora a noção de significado literal em Searle seja relativamente complexa, penso ser importante esclarecer dois pontos: (1) o autor rejeita ideia dominante de que o significado literal de uma sentença seja o significado que esta sentença tem a despeito de qualquer contexto; e (2) o autor assevera que o fato de a identificação de um significado literal depender de determinado contexto não implica sua não-existência. (cf. SEARLE, 2002a, p. 183-212).

⁶⁴ Tanto a terminologia quanto as ressalvas a ela pertinentes, devo aos apontamentos do professor Dr. Hugo Mari.

(C) “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.”
(Jo 8. 7).

Tendo em vista que no contexto específico, relatado pelo evangelista João, tal enunciado emerge como sendo a resposta a um questionamento de caráter jurídico-religioso, feito por alguns mestres da lei e fariseus, em relação ao apedrejamento de uma mulher, como método de punição por seu pecado, é possível delinear sua estrutura indireta assumindo que a **enunciação formal**, isto é, o domínio das convenções de ordem linguística, configura um enunciado sob o **ponto ilocucional diretivo**, ou seja, configura a tentativa por parte do enunciatário de levar o enunciatário a fazer algo. Nessa direção, considerando as diversas possibilidades de **modo de realização** que advém desse ponto ilocucional, é possível assumir que esta enunciação formal pode ter o caráter de uma **ordem**, ou de um **desafio condicional**, dentre outras possibilidades.

Outra dimensão da estrutura indireta do enunciado (C) diz respeito ao fato de ser através dessa enunciação formal – uma ordem, um desafio condicional – que o enunciatário executa a **enunciação real**, a qual é possível ser descrita como configurada sob o **ponto ilocucional assertivo**, ou seja, a tentativa de reportar para a linguagem um estado de coisas, representado como supostamente verdadeiro, a saber: a **constatação** de que ninguém está isento de pecado, ao ponto de poder punir outros pecadores. Logo, a **negação** à solicitação de apedrejamento ou a **afirmação** da condição de pecador dos acusadores são alguns dos outros modos de realização possíveis que se pode sinalizar a partir do ponto ilocucional destacado.

Em síntese, uma enunciação formal é aquela que, na dimensão da indiretividade ilocucional, emerge das convenções linguísticas e, portanto, é o ato literal constituído pelo significado convencional do enunciado. Uma enunciação real, por sua vez, é aquela executada intencionalmente de modo indireto (ou convencionalmente de modo direto), mesmo a partir de padrões convencionais e, portanto, é o ato não-literal constituído, primordialmente, pelo significado intencional do enunciatário. No caso do enunciado (C), o que se tem, então, é mediante uma ordem ou um desafio condicional (enunciação formal), a constatação de que o estado dos acusadores da mulher era, em certo sentido, semelhante ao dela, ou a realização da negação de um pedido, ou, ainda, a realização de uma afirmação indireta que implica exatamente a negação de um pedido (enunciação real). Assim, em casos de indiretividade, como o enunciado (C), é possível dizer que o significado convencional do enunciado é parte

constituente do significado intencional do enunciador, mas este vai ainda além daquele. Vejamos o quadro a seguir.

Quadro 11 - Estrutura da indiretividade

Enunciado: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.”	
Enunciação real (Ato ilocucional primário)	Enunciação formal (Ato ilocucional secundário)
Domínio das intenções do enunciador	Domínio das convenções de ordem linguística
Ponto assertivo	Ponto diretivo
Modo¹ : constatação de que ninguém está isento de pecado, ao ponto de poder punir outros pecadores	Modo¹ : desafio condicional
Modo² : negação à solicitação de apedrejamento	Modo² : Ordem
O enunciador quer significar o que diz. Entretanto, além disso, quer significar algo mais. Assim, o significado do enunciador passa pelo significado do enunciado.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Postas essas considerações em relação à indiretividade, destaco, agora, a figuratividade. Para Searle (2002), **nos casos de figuratividade, embora se utilize do significado convencional da sentença, o enunciador não quer significar o que diz**. Antes, trata-se de, mediante a enunciação de “*S é P*”, significar que “*S é R*”, mesmo que não haja correlações claras entre *P* e *R*.

Ressalto que, em relação à figuratividade, a abordagem searleana não apresentou a distinção entre enunciação real e enunciação formal (ou, nos termos do autor, ato ilocucional primário e ato ilocucional secundário). Entretanto, tendo em vista que, mesmo nos casos de figuratividade, é possível reconstruir a enunciação formal mediante a qual o enunciador produz sua enunciação real, parece plausível assumir que a distinção entre enunciação real e enunciação formal pode estender-se a todo o conjunto da produção enunciativa que denominamos comunicação indireta. E assim, para retomar um aspecto da formulação original de Searle, o qual diz respeito ao fato de mediante a enunciação de “*S é P*” o enunciador querer significar que “*S é R*”, é possível dizer que a enunciação formal corresponde à reconstrução enunciativa “*S é P*”, ao passo que a enunciação real corresponde à realização enunciativa de

“ S é R ”, ainda que “ S é P ” é que tenha sido proferido. Dito isso, retomemos o seguinte enunciado:

(D) “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9)

Aqui, para encontrar os possíveis valores da enunciação real realizada mediante a enunciação formal, deve-se seguir certa orientação dada por Searle: “para encontrar os possíveis valores de R , procure maneiras pelas quais S possa se parecer com P e, para suprir o aspecto sob o qual S possa se parecer com P procure traços salientes, bem conhecidos e distintivos das coisas que são P .” (2002a, p. 166). Assim, a compreensão de qual possa ser a enunciação real subjacente à enunciação formal registrada pelo exemplo (D), “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9), pode ser descrita da seguinte forma:

Quadro 12 - Estrutura da figuratividade

Enunciado: “Eu sou a porta.”		
Enunciação formal	Enunciação real	
Domínio das convenções de ordem linguística	Domínio das intenções do enunciador	
S é P	Quer dizer	S é R
S [Eu] é [sou] P [a porta]		S [Eu (aquele que fala)] é [sou] R [o acesso, a entrada, a passagem]
O enunciador não quer significar o que diz, porém, isso não implica que seja desnecessário passar pelo significado do enunciado para se chegar ao significado do enunciador, até porque não se pode relegar o proferimento.		

Fonte: elaborado pelo autor.

Observe-se que as correlações propostas entre P e os possíveis a valores de R podem ser estabelecidas pelo fato de predicados como “acesso”, “entrada” e “passagem” serem “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” (SEARLE, 2002a, p. 166) de P , ou seja, do

que é uma porta. Pois, embora predicados como alta/baixa, larga/estreita, de madeira/alumínio/vidro, *etc.* possam ser considerados características de uma porta, é difícil admitir que sejam “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” (SEARLE, 2002a, p. 166). Aliás, parece-me razoável supor que a ideia de “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” emerge como sinalizadora dos possíveis limites interpretativos dentro dos quais o enunciatário (leitor) deve operar. No contexto do enunciado desse exemplo, uma interpretação de “eu sou a porta” como “eu sou de alumínio” ou “eu sou baixo”, dentre outras, certamente seria uma interpretação absurda.

Ainda em relação à figuratividade, talvez seja interessante considerar que mesmo diante de seu caráter reconhecidamente defectivo, como no próprio enunciado (D), é possível traçar qual seja seu ponto diretivo e seu(s) modo(s) de realização. No caso do enunciado (D), em específico, é possível assumir que, diante do contexto de interação discursiva do qual emerge sua enunciação, o ponto ilocucional é o assertivo, pois, a despeito do caráter defectivo de sua construção linguística, é possível dizer que uma das intenções do enunciador é fazer com suas palavras ajustem-se ao estado de coisas, tal como o enunciador o entende. Nessa direção, seu modo de realização pode ser tomado como sendo uma afirmação, uma constatação e, até mesmo, uma declaração. Contudo, registre-se que, a despeito do que possa inicialmente parecer, entender tal enunciado como sendo uma declaração não é o mesmo que entendê-lo como configurado no ponto ilocucional declarativo. Este ponto, devo lembrar, diz respeito aos casos em que as palavras se ajustam ao mundo ao mesmo tempo em que o mundo se ajusta às palavras.

Postas essas considerações sobre a distinção entre indiretividade e figuratividade apresentada por Searle (2002), destaco que embora a **indiretividade** pareça estar mais atrelada ao significado do enunciado, seu caráter de comunicação indireta concretiza-se em razão da **primazia da intenção do enunciador frente às convenções linguísticas**. Assim, portanto, em ambos os casos, figuratividade e indiretividade, o significado do enunciador necessita “passar” pelo significado do enunciado. Além disso, destaco que casos como a metáfora apresentada pelo exemplo (D) – que o autor diz ser um exemplo de figuratividade, e não de indiretividade – e a insinuação – que o autor não “categoriza” –, atestam a possibilidade de se estender a dinâmica das duas enunciações a toda a cadeia da comunicação indireta. Assim, em todos os casos da comunicação indireta, o que se tem, de diferentes modos, é a prevalência do não-literal sobre o literal.

Quero reiterar, ainda, que a afirmação, de Tsohatzidis (1994), de que **não há impeditivo para o fato de uma sentença ser simultaneamente um caso de indiretividade e**

figuratividade é verdadeira. Todavia, a despeito do que o autor sugere em seu *Speaker meaning, sentence meaning and metaphor*⁶⁵, não há nos escritos de Searle nenhum tipo de negação a tal possibilidade. Até mesmo porque, em alguma medida, a contraposição demasiada dura que Tsohatzidis (1994) atribui a Searle inviabilizaria o fato de tanto a indiretividade quanto a figuratividade serem, ambas, casos de prevalência do significado do enunciador.⁶⁶

Por fim, lembro que, conforme apontado por Searle (2002a) e esclarecido por Vanderveken (2001), a comunicação indireta constrói-se tendo como necessário o fato de enunciador e enunciatário partilharem das mesmas informações factuais prévias, o fato do enunciatário ter a capacidade de fazer inferências e, também, “alguns dos princípios gerais de conversação cooperativa” (SEARLE, 2002a, p.50), conforme aventados por Paul Grice em **Lógica e Conversação**⁶⁷. De modo mais específico, no tocante a Grice, podemos dizer que a formulação de Searle (2002a) toma como aporte teórico as **máximas conversacionais**, a saber: a máxima da Quantidade, a máxima da Qualidade, a máxima da Relevância e a máxima do Modo. Entretanto, deve-se levar em conta que o funcionamento pleno de determinadas máximas não pode ser garantido de acordo com padrões estipulados de maneira apriorística. Isto é, não há, por exemplo, como deduzir, fora da interação discursiva dada, qual o limite entre o volume de informação suficiente para que seja satisfeita a máxima da Quantidade, e a quantia de informação que seria considerada excessiva para tal. Semelhantemente, não há como estabelecer de modo prévio e fora dos processos discursivos o que é necessariamente uma informação pertinente (máxima da Relevância), ou mesmo o que é um enunciado claro ou organizado (máxima do Modo). Assim, parece-me razoável supor que a avaliação dos efeitos de uma máxima para o sucesso de uma interação, sobretudo aquelas realizadas mediante os atos indiretos, só possa ser realizada a *posteriori* da execução desta interação.

⁶⁵ Publicado originalmente em *Foundations of speech act theory: philosophical and linguistic perspectives*, em 1994.

⁶⁶ É interessante notar que, em seu artigo *Literary theory and its discontents*, Searle tece duras críticas a Derrida por um motivo muito semelhante. Para Searle, o filósofo francês parece desconhecer algo que “é um tipo de clichê na filosofia analítica: a maioria dos conceitos e distinções é irregular nas bordas, não possui limites finos” (1994, p.637, tradução nossa).

⁶⁷ Originalmente publicado como *Logic and Conversation*, trata-se da segunda parte das William James Lectures ministradas por H. P. Grice em Harvard, em 1967. O texto foi posteriormente publicado em *Syntax and Semantics: volume 3, Speech Acts*, em 1975; e em sua coletânea *Studies in the Way of Words*, em 1989.

6. O DISCURSO PARÁBOLICO À LUZ DA TEORIA DOS ATOS DE FALA

“As parábolas são jardins imaginários que contêm sapos de verdade.”

(SNODGRASS, 2010, p. 33)

Neste capítulo, pretendo fazer, a partir da parábola lucana do Bom Samaritano, algumas considerações em relação a como se dá a produção e a compreensão do discurso parábólico à luz da Teoria dos Atos de Fala. Antes, porém, cabe enfatizar algumas questões.

6.1. O Evangelho segundo Lucas e as parábolas: questões preliminares

A despeito do que ocorre com outros livros bíblicos, como a Carta aos Hebreus, por exemplo, a autoria do terceiro evangelho não é posta em discussão de modo veemente. O médico Lucas, acompanhante e discípulo de Paulo, o apóstolo, é consensualmente apontado como o autor da unidade Lucas-Atos. Não obstante, é de conhecimento relativamente difundido no campo dos estudos bíblicos, o fato de que Lucas, assim como Mateus, aparentemente toma o Evangelho segundo Marcos como base para seu relato, o qual é ampliado a partir de outras fontes. Sendo assim, e tendo em consideração, ainda, que Lucas não foi uma testemunha ocular das parábolas que narra, uma pergunta faz-se necessária: por que não utilizar as parábolas de uma fonte primária? Respondendo a essa pergunta, pretendo destacar as questões mais específicas para as intenções deste capítulo.

Em primeiro lugar e como uma resposta mais geral, devo lembrar que este não é um estudo no campo da Crítica Textual Bíblica. Portanto, para meus propósitos, é de irrisória importância o fato de Lucas não ser uma fonte primária. As questões que aqui apresento estendem-se não somente a Lucas, mas a qualquer parábola de qualquer evangelho, bem como a quaisquer parábolas extrabíblicas.

Em segundo lugar, o Evangelho segundo Marcos – tomado como fonte primária, e certamente a principal fonte de Mateus e uma das fontes de Lucas –, é igualmente de um autor que, aparentemente, não foi testemunha ocular, tendo seus escritos baseados nos relatos do apóstolo Pedro. Assim, mesmo o texto tido como fonte primária para Mateus e Lucas seria passível de críticas, haja vista não se tratar de uma testemunha ocular.

Em terceiro lugar, minha escolha pelo texto lucano dá-se em virtude de ser fato reconhecido que, no tocante às parábolas, tal texto apresenta certa singularidade em relação aos demais evangelhos, singularidade essa referente à quantidade de parábolas e à

exclusividade no relato de algumas. Lucas é o único, por exemplo, a registrar parábolas como O Filho Pródigo e O Bom Samaritano. Em decorrência disso, para que seja possível analisar esta última parábola é necessário recorrer ao texto de Lucas.

Postas essas questões, em virtude de tratar-se de uma seleção de textos bíblicos, cujo estudo é caro para diversos segmentos da sociedade, devo afirmar que meus apontamentos não têm, a princípio, nenhum propósito teológico. Obviamente, questões de ordem teológica podem ser exploradas a partir da Teoria dos Atos de Fala, como fazem alguns hermeneutas e exegetas, uma vez que os estudos de cunho teológico passam necessariamente por algum tipo de premissa linguística, entretanto, minhas considerações não têm tal objetivo.

6.2. Parábolas: macroatos de fala indiretos

Partindo da premissa de que as parábolas são casos do **dizer sem estar dizendo**, isto é, casos de comunicação indireta, e tomando como legítima a distinção proposta por Searle (2002) entre figuratividade e indiretividade, uma pergunta parece emergir: seriam, as parábolas, atos de fala indiretos ou fenômenos da linguagem figurada, mais especificamente, metáforas? Para responder essa pergunta trarei à baila a noção de macroatos de fala.

Embora nos momentos incipientes da Teoria dos Atos de Fala todos os esforços tenham sido direcionados exclusivamente para a compreensão da constituição de proposições, é importante destacar a passagem das proposições para o texto, ou discurso, de modo geral. E isso foi efetuado, em certa medida, por Teun A. van Dijk, o qual, ao discorrer sobre a compreensão dos atos de fala, explica essa passagem de um nível proposicional para um nível textual a partir de suas considerações sobre a sequência de atos de fala dentro de um processo interacional.

Segundo van Dijk, “a compreensão das sequências de atos de fala baseia-se na interpretação das ‘associações’ entre atos de fala subsequentes.” (VAN DIJK, 2008, p. 93). Nesse sentido, prossegue o linguista, “a condição associativa mais geral é a de que os atos antecedentes estabelecem o contexto com relação ao qual os atos subsequentes são avaliados.” (2008, p. 93). Assim, torna-se possível processar não apenas atos de fala individuais, mas sim “um todo de atos de fala globais ou macroatos de fala.” (VAN DIJK, 2008, p. 94).

De acordo com o autor, deve-se ressaltar a existência de diferentes tipos de associação entre atos de fala: atos de fala podem ter uma relação de condição para atos de fala posteriores; ou uma relação de adição, correção, explicação, *etc.* para atos de fala anteriores (VAN DIJK, 2008). Além disso, não há necessidade de que os atos de fala de uma sequência

sejam todos do mesmo nível. Na verdade, dentro de uma sequência de atos de fala é possível estabelecer a distinção e a relação entre atos de fala subordinados e atos de fala superordenados (VAN DIJK, 2008). Nessa mesma direção, os pontos ilocucionais e os modos de realização dos diferentes atos que constituem uma sequência de atos de fala não apenas podem como constantemente se distinguem do ponto e do modo que configuram o macroato de fala como um todo. Aliás, essas considerações fazem-me tanto lembrar da noção de sequências tipológicas, e a maneira como elas se relacionam no interior de um texto, quanto parafrasear a própria definição de “texto” em Adam (2009)⁶⁸, e propor: **um macroato de fala é uma estrutura hierárquica complexa que compreende n sequências – diretas ou indiretas – do mesmo ato ilocucional ou de atos ilocucionais diferentes.**

Posto isso, estou inclinado a admitir que o tipo de enunciado que temos denominado **parábola** é, dentro da perspectiva da Teoria dos Atos de Fala, um macroato de fala, haja vista que consiste na representação global de uma sequência de atos de fala. E mais do que isso, levando em conta minhas considerações anteriores acerca da distinção entre figuratividade e indiretividade, estou propenso a assumir que a parábola, enquanto macroato de fala, é um saliente caso de indiretividade. **Essa face de indiretividade da parábola revela-se pelo fato de ser, enquanto macroato de fala, um caso em que o enunciador pretende significar aquilo que diz mediante as convenções linguísticas, mas intenciona, além disso, significar algo mais;** algo que está fundamentado nas informações, linguísticas ou não, compartilhadas por ambos os constituintes da cena enunciativa, e nas habilidades de raciocínio e inferência do enunciatário.

Nesse sentido, à semelhança da distinção entre dois tipos de enunciação nos atos de fala indiretos, **no macroato de fala indireto que denominamos parábola pode-se dizer, também, que há uma distinção entre enunciação formal e enunciação real.** A exemplo da enunciação formal em que se estrutura o ato de fala indireto, a enunciação formal em que se estrutura o macroato de fala indireto é convencional. Porém, se a enunciação formal presente na constituição do ato indireto pode ser executada com diferentes pontos (e. g.: assertivo, diretivo) e, conseqüentemente, em diferentes modos (e. g.: constatação, relato; pergunta, desafio), a enunciação formal constituinte da parábola, enquanto macroato de fala indireto, parece estar fixada no ponto assertivo e no modo relato. De maneira mais sintética, as parábolas que conhecemos hoje, independentemente do campo a que estejam circunscritas,

⁶⁸ A definição de texto, proposta por Adam, que parafraseio aqui é: “um TEXTO é uma estrutura hierárquica complexa que compreende n sequências – elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes.” (ADAM, 2009, p. 129).

têm em sua constituição uma enunciação formal (e, portanto, convencional) assertiva, cujo modo é o relato. Por sua vez, a enunciação real da parábola, enquanto macroato de fala, semelhantemente à enunciação real que constitui o ato de fala indireto, está baseada na intenção do enunciador, sendo, portanto, um ato não-literal. Vejamos, então, o que se pode considerar como aspectos fíxos do macroato de fala parábola:

Quadro 13 - Aspectos fixos na estrutura de uma parábola

Parábola	
Macroato de fala indireto	
Enunciação real (Macroato indireto primário)	Enunciação formal (Macroato direto secundário)
Domínio das intenções do enunciador	Domínio das convenções de ordem linguística
-----	Ponto assertivo
-----	Modo: relato

Fonte: elaborado pelo autor.

Certamente, pensar a parábola como sendo um macroato de fala indireto pode soar controverso; sobretudo, quando se tem em mente o nível de disseminação da assertiva “parábolas são metáforas”⁶⁹ – formulada em outro campo dos estudos linguísticos. Entretanto, estou inclinado a crer que a presente proposta, de fato, consiste numa explicação mais adequada da parábola, e que o problema de se confundir parábolas com metáforas repousa, especialmente, sobre dois pontos: (1) parábolas, à semelhança das metáforas, têm a não-literalidade em sua natureza; e (2) a compreensão, em ambos os casos, esbarra no processamento da semelhança/comparação.

Para deixar claro o primeiro ponto, devo dizer que o fato de as parábolas serem casos de **dizer sem estar dizendo**, assim como as metáforas, colabora para que se tome uma pela outra. Porém, tal semelhança de categorias não implica a necessidade de subjugar as primeiras

⁶⁹ Não poucas vezes, o subterfúgio teórico para tal afirmação é a descrição não muito clara, feita por Ricouer, segundo a qual a parábola poder ser tomada como “a conjunção de uma forma narrativa e de um processo metafórico” (2006, p. 134).

às segundas, antes, apenas sinaliza a necessidade de encontrar outras propriedades que permitam a distinção.

O segundo ponto a colaborar, de maneira especial, para a confusão entre parábolas e metáforas pode ser detalhado em termos da similitude do processo de compreensão. Isto é, assim como ocorre com os enunciados metafóricos, nos enunciados indiretos o processamento da semelhança/comparação pode atuar como uma etapa para a compreensão. Porém, se na compreensão dos enunciados metafóricos o processamento da semelhança/comparação é um princípio básico (cf. SEARLE, 2002, p. 136), na compreensão dos enunciados indiretos, dentre eles as parábolas, o processamento da semelhança/comparação é apenas, e quando muito, mais um componente; o que parece, realmente, decidir o valor de um ato indireto (e, por extensão, de uma parábola) é de teor pragmático, logo, suas funcionalidades extensivas ao enunciado.

Posto isso, vejamos a parábola do Bom Samaritano.

6.3. A Parábola do Bom Samaritano à luz da Teoria dos Atos de Fala

Como já sinalizei anteriormente, a noção de macroato de fala, proposta por van Dijk (2008), implica que a compreensão de um enunciado (ato de fala), ou de uma sequência de enunciados, está diretamente relacionada às associações entre este enunciado, ou sequência de enunciados, e os enunciados antecedentes e subsequentes. Portanto, para iniciar meus apontamentos, trago a seguir não apenas a Parábola do Bom Samaritano *per si*, isto é, não apenas os enunciados que de fato correspondem à parábola (do versículo 30 ao 35), mas toda a instância enunciativa em que emerge sua enunciação.

²⁵ Certa ocasião, um perito na lei levantou-se para pôr Jesus à prova e lhe perguntou: “Mestre, o que preciso fazer para herdar a vida eterna?”

²⁶ “O que está escrito na Lei?”, respondeu Jesus. “Como você a lê?”

²⁷ Ele respondeu: “ ‘Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todas as suas forças e de todo o seu entendimento’ e ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’ ”.

²⁸ Disse Jesus: “Você respondeu corretamente. Faça isso, e viverá”.

²⁹ Mas ele, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: “E quem é o meu próximo?”

³⁰ Em resposta, disse Jesus: “Um homem descia de Jerusalém para Jericó, quando caiu nas mãos de assaltantes. Estes lhe tiraram as roupas, espancaram-no e se foram, deixando-o quase morto.

³¹ Aconteceu estar descendo pela mesma estrada um sacerdote. Quando viu o homem, passou pelo outro lado.

³² E assim também um levita; quando chegou ao lugar e o viu, passou pelo outro lado.

³³ Mas um samaritano, estando de viagem, chegou onde se encontrava o homem e, quando o viu, teve piedade dele.

³⁴ Aproximou-se, enfaixou-lhes as feridas, derramando nelas vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele.

³⁵ No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro lhe disse: ‘Cuide dele. Quando eu voltar lhe pagarei todas as despesas que você tiver.’”.

³⁶ “Qual destes três você acha que foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?”

³⁷ “Aquele que teve misericórdia dele”, respondeu o perito na lei. Jesus lhe disse: “Vá e faça o mesmo.” (LUCAS 10, 25-37)

Observe-se, desde já, que no trecho supracitado tem-se uma sobreposição de cenas enunciativas: na primeira cena, dentro de determinado tempo e espaço, o evangelista Lucas tece o relato ao seu interlocutor Teófilo⁷⁰ (do versículo 25 ao 37); na segunda cena, que ocorre em um tempo e espaço diferente, mas ainda assim está abarcada dentro da primeira, há um diálogo entre Jesus e um especialista na lei mosaica (do versículo 25b ao 37); e, dentro dessa segunda cena, em tempo e espaço também diferente, tem-se a terceira cena que envolve diversos personagens (homem assaltado, assaltante, sacerdote, levita, samaritano e hospedeiro), embora apresente pouco discurso.

Posto isso, e levando em consideração os aspectos teóricos apontados anteriormente, é possível dizer que os atos de fala correspondentes aos, convencionalmente chamados⁷¹, versículos do 25 ao 30a são os atos de fala antecedentes que “estabelecem o contexto com relação ao qual os atos subsequentes” (VAN DIJK, 2008, p. 93) – dentre eles, a parábola *per si* – serão avaliados. Esse contexto, conforme é possível observar no quadro a seguir, é basicamente o diálogo entre Jesus e um perito na lei mosaica, a respeito das interpretações sobre a lei. Vejamos:

⁷⁰ “Eu mesmo investiguei tudo cuidadosamente, desde o começo, e decidi escrever-te um relato ordenado, ó excelentíssimo Teófilo” (LUCAS 1, 3).

⁷¹ Como é possível imaginar, textos antigos, como é o caso dos textos bíblicos, não eram originalmente separados em capítulos e versículos. A separação que encontramos hoje é, por assim dizer, um auxílio editorial convencionalizado.

Quadro 14 - Ato subordinado 1

Sequência de atos de fala que estabelece o contexto de avaliação (LUCAS 10, 25 - 30a)
<p><i>Certa ocasião, um perito na lei levantou-se para pôr Jesus à prova e lhe perguntou: “Mestre, o que preciso fazer para herdar a vida eterna?”.</i></p> <p><i>“O que está escrito na Lei?”, respondeu Jesus. “Como você a lê?”.</i></p> <p><i>Ele respondeu: “‘Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todas as suas forças e de todo o seu entendimento’ e ‘Ame o seu próximo como a si mesmo’”.</i></p> <p><i>Disse Jesus: “Você respondeu corretamente. Faça isso, e viverá.”.</i></p> <p><i>Mas ele, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: “E quem é o meu próximo?”.</i></p> <p><i>Em resposta, disse Jesus:</i></p>

Fonte: elaborado pelo autor.

É diante desse contexto, que se tem a enunciação da parábola *per si*:

^{30b} “Um homem descia de Jerusalém para Jericó, quando caiu nas mãos de assaltantes. Estes lhe tiraram as roupas, espancaram-no e se foram, deixando-o quase morto.

³¹ Aconteceu estar descendo pela mesma estrada um sacerdote. Quando viu o homem, passou pelo outro lado.

³² E assim também um levita; quando chegou ao lugar e o viu, passou pelo outro lado.

³³ Mas um samaritano, estando de viagem, chegou onde se encontrava o homem e, quando o viu, teve piedade dele.

³⁴ Aproximou-se, enfaixou-lhes as feridas, derramando nelas vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele.

³⁵ No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro e disse: ‘Cuide dele. Quando eu voltar lhe pagarei todas as despesas que você tiver.’”. (LUCAS 10, 30b - 35)

Como sugeri anteriormente, a constituição de um macroato de fala indireto é, em alguns sentidos, análoga à constituição de um ato de fala indireto, nos termos expostos por Searle (2002) e Vanderveken (1991). Assim, portanto, a Parábola do Bom Samaritano pode ser descrita como sendo um macroato de fala indireto, em que uma enunciação real dá-se mediante uma enunciação formal.

Tendo em mente a enunciação formal – isto é, o macroato literal, expresso mediante as convenções linguísticas – que constitui a parábola em questão, é possível asseverarmos que a direção de ajuste que se tem nesse enunciado é a direção **palavra-mundo**, em que o conteúdo proposicional ajusta-se a um estado de coisas. Logo, seu ponto é **assertivo**. Nesse sentido, considerando que as condições de conteúdo proposicional, marcadas pela presença de verbos

no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito, reportam um estado de coisas passado (aparentemente, contrafactual), é possível assumir que o modo de realização configurado nesse macroato é o **relato**; mais especificamente o relato a respeito de um incidente e da forma como determinadas pessoas, identificadas a partir do grupo social a que pertenciam, lidaram com a questão. Dessa maneira, o **significado do enunciado** circunscreve-se ao relato de um evento ocorrido num tempo (passado) e espaço (a descida entre Jerusalém e Jericó), envolvendo distintas relações (indiferença, compaixão) entre diferentes personagens (homem assaltado, levita, sacerdote, samaritano *etc.*).

É possível, aliás, afirmar que as características da enunciação formal constituinte da Parábola do Bom Samaritano – com a óbvia exceção do próprio relato – são comuns a todas as parábolas. Observe-se, por exemplo, a Parábola do Filho Pródigo:

11b “Um homem tinha dois filhos.

12 O mais novo disse ao seu pai: ‘Pai, quero a minha parte da herança’. Assim, ele repartiu sua propriedade entre eles.

13 Não muito tempo depois, o filho mais novo reuniu tudo o que tinha e foi para uma região distante; e lá desperdiçou seus bens vivendo irresponsavelmente.

14 Depois de ter gasto tudo, houve uma grande fome em toda aquela região, e ele começou a passar necessidade.

15 Por isso, foi empregar-se com um dos cidadãos daquela região, que o mandou para o seu campo a fim de cuidar de porcos.

16 Ele desejava encher o estômago com as vargens de alfarrobeira que os porcos comiam, mas ninguém lhe dava nada.

17 Caindo em si, ele disse: ‘Quantos empregados de meu pai tem comida de sobra, e eu aqui, morrendo de fome! 18 Eu me perei a caminho e voltarei para meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e contra ti.

19 Não sou mais digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus empregados.’.

20 A seguir, levantou-se e foi para eu pai. Estando ainda longe, seu pai o viu e, cheio de compaixão, correu para seu filho, e o abraçou e beijou.

21 O filho lhe disse: ‘Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho.’.

22 Mas o pai disse aos seus servos: ‘Depressa! Tragam a melhor roupa e vistam nele. Coloquem um anel em seu dedo e calçados em seus pés.

23 Tragam o novilho gordo e matem-no. Vamos fazer uma festa e alegrar-nos.

24 Pois este meu filho estava morto e voltou à vida; estava perdido e foi achado.’. E começaram a festejar o seu regresso. [...] (LUCAS 15.11b - 32)

Mesmo não me estendendo até o fim da parábola, parece estar claro os aspectos de sua enunciação formal que são comuns à Parábola do Bom Samaritano: direção de ajuste **palavra-mundo**, ponto **assertivo**, modo de realização **relato**, etc. Obviamente, como já sinalizei em momentos anteriores, atos de naturezas diversas integram um macroato de fala, sobretudo se esse macroato estiver configurado no modo relato. Entretanto, muitos desses atos figuram como atos subordinados. A parábola supracitada apresenta alguns exemplos: atos de natureza diretiva, como a ordem (“Depressa!...”) e a súplica (“trata-me como um dos teus empregados”); atos de natureza comissiva, como a expressão de uma intenção (“Eu me porei a caminho e voltarei para o meu pai”); atos expressivos, como o lamento (“quantos empregados de meu pai tem comida de sobra, e eu aqui, morrendo de fome”); outros atos de natureza assertiva, como a afirmação (meu filho estava morto e voltou à vida); e assim por diante.

De modo geral, tanto os aspectos da enunciação formal que a Parábola do Filho Pródigo tem em comum com a Parábola do Bom Samaritano quanto a relação entre atos subordinados e atos superordenados no interior de um macroato parecem estender-se também a outras parábolas, como a Parábola da Viúva Persistente (Lc 18, 1- 8), a Parábola do Fariseu e do Publicano (Lc 18, 9-14), etc.

Quanto à enunciação real da Parábola do Bom Samaritano, isto é, o macroato não-litera que o enunciador realiza mediante a enunciação formal, deve-se destacar algumas questões referentes à produção, e suas implicações para os processos de interpretação (recepção). Primeiramente, destaco o fato de que por tratar-se da enunciação (ou macroato) que, por assim dizer, materializa o **significado do enunciador** (produção), qualquer interpretação (recepção) aventada precisa justificar-se em relação à sequência de atos precedentes e à sequência de atos subsequentes. Em segundo lugar, seu caráter de prioritariamente intencional (produção) parece sinalizar para o fato de que existe certa flexibilidade em sua interpretação (recepção), haja vista que ainda não conhecemos nenhum método de constatar de forma inequívoca qual possa ser a intenção autoral.

Desse modo, no que diz respeito à dimensão da recepção, a enunciação real fundamenta-se em dois princípios: (1) há espaço para os movimentos idiossincráticos do leitor; e (2) os movimentos idiossincráticos do leitor necessitam, em alguma extensão, respaldar-se na sequência de atos precedentes e/ou subsequentes, sob pena de serem tomados como interpretações absurdas.

Assim, portanto, ao considerarmos o vínculo associativo entre o discurso parabólico *per si* e a sequência de atos de fala precedente (trecho já apresentado no quadro 14), é

perfeitamente possível, a título de exemplo, tomarmos a enunciação real como sendo caracterizada pelo ponto **diretivo** e o modo de realização **sugestão**. Dito de outra maneira, se levada em consideração a sequência de atos de fala que estabelece o contexto para a validação do discurso parábólico do Bom Samaritano, a enunciação real constituinte da parábola pode ser entendida como a tentativa, por parte do enunciador, de levar o enunciatário à realização de uma ação; mais necessariamente, uma ação de misericórdia em relação a qualquer pessoa, independentemente de qualquer circunstância. Isso se torna ainda mais explícito diante da sequência de atos de fala posteriores à parábola, sequência esta que estabelece uma relação de explicação/adição no que se refere ao discurso parábólico. Vejamos:

Quadro 15 - Ato subordinado 2

Sequência de atos de fala que estabelece relação de adição/explicação (LUCAS 10. 36 - 37)
<p><i>“Qual destes três você acha que foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?”</i></p> <p><i>“Aquele que teve misericórdia dele”, respondeu o perito na lei.</i></p> <p><i>Jesus lhe disse: “Vá e faça o mesmo.”.</i></p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao questionar seu enunciatário em relação a qual seria “o próximo” do homem assaltado/ferido, o enunciador dá continuidade ao diálogo, explorando (adição) um aspecto da parábola que não estava explícito: o valor ético das ações. E é a partir desse aspecto que se concretiza, então, a **sugestão**, proposta de ação, materializada no enunciado “vá e faça o mesmo”. Considerando o que afirmei anteriormente, é possível, a partir de uma associação a este último enunciado, interpretar a enunciação real da parábola *per si* como sendo a emissão de uma ordem, de um pedido ou, até mesmo, de uma súplica. Porém, interpretações da parábola *per si* como sendo, por exemplo, a emissão de ato de exoneração, ou de uma saudação, parecem-me seriamente descabidas, dentre outros motivos, por não se justificarem frente aos atos, ou sequências de atos, precedentes e/ou aos atos, ou sequências de atos, subsequentes.

Para além disso, na busca pelo “algo mais” intencionado pelo enunciador mediante esse macroato de fala indireto, o enunciatário necessita realizar inferências e articular informações, linguísticas ou não, supostamente pertencentes, de alguma maneira, aos

movimentos gerativos do enunciador. A título de exemplo, é possível ressaltar, a partir de informações sócio-históricas, como o campo lexical escolhido (sacerdote, levita e samaritano) materializa uma contraposição entre o **elevado status** sócio-religioso de sacerdotes e levitas e o **desprezo** que os samaritanos recebiam por parte dos judeus⁷². Essa contraposição, atrelada à contraposição das atitudes dos personagens dentro do relato (abandono/acolhimento; desprezo/preocupação), parece sinalizar outro significado do enunciador como, por exemplo, a ironia. E mais: essas duas contraposições, atreladas ao conhecimento do *status* social do interlocutor direto de Jesus, decorrente de sua identificação como sendo um perito na lei mosaica (informação advinda da sequência de atos precedentes), parecem sinalizar outro significado do enunciador, a saber: a reprovação de determinado *modus operandi* religioso.

Em suma, o gênero parábola, enquanto macroato de fala indireto, é (nos termos de Searle) não-literal e, portanto, um tipo de texto em que a reconstrução de um sentido geral, mais do que do “mero” significado convencional do enunciado, depende substancialmente da recuperação do significado intencional do enunciador. Isto é, o processo interpretativo da enunciação real constituinte de uma parábola *per se* necessita considerar, ao menos, a enunciação formal (macroato literal) ou os atos de fala antecedentes ou, ainda, os atos de fala subsequentes. De modo que quaisquer reações interpretativas do enunciatário que, porventura, venham a desprezar todas essas questões dificilmente se sustentarão. No quadro a seguir, tento sintetizar alguns dessas considerações:

⁷² Esse desprezo que, na verdade, era mútuo, advém das históricas relações conturbadas entre ambos os povos.

Quadro 16 - Considerações sobre a Parábola do Bom Samaritano

Macroato de Fala (Lc 10, 25 - 37)					
Ato subordinado	Ato superordenado				Ato subordinado
Sequência de atos antecedentes (Lc 10, 25-30a)	Parábola <i>per si</i> (Lc 10, 30b-35)				Sequência de atos posteriores (Lc 10, 36-37)
	Macroato de Fala Indireto				
	Enunciação Formal		Enunciação Real		
	Significado do enunciado		Significado do enunciador		
Estabelece o contexto com relação ao qual os atos subsequentes serão avaliadados ↓ O diálogo entre Jesus e um perito na lei mosaica, a respeito das interpretações da lei.	Produção O enunciador enuncia um relato através da articulação de elementos linguísticos convencionais.	Recepção O enunciatário concebe a enunciação de um relato mediante a articulação de elementos linguísticos convencionais.	Produção O enunciador quer significar o que diz (o relato), entretanto, além disso, quer significar algo mais (e.g. sugestão de comportamento, ironia, <i>etc.</i>). Logo, o significado do enunciador passa pelo significado do enunciado.	Recepção As percepções do enunciatário em relação ao significado do enunciador, no mínimo, precisam justificar-se a partir de informações de base linguística, seja essa base a enunciação formal, os atos antecedentes ou os atos subsequentes.	Estabelece uma relação de adição/explicação no que diz respeito aos atos anteriores ↓ A continuidade do diálogo com a adição das implicações éticas do relato e de uma proposta de ação.

Fonte: elaborado pelo autor.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a pavimentar o caminho de minha (re)orientação teórica, durante esta pesquisa, procurei sistematizar um quadro das noções filosóficas que julgo serem a base da Teoria dos Atos de Fala de orientação searleana. Assim, se obtive êxito naquilo que intentei fazer, deve ter ficado claro que a Teoria dos Atos de Fala fundamenta-se em uma concepção filosófica realista – mais especificamente a do Realismo Externo – e advoga o conceito de verdade proposto nos termos da Teoria da Verdade por Correspondência.

Além disso, a Teoria dos Atos de Fala sugere – ainda que não nesses termos – que o significado de uma enunciação (um ato de fala, diria Searle – embora o termo “ato de fala” possa ser confundido com um “enunciado”, nos termos de Benveniste) passa pela “identificação” do significado do enunciado e do significado do enunciador, distinção que se estabelece fundamentalmente em virtude das noções de convencionalidade e intencionalidade. Na esteira dessas noções, a teoria parece afirmar tanto seu entendimento da autoria como parte essencial a ser considerada nos processos de interpretação quanto sua compreensão de que as idiossincrasias interpretativas do leitor também possuem alguns limites.

Outros pontos que pretendo ter deixado suficientemente claro dizem respeito a dois mitos que perseguem a teoria: o mito de que a TAF é uma teoria solipsista e o mito de que a TAF é uma teoria aplicável somente a proposições isoladas. Acredito que, em alguma medida, nossos apontamentos contribuem para o esclarecimento de uma certa dimensão sociointeracionista presente na teoria (cf. capítulo 4) – sobretudo no que toca às possibilidades de (as)simetria na relação entre enunciador e enunciatário – e para o entendimento de que uma interpretação textual a partir da Teoria dos Atos de Fala abandona a análise oracional pura e simples, isto é, a análise de atos de fala isolados e independentes, e toma como seu objeto aquilo que van Dijk (2008) denominou macroato de fala (cf. capítulos 6), evidenciando, portanto, a importância do contexto, por assim dizer, para a compreensão de um ato de fala ou de uma sequência de atos de fala.

Ao propor o texto como sendo **um macroato de fala, cuja estrutura hierárquica complexa compreende n sequências – diretas ou indiretas – do mesmo ato ilocucional ou de atos ilocucionais diferentes**, o processo interpretativo que se instaura a partir da orientação que aqui se dá à Teoria dos Atos de Fala enfatiza não apenas a natureza dos atos de fala do interior de um macroato, mas, sobretudo, as relações estabelecidas por essa rede de atos de fala, bem como o valor de cada elemento constituinte da cena enunciativa – autor, texto e leitor.

Como afirmei nos apontamentos iniciais desta pesquisa, apesar de a máxima humpty-dumptyana – a saber, “quando *eu* uso uma palavra [...] ela significa exatamente o que eu quero que ela signifique: nem mais nem menos” (CARROLL, 2002, p. 204) – ser lugar-comum em termos de produção discursiva, é difícil imaginar que um enunciatário real de qualquer circunstância enunciativa possa propor algo similar em termos de interpretação dos objetos linguísticos. Se nem a garotinha Alice, estando no País das Maravilhas, ousou assumir a máxima humpty-dumptyana numa versão do enunciatário, parece-me que o mais provável é que, em termos de recepção, realmente, deva prevalecer a noção de composicionalidade do sentido.

Em termos gerais, é exatamente essa noção que parece melhor representar o ponto de chegada dessa breve incursão na teoria searleana. Ao propor a Teoria dos Atos de Fala como um fundamento para a interpretação textual, sobretudo nos casos da comunicação indireta, movimentando todo um aparato linguístico-filosófico em busca de evidenciar o lugar/valor do texto, do autor e do leitor nos processos interpretativos, chegou-se em uma formulação muito similar à proposta pela noção fregeana: qualquer interpretação textual aventada por um enunciatário (leitor), a partir da Teoria dos Atos de Fala, precisará levar em consideração as diversas relações estabelecidas pelos atos de fala e pelas sequências de atos de fala no interior de um macroato de fala superordenado, as relações entre este macroato superordenado e os macroatos subordinados que o cercam, e os diversos tipos de indícios, linguisticamente materializados ou não, que apontam para as possíveis intenções do enunciador (autor). Essa é, portanto, a síntese do limite formal imposto ao leitor. Em outras palavras, considerando o significado do enunciado (lugar das convenções) e o significado do enunciador (lugar das intenções), é a partir dessas relações e desses indícios que o **ponto ilocucional** (assertivo, comissivo, diretivo, declarativo ou expressivo) emerge tacitamente como uma espécie de perímetro dentro do qual as possibilidades interpretativas do leitor devem operar; e essas possibilidades interpretativas, em certa dimensão, correspondem aos possíveis modos de realização.

Ao fim e ao cabo, no que diz respeito especificamente às parábolas, é interessante pontuar que – sob essa (re)orientação teórica que propus à Teoria dos Atos de Fala –, o caráter diretivo identificado na enunciação real da Parábola do Bom Samaritano estende-se a uma série de outras parábolas lucanas (como a Parábola do Filho Pródigo (Lc 15, 11b-32), a Parábola do Fariseu e do Publicano (Lc 18, 9-14), etc.) e aponta para um consenso existente no âmbito da interpretação bíblica, a saber, o entendimento de que as parábolas têm por objetivo final levar os enunciatários a uma ação (SNODGRASS, 2010) ou, ainda melhor, a

uma reação (BAILEY, 1995). E nessa direção, recuperando os apontamentos de Searle (2002) a respeito do ponto diretivo, as tentativas de levar o enunciatário à realização de uma ação podem ser mais tímidas – como aquelas em formato de sugestão ou convite, dentre outras – ou mais incisivas. Além disso, como podemos depreender dos apontamentos de van Dijk (2008), as ações sugeridas ou incentivadas mediante a enunciação das parábolas podem ter caracteres variados, estando condicionadas à precedente sequência de atos de fala que estabelece o contexto de validação e às relações estabelecidas pela sequência de atos de fala posteriores à parábola.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In.: BEZERRA, Benedito G.; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPE, 2009, p. 115-132.
- ANSCOMBE, G. Elizabeth. M. **Intention**. Massachusetts; London: Havard University Press, 2000.
- ARISTÓTELES. Categorias. In: _____. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2005.
- AUSTIN, John. L. How to talk: some simple ways. In: **Proceedings of the aristotelian society**, 1953, v. 53, p. 227-246. Disponível em: < <https://doi.org/10.1093/aristotelian/53.1.227> >.
- AUSTIN, John. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira; revisão da tradução Andréa Stahel M. da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Roland Barthes)
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. Editora da Universidade Estadual de Campinas (Linguagem crítica).
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães, *et al.*: revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. (Linguagem crítica).
- CARROLL, Lewis. Através do espelho e o que Alice encontrou por lá. In: _____. **Alice**: Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho - edição comentada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p. 125-266.
- DIJK, Teun Adrianus van. **Cognição, discurso e interação**. Org. e apresentação de Ingedore V. Koch. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Caminhos da Linguística)
- DUMMETT, Michael. **Frege**: Philosophy of Language. London: Harper and Row, 1973.
- ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. Tradução MF. Revisão de tradução e texto final de Monica Stahel. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Biblioteca do Pensamento Moderno)
- ECO, Umberto. Leitor-Modelo. In: _____. **Lector in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 35-49.
- ECO, Umberto. O facismo eterno. In: _____. **Cinco escritos morais**. Tradução de Eliana Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 29-53.

FAIGENBAUM, Gustavo. **Conversations with John Searle**. [S.l.]: Libros en red, 2001. (Philosophy and social theory series)

FREGE, Gottlob. The Thought: A Logical Inquiry. In: **Mind**. Oxford University Press, 1956, v. 65, n. 259, p. 289-311. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/2251513> >. Acesso em: 08 dez. 2017.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. ed. amp. e rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GRICE, Paul H. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Volume IV - Pragmática. Campinas: Unicamp, 1982, p. 81-103.

GRICE, Paul H. Meaning. In: **The philosophical review**. Cornell University Press, 1957, v. 66, n. 3, p. 377-388. Disponível em: < <http://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/f09/semprag1/grice57.pdf> >.

HIRSCH Jr., E. D. Em defesa do autor. In: **Validade em interpretação**. Tradução e apresentação de Samira Murad. Revista Criação e crítica. São Paulo, n. 12, p. 195-210, jun. 2014. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/79943> >. Acesso em: 17 jan. 2018.

LOBATO, Monteiro. **Memórias da Emília**. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

MARI, Hugo. A teoria dos atos de fala entre convenções e intenções. In: MENDES, E. A. M. et al. (Orgs.). **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2001a, p. 79-88.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: _____. et al. (Orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/FALE – Núcleo de análise do discurso, 2001b, p. 93-131.

MARI, Hugo; MENDES, Paulo H. A. Produção de sentido e leitura: gênero e intencionalidade. In: _____. et al. (Orgs.). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007, p.11-53.

MARI, Hugo. **Os sentidos do significado**. Correio Revista da Escola Brasileira de Psicanálise. Belo Horizonte, 1998, v.1, n.18/19, p. 20-49.

NERLICH, Brigitte; CLARKE, David. Blending the past and the present: conceptual and linguistic integration, 1800-2000. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf. (eds.). **Metaphor and metonymy in comparison and contrast**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 555-592.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Maria José Figueiredo, precedida de estudo introdutório de José Trindade Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

RICKETTS, Thomas. Logic and Truth in Frege. In: Beaney, Michael; Reck, Erich H. (Eds.). **Gottlob Frege: critical assessment of leading philosophers**. Vol. II. London: Routledge, 2005, p. 121-140.

RICOEUR, Paul. **A hermenêutica bíblica**. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2006.

SEARLE, John R. **Entrevista**. John R. Searle. São Paulo: Folha de São Paulo, jul. 1998. Entrevista concedida a Contardo Calligaris. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs05079809.htm> >. Acesso em: 05 jan. 2018.

SEARLE, John R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos de fala. Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luíza Marcondes Garcia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a. (Coleção tópicos)

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. Tradução de Júlio Fischer e Tomás Rosa Bueno. Revisão técnica de Ana Cecília G. A. de Camargo e Viviane Veras Costa Pinto. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002b. (Coleção tópicos)

SEARLE, John R. Literary theory and its discontents. In: **New Literary History**, Vol. 25, No. 3, 1994, pp. 637-667. *S.l.*: The Johns Hopkins University Press.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade**: filosofia no mundo real. Tradução de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. (Ciência Atual).

SEARLE, John R. **Os Actos de Fala**: um ensaio de Filosofia da Linguagem. Tradução de Carlos Vogt; et al. Coimbra: Almedina, 1981.

SEARLE, John R. Racionalidade e Realismo: o que está em jogo? Tradução de Desidério Murcho. In: **Disputatio**, 1999, v.7.

SEARLE, John R. **The construction of social reality**. New York: Free Press, 1995.

SEARLE, John R.; VANDERVEKEN, Daniel. **Foundations of illocutionary logic**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOAMES, Scott. **Understanding Truth**. New York: Oxford University Press, 1998.

STRAWSON, Peter F. Intention and convention in speech acts. In: **The Philosophical Review**. Cornell University Press, 1964, v.73, n.4, p. 439-460. Disponível em: < <http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28196410%2973%3A4%3C439%3AIIACISA%3E2.0.CO%3B2-H> >.

STRAWSON, Peter. F. Significado e verdade. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. Volume III - Semântica. Campinas: Unicamp, 1982, p. 181-212.

TSOHATZIDIS, Savas L. Speaker meaning, sentence meaning and metaphor. In: TSOHATZIDIS, Savas L. (Ed.). **Foundations of speech act theory**: philosophical and linguistic perspectives. London: Routledge, 1994, p. 365-373.

VANDERVEKEN, Daniel. La théorie des actes de discours et l'analyse de la conversation. In: **Cahier de linguistique française**. Geneve: Univ. De Geneve, 1992, n. 13, p. 9-61.

VANDERVEKEN, Daniel. **Meaning and speech acts**: principles of language use (vol. 1). New York: Cambridge University Press, 1990.

VANDERVEKEN, Daniel. Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims. In: LEPORE, Ernest; VAN GULICK, Robert. (Ed.). **John Searle and his critics**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1991, p. 371-384.

VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? Tradução de João Wanderley Geraldi. In: **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas: IEL-Unicamp, 1985, n. 9, p. 173-194.

VERÓN, Eliseo. El sentido inverso. In: _____. **La semiosis social**: Fragmentos de una teoría de la discursividad. Bueno Aires: Gedisa, 1987, p. 157 – 235.

WALKER, Ralph C. S. Theories of Truth. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin. (Orgs.) **A companion to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 1997, p. 532-555.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968. (Coleção Biblioteca Universitária)

ZLATEV, Jordan. **Meaning = Life (+ Culture)**: An outline of a unified biocultural theory of meaning. *Evolution of Communication*, 4/2: 2003: 253-296. Disponível em: < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.468.9632&rep=rep1&type=pdf> >. Acesso em: 26 abr. 2018.